

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
CÂMPUS DE AQUIDAUANA – CPAQ
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

MIRIAN GRASIELA TEODORO BENEVIDES

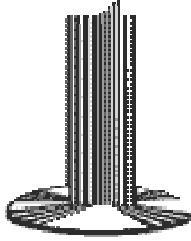
**O ACAMPAMENTO COMO TERRITÓRIO DA LUTA PELA TERRA E
DA PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES CAMPONESAS**

AQUIDAUANA/MS
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
CÂMPUS DE AQUIDAUANA – CPAQ
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**O ACAMPAMENTO COMO TERRITÓRIO DA LUTA PELA TERRA E
DA PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES CAMPONESAS**

Mirian Grasiela Teodoro Benevides

Dissertação apresentada ao do programa de pós-graduação em geografia, nível mestrado, área de concentração desenvolvimento regional da Universidade federal do Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Avelino Júnior

Aquidauana/MS
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

MIRIAN GRASIELA TEODORO BENEVIDES

O ACAMPAMENTO COMO TERRITÓRIO DA LUTA PELA TERRA E DA PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES CAMPONESAS

Dissertação de mestrado aprovada para obtenção do grau de Mestre em Geografia, no dia **09 de março de 2009**, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul UFMS, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Avelino Junior,
Departamento de Ciências Humanas, UFMS/CPTL.

Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa
Departamento de Ciências do Meio Ambiente, UFMS/CPAN

Prof. Dr^a. Rosemeire Aparecida Almeida
Departamento de Ciências Humanas, UFMS/CPTL

Aquidauana, 09 de março de 2009

A Neide Teodoro, (in memoriam),

A única pessoa que realmente era importante pra mim nesta vida,
minha mamãe querida que sempre amarei incondicionalmente.

Infelizmente não pode ver o final deste trabalho.

Mas acreditava no cumprimento deste, como sempre acreditou em
mim;

E como ela sempre dizia você é meu mundo!

Sempre te amarei.

Saudade Eterna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao ITESP (Instituto de Terras de São Paulo) Regional de Andradina principalmente ao coordenador regional Marco Pilla pela atenciosidade e agilidade na entrega dos dados.

Ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) regional de Andradina pelas informações cedidas.

Ao MST (Movimento Trabalhadores Rurais Sem-Terra) principalmente à Jade e ao Irineu pela ajuda, na entrega dos dados e localização dos acampamentos.

A todos meus familiares que estiveram presente comigo nessa longa caminhada.

Aos meus tios e padrinhos, Eliana e Nelson que hoje me acolhem dando amor e carinho.

Ao Francisco José Avelino Júnior, orientador e amigo que com sua compreensão acreditou em mim durante esses anos.

Aos meus dois grandes amigos de disciplina que se tornaram amigos para vida inteira Marileize Brasil e Ricardo Lopes Batista e aos demais amigos, pois sem vocês tudo seria mais difícil.

Aos meus professores das disciplinas, ao conhecimento compartilhado, principalmente ao prof. Milton Mariani que foi o que mais colaborou em relação ao teórico e metodológico.

Aos membros da Banca de qualificação e defesa professora Dr.^a Rosemeire Aparecida Almeida e professor Dr.^o Edgar Aparecido da Costa pela contribuição fundamental na elaboração deste trabalho.

As minhas Amigas Janaina, Priscila, Ariane, Talita e Nathália, que quando eu achei que nada mais era importante me mostraram um mundo em que eu ainda poderia ser feliz.

Aos acampados do acampamento Fazenda Macaé Willian – By, Josué de Castro e Keno que contribuíram direta e indiretamente para realização deste trabalho.

A Fabiana, mulher, mãe e acampada que com toda sua atenciosidade colaborou em organizar os companheiros de luta para aplicação dos questionários.

A todos minha eterna gratidão.

TERRA NOSSA, LIBERDADE.

*Esta é a Terra nossa:
a liberdade,
humanos!
Esta é a terra nossa:
a de todos,
irmãos!
A terra dos Homens
que caminham por ela,
pé descalço e pobre.
que nela nascem, dela,
para crescer com ela
como troncos de Espírito e
de carne.
Que se enterram nela
como sementeira
de cinzas e de Espírito,
para fazê-la fecunda como
uma esposa mãe.
Que se entregam a ela
cada dia,
e a entregam a Deus
e ao universo,
em pensamento e suor,
em sua alegria,
em sua dor,
com olhar
e com enxada
e com verso....
Prostitutos cridos
da mãe comum,
seus mal nascidos!*

*Malditas sejam
as cercas vossas,
as que vos cercam
por dentro,
gordos, sós,
como porcos cevados;
fechando, com arame e seus títulos,
fora de vosso amor,
aos irmãos!*

*(Fora de seus direitos,
seus filhos
e seus prantos
e seus mortos
seus braços e seu arroz!)*
*Fechando-os
fora dos irmãos
e de Deus!*

*Malditas sejam
todas as cercas!
Malditas todas propriedades privadas
que nos privam
de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
amanhadas por poucas mãos
para ampararem cercas e bois
e fazer a terra, escrava
e escravos humanos!*

*Outra é a terra nossa,
homens, todos!
A humana Terra livre, irmãos!*

(D. Pedro Casaldáliga)

RESUMO

O problema agrário no Brasil se reflete na forma de propriedade da terra, onde podemos constatar a concentração de terra desde a época em que os portugueses administravam a colônia até a atualidade. Desta forma é fundamental analisar o território de luta pela terra e as territorialidades sob a ótica dos camponeses que se encontram excluídos deste processo, fragmentados em diferentes acampamentos de luta pela terra no Brasil. As territorialidades existentes no interior desses acampamentos, de diferentes movimentos de luta pela terra, são importantes serem identificadas, pois a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação e exploração do capitalismo. O território de luta em Andradina formou-se através das relações existente nas frentes que organizam a luta. Nos acampamentos sem-terra a luta é contra a expropriação e exploração do capitalista na propriedade terra. São através das manifestações com os acampamentos na beira da estrada, as ocupações de terras e criando novas territorialidades para vencer as políticas que procuram adiar a reforma agrária. Diante disso encontramos assim, a luta pela terra que renasce na região de Andradina com um total de aproximadamente 21 acampamentos distribuídos nos municípios de Guaraçai, Nova Independência, Castilho, Itapura, Andradina entre outros municípios. Estes acampamentos alguns são organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) e outros pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR/SINTRAF) ambos com o mesmo objetivo, a conquista da terra. Assim o objetivo principal da pesquisa esclarecer as novas estratégias que os camponeses adotam para sobreviver na luta pela terra e a (re) criação do campesinato, através das fontes orais. Uma das considerações fundamentais desta pesquisa, é que existem diversas peculiaridades nos acampamentos cada qual exercendo suas territorialidades. O território de luta pela terra que é fundamental para sustentação e construção da luta pela terra e resistência ao processo capitalista no campo é a base de sustentação da luta onde as frentes que organizam a luta diante de suas territorialidades ditam a organização expressando as relações de poder.

Palavras chaves: Luta pela terra, Território e Territorialidades, Acampamentos

ABSTRACT

The agrarian problem in Brazil is reflected in the form of ownership of land, where we see the concentration of land since the time when the Portuguese managed the colony to the present. Thus it is essential to analyze the area of struggle for land and territorialities from the perspective of farmers who are excluded from this process, fragmented into different camps to fight for land in Brazil. The territorialities existing within these camps, with different movements to struggle for land, are important to be identified because the struggle for land is an action taken by farmers to enter the land and resist against the expropriation and exploitation of capitalism. The territory to fight in Andradina formed through the existing relations fronts in the struggle to organize. The landless in the camps is to struggle against exploitation and expropriation of capitalist property in land. Are the demonstrations through the camps on the roadside, the occupation of land and creating new territorialities to defeat the policies that seek to delay the land reform. In this way we find the struggle for land in that region of Andradina reborn with a total of about 21 camps distributed in the municipalities of Guaraçai, New Independence, Castilho, Itapura, Andradina among other municipalities. These camps are organized by some movement of the landless workers (MST) and the Union of Workers in Family Farming / Rural Workers Union (STR / SINTRAF) both with the same goal, the conquest of the earth. Thus the main objective of the research to clarify the new strategies that farmers adopt to survive in the struggle for land and (re) creation of the peasantry, through oral sources. One of the key considerations of this research is that there are several peculiarities in the camps each exerting its territoriality. The area of struggle for land that is essential for sustaining and building the struggle for land and resistance in the capitalist process is the basis to sustain the fight where the fronts to organize the fight before his territorialities dictate the organization expressing power relations .

keys - Words: Fight for the land, territory and Territorialities, Encampments

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Área Total em hectares dos estabelecimentos Andradina/SP em 1995/1996	19
Gráfico 2: Estado civil dos acampados no Willian – by, fazenda Macaé.	88
Gráfico 3: Estado civil dos acampados no Josué de Castro 2006.	91
Gráfico 4: Estado civil dos acampados no Acampamento Keno em 2008.	92
Gráfico 5: Gênero dos acampados	97
Gráfico 6: Idade dos acampados.	98
Gráfico 7: O número de filhos dos acampados.	98
Gráfico 8: O grau de escolaridade dos acampados	99
Gráfico 9: Acampados que trabalhavam com a terra antes do acampamento	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município de Andradina/SP	17
Figura 2: A organização dos sujeitos no território de luta pela terra em Andradina/SP	29
Figura 3: Violência contra ocupação e posse em 2006 e 2007 no Brasil.	58
Figura 4: Perfil das questões fundiárias no Estado de São Paulo.	69
Figura 5: Distribuição dos Acampamentos na região de Andradina.	83
Figura 6: Acampamento Macaé. A: quando o acampamento estava na rodovia. B: Atualmente no sítio	86
Figura 7: Esquema da disposição dos Barracos no acampamento Wilian- by fazenda Macaé em Andradina SP. A ano de 2006 e B ano 2008.	87
Figura 8: Organização dos Barracos na agrovila do assentamento Timboré.	89
Figura 9: Esquema da disposição dos Barracos no acampamento Josué de Castro.	90
Figura 10: Organização dos Barracos na Rodovia Gerson Dourado de Oliveira.	91
Figura 11: Esquema da disposição dos Barracos no acampamento Keno .	92
Figura 12: A luta na lona Branca Acampamento Keno .	94
Figura 13: Seguranças contratados para expulsar os sem-terra da fazenda Macaé, 15 de maio de 2008.	102
Figura 14: Os acampados montando seus barracos na sede do INCRA em 16/05/2008	103
Figura 15: Lugar de uso comum do acampamento Keno.	105
Figura 16: Pequenas plantações nos acampamentos	106
Figura 17: O sonho de Rosangela e Alaor.	110
Figura 18: O sonho de Tatielle e Oliveira.	110
Figura 19: O sonho de Luiz e Paulo.	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Organograma dos acampamentos	85
Quadro 2: O numero de acampados que trabalham fora dos acampamentos, e participaram de outros acampamentos.	107
Quadro 3: A origem dos acampados	107
Quadro 4: Quadro Comparativo dos acampados que trabalhavam com a terra	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: A Propriedade de terra em Andradina/SP de 1937 a 1950	18
Tabela 2: As frentes que organizam a luta pela terra em Andradina SP 2007.	21
Tabela 3: O numero de da luta pela terra: Famílias e Acampamentos no Brasil	56
Tabela 4: Comparação dos conflitos no campo de 1998 a 2007	57
Tabela 5: Acampamentos inscritos no INCRA na região do Pontal do Paranapanema	72
Tabela 6: Acampamentos inscritos no INCRA região de Araraquara	73
Tabela 7: Acampamentos inscritos no INCRA região de Ribeirão Preto	74
Tabela 8: Regularização das terras dos quilombos no Estado de São Paulo	75
Tabela 9: Assentamentos Federais administrados pelo INCRA na Região de Andradina	81
Tabela 10: Assentamentos com a Participação do ITESP na Região de Andradina	81
Tabela 11: Áreas ajuizadas aguardando emissão na posse na Região de Andradina	82
Tabela 12: Acampamentos da Região de Andradina	83

LISTA DE SIGLAS

CEB 's = Comunidade Eclesiais de Base

CBTE = Central Brasileira dos Trabalhadores e Empreendedores

CNBB = Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG = Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT = Comissão Pastoral da Terra

DAF = Departamento de Assuntos Fundiários

FETAESP = Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

GEE = Grau de Eficiência de Exploração da Terra

GUT = Grau de Utilização da Terra

GEAT = Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins

GEBAM = Grupos Executivos de Terras do Baixo Amazonas

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária

ITESP = Instituto de Terras de São Paulo

MASTER = Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDA = Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST = Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MIRAD = Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária

MITT = Movimento pela Integração dos Trabalhadores Sem Terra

NEAD = Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento

NERA = Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisa Sobre Reforma Agrária

NOB = Estrada de Ferro Noroeste Brasil

PC do B = Partido Comunista do Brasil

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro

PNRA = Plano Nacional de Reforma Agrária

PT = Partido dos Trabalhadores

PIN = Plano de Integração Nacional

POLAMAZÔNIA = Programa de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia

POLONORDESTE = Programa de desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PROTERRA = Programa de Redistribuição de Terras e de estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PROVALE = Programa Especial para o Vale do São Francisco

SP = São Paulo

SINTRAF = Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

STR = Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SDS = Social Democracia Sindical

SUDAM = Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UDR = União Democrata Ruralista

UNITERRA = União dos Trabalhadores Sem-terra

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 Ouvindo os camponeses: Trabalho com fontes orais na Geografia	24
2.2 O conceito de território e territorialidades	26
2.3 O conceito de campesinato e a questão da renda da terra no capitalismo	33
3 GEOGRAFIA, LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA	41
3.1 A construção do pensamento geográfico e a questão agrária no Brasil	41
3.2 Luta pela terra e Reforma Agrária: Encontros e desencontros	48
4 AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO DA LUTA PELA EM SÃO PAULO	59
4.1 A expansão capitalista no Brasil e as transformações no campo em São Paulo: algumas considerações	59
4.2 A organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a espacialização dos conflitos	68
4.3 A política fundiária e as formas de atuação do governo e suas autarquias: Avanços e Recuos	76
5 O ACAMPAMENTO COMO TERRITÓRIO DA LUTA PELA TERRA E DA PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES CAMPONESAS NA REGIÃO DE ANDRADINA SP.	80
5.1 A Região de Andradina em questão	80
5.2 A etnografia dos acampamentos: Macaé, Josué de Castro e Keno	84
5.3 A produção de territorialidades	93
5.3.1 O ser sem-terra e a luta pela (re) camponização	96
5.3.2 Manifestações políticas: A ocupação de terra	100
5.3.3 O acampamento como território de luta: diferenças, similitudes e solidariedade	103
5.3.4 O sonho da terra prometida	108
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

1. INTRODUÇÃO

Quem carece de memória histórica – o desenraizado, o migrante, o sem história. Aquele cuja vida foi privada do sentido da duração do tempo, da permanência além da morte. Aquele que vive a falta de história, como carência e privação. Os velhos e os jovens. Aqueles, porque não têm a quem deixar a memória dos fragmentos, por isso mesmo sem sentido. Estes, porque não têm o que herdar. Ambos condenados. Um, ao trabalho que, no fim da vida, mostra-se sem sentido (os frutos do trabalho estão fora de suas mãos e de sua vida; estão em outro lugar). [...] O outro, condenado ao vazio da falta de emprego, de lugar, de perspectivas e prematuramente excluído. (MARTINS apud PONTUSCHKA, p. 125, 1999).

Temos neste trabalho o esforço conjunto e cooperação que surgiu na graduação UFMS/CPTL, a partir de 2003, junto ao Professor Doutor Francisco José Avelino Júnior (China), que foi orientador de iniciação científica auxiliando e ensinando os caminhos da pesquisa. Ainda na graduação no segundo ano pudemos conhecer os acampamentos no seu cotidiano nos projetos de extensão oferecidos pela professora Doutora Rosemeire Aparecida Almeida, a qual despertava ainda mais a paixão pela temática. Com a iniciação científica nasceram as dúvidas e inquietação sobre a temática foi durante esse período que aproximei dos referências teóricos sobre a questão agrária

No trabalho de monografia optamos em fazer uma pesquisa em que o objeto de estudo contemplava os acampamentos situados em Andradina SP. Analisou-se o espaço social de luta e resistência nos acampamentos organizados por frentes diferentes: uma sindical, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e outro movimento social, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) observando as diferenças e similitudes no espaço social de luta pela terra.

Na pós-graduação decidimos trabalhar com a categoria território e territorialidades, dedicando a atenção para as estratégias dos acampamentos em Andradina e região com a bandeira da reforma agrária.

O estudo sobre a origem da luta pela terra em Andradina foi importante para entender as ações das frentes que organizam a luta nesta região MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), MITT (Movimento pela Integração dos Trabalhadores Sem Terra) CUT (Central Única de Trabalhadores). Observamos que a luta pela terra na região tem como organização tanto movimentos sociais como frentes sindicais.

O estudo nos acampamentos em Andradina procurou entender as territorialidades dos atores que se encontram no território de luta pela terra, principalmente as ações coletivas dos sem-terra para conquistar a terra de trabalho, ou seja, a territorialização da luta, ou conquista da fração do território. O caso estudado abriu diversas indagações sobre as formas que constitui a luta pela terra.

Os conflitos agrários aprimoram as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo, pois este é o sinal de que os camponeses vivem e ainda lutam.

Segundo Mainard (1997, 2002), o município de Andradina se localiza no alto noroeste do Estado de São Paulo, (Figura 01) possui segundo o IBGE (2007) 54.753 mil habitantes. O município é conhecido por “Terra do Rei do Gado” por ter sido fundado no centro agropecuário desta região, em 11 de julho de 1937. Sua colonização se deu a partir de 1925, iniciando da extinta estação Ilha Seca da estrada de ferro Noroeste do Brasil, onde foi construída uma picada (trilha aberta na floresta) até o lugar que atualmente situa-se a fazenda Guanabara.

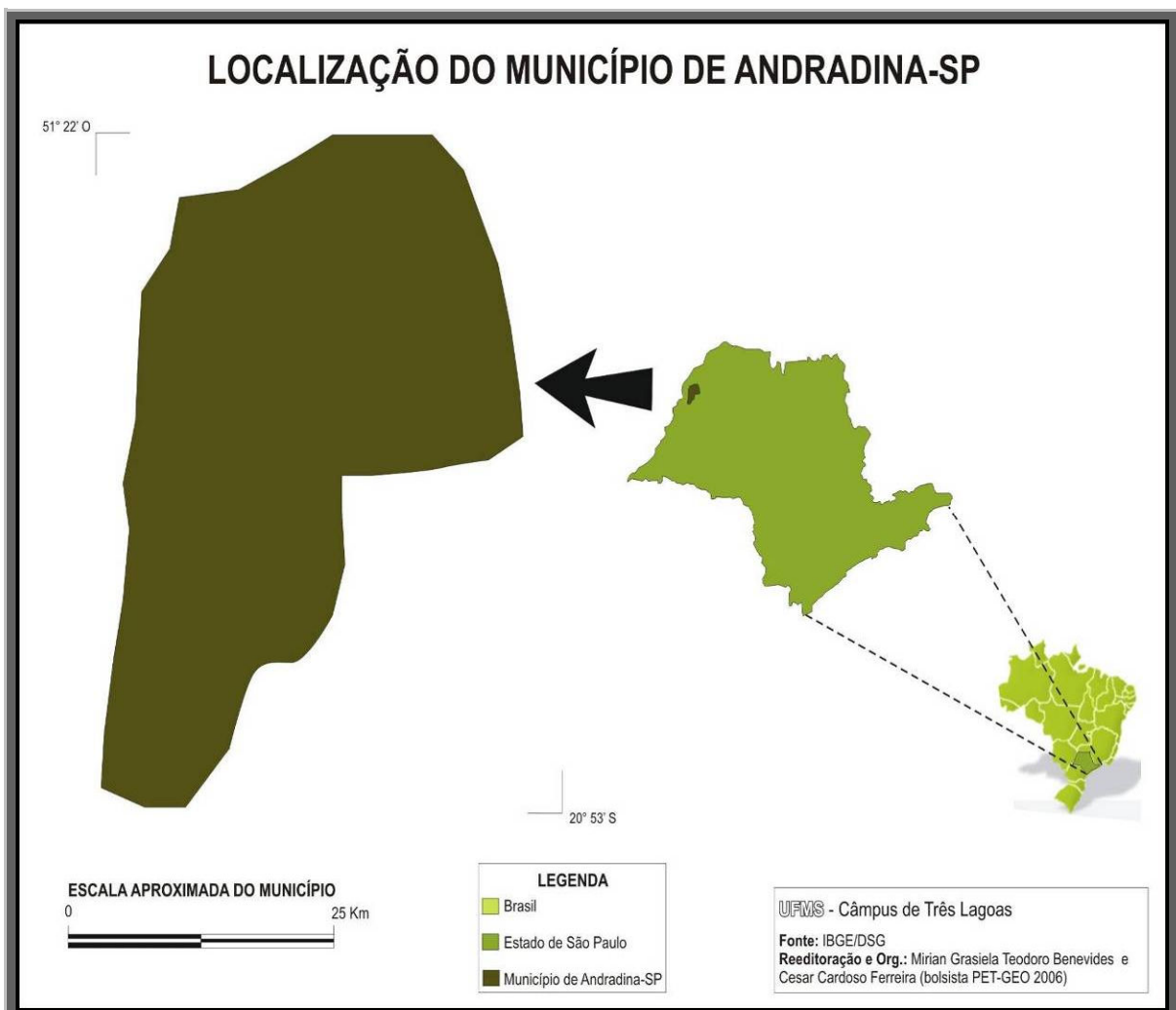


Figura 1: Localização do Município de Andradina/SP

Com a chegada da estrada de ferro NOB (Noroeste do Brasil), Antonio Joaquim de Moura Andrade ocupou Andradina fazendo da pecuária a principal a atividade do município. Em 1938 dividiu grande parte de suas terras em lotes em sítios, glebas. Mainard em seu livro “Tua vida Andradina” (1997, p. 22) diz que o então fundador de Andradina “[...] concebeu seu próprio plano de Reforma Agrária [...]” como se observa:

- Ocorreu-lhe uma idéia de dividir terras em lotes e pô-los à venda acessível a qualquer pessoa. Os que não pudessem pagar de uma só vez, podiam adquirir títulos, a uma simples promessa de pagamento. Moura Andrade tinha uma fé inabalável nos homens. [...] (MAINARD, 1997, p. 26).

Da fundação de Andradina até o ano de 1950 a propriedade de terra era distribuída da seguinte forma:

Tabela 1: A Propriedade de terra em Andradina/SP de 1937 a 1950

Alqueires	Numero de propriedades	Porcentagem
Menos de 20	519	59,6
De 20 a 50	108	12,4
De 50 a 100	66	7,6
De 100 a 200	78	8,9
De 200 a 500	57	6,6
Mais de 500	43	4,9
Total	871	100

Fonte: Associação Rural de Andradina SP, In: Mainard, R. 2002.

Na (**Tabela 1**), a propriedade de terra em Andradina/SP de 1937 a 1950 observa-se que no início da fundação do município as pequenas e médias propriedades eram em número maior. As propriedades com menos de 20 alqueires eram 519, ou seja, 59,6%. Já as propriedades de 20 a 50 alqueires eram 108, sendo 12,4%. As propriedades de 50 a 100 formavam 66, ou seja, 7,6. De 100 a 200 alqueires constavam 78 propriedades 8,9%. Com 200 a 500 alqueires tínhamos 57 propriedades sendo 6,6%. As de mais de 500 alqueires eram 43, ou seja, 4,9%.

Desde a fundação de Andradina até 1950, eram cultivados diferentes produtos, entre esses podemos citar a produção de algodão, arroz, milho, café, mamona, amendoim, laranja, abacaxi, batata inglesa, cana de açúcar entre outros alimentos.

A partir de 1950, após treze anos da fundação o município deixa de produzir para auto-suficiência passando a fazer parte do centro agropecuário descrito no artigo de Antônio Perrazza (Secretário da Associação Rural de Andradina), “Ao tempo em que vai gradativamente aumentando o número de gado no município, vemos nascer indústrias que se

alimentam dessa matéria prima, fábricas de sabão e etc [...]”. (PERAZZA apud MAINARD 2002, p 20).

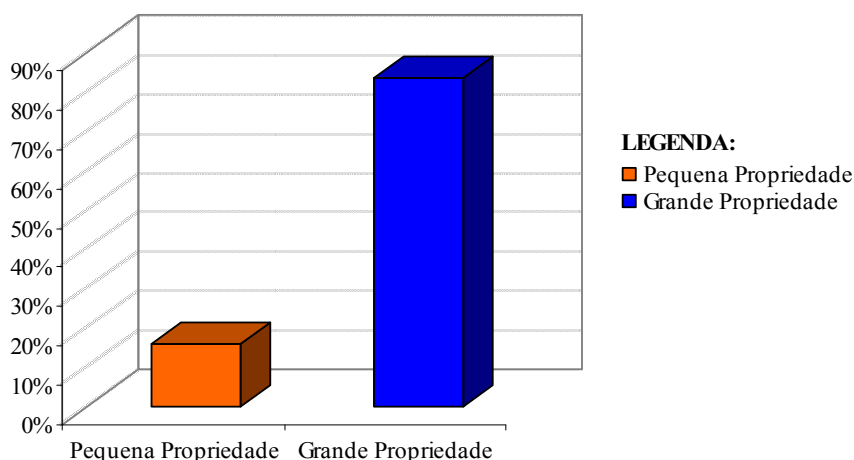


Gráfico 1: Área Total em hectares dos estabelecimentos Andradina/SP em 1995/1996
Fonte: Projeto de cooperação técnica FAO/INCRA, 1996.

Observamos no **(Gráfico 1)**, Área total em hectares dos estabelecimentos de Andradina/SP em 1995/1996 que a propriedade da terra é concentrada total de 84%, constata-se que o principal onde fator para concentração da terra, é a criação de gado. Atualmente é a expansão do mercado na produção da cana-de-açúcar que concentra as propriedades.

A partir da década de 1950 a região passa a ser cenário de conflitos entre posseiros e grileiros pela fazenda Pendengo¹. A questão perdura até atualidade.

Um dos primeiros conflitos pela posse e uso da terra em Andradina começou com os posseiros migrantes que chegaram ao final da década de 1920 como afirma Fernandes:

A história das lutas dos posseiros da fazenda Primavera começa com a chegada com a sua chegada na região de Andradina no final da década de vinte. Migrantes nordestinos e mineiros, além de imigrantes italianos, chegaram na região pelo processo de expropriação em seus lugares de origem e ali se fixaram com a esperança de adquirir posse da terra. Em um breve histórico a respeito da formação da fazenda Primavera [...] pode-se perceber a técnica de grilagem das terras devolutas predominante nesta época no Oeste do Estado de São Paulo. [...]. (FERNANDES, 1999, p 89).

Os posseiros eram subordinados a renda da terra que era cobrada pelo grileiro e manipulados pelo fazendeiro organização com apoio da Igreja e da Federação dos

¹ Pendengo ou Pedenga significa disputa. É provável que a origem do nome tenha relações com os intensos conflitos e disputas pelas terras da fazenda, entre posseiros e grileiros, durante a década de 50. Os conflitos fundiários na região Sudoeste do Estado de São Paulo são históricos. Uma das Razões desses conflitos é o processo de grilagem que marcou a forma de ocupação da região. (FERNANDES, 1999, p. 145).

Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo para solucionar o problema (FETAESP):

[...] em setembro de 1979, cansados de tentar em vão um acordo com os administradores da fazenda Primavera, 120 agricultores foram ao fórum da Comarca de Andradina, solicitar intervenção judicial para impedir que 5 mil cabeças de gado continuassem destruindo suas lavouras. A partir desta época, realizam-se constantes reuniões entre trabalhadores Rurais e o Presidente da FETAESP, com o objetivo de buscar uma solução para o problema. (FERNANDES, 1999, p. 90).

Os posseiros da Primavera conquistaram a terra no dia 08 de julho de 1980, depois de muitos anos de luta. Este processo de luta e resistência representa uma conquista através da organização do movimento de luta pela terra que surgiu naquele momento.

Segundo Fernandes (1999, p 146), outro conflito marcante em Andradina foi o da fazenda Timboré de 3.393 hectares de terra, que pertencia ao mesmo grileiro da fazenda Pendengo, esta havia sido classificada pelo Incra como latifúndio de exploração em 27/07/1986. Foram vários embates dos sem terra com os jagunços do fazendeiro como é relatado numa das ocupações, segundo Fernandes:

Sem perspectiva de solução diante do impasse, as famílias acampadas resolveram ocupar a Timboré. Para ocupar a fazenda os trabalhadores tiveram de burlar a vigilância intensiva dos jagunços. Por quatro dias as famílias promoveram forrós no acampamento. Os forrós sempre duravam até de madrugada e a festa estava sendo observada pelos jagunços. Após o terceiro dia de forró, os jagunços relaxaram a vigilância. Na madrugada do dia 19 de agosto, no quarto forró, as famílias ocuparam a Timboré. Nas três primeiras noites, durante a realização dos forrós, as famílias iam se revezando e preparando os cento e trinta barracos para serem desmontados. Na última noite, em silêncio, homens, mulheres e crianças começaram a ocupação enquanto outras pessoas dançavam e os jagunços dormiam. Por volta da 6 horas da manhã, a maior parte das famílias já havia conseguido entrar na fazenda quando o chefe dos jagunços percebeu a estratégia dos trabalhadores. Os jagunços tomaram a estrada onde ainda havia alguns barracos e começaram a disparar a esmo [...]. (FERNANDES, 1999, p 148).

As frentes que organizam a luta pela terra atualmente são a grande esperança para aqueles que foram excluídos dos meios de produção e almejam um pedaço de chão para produzir seu alimento lutando por dignidade neste país.

A luta pela Terra atualmente no Brasil é necessária porque presenciamos a inaplicabilidade da legislação para inibir essa situação. A concentração da terra é altíssima levando a concentração de renda, que assola milhares de famílias pela miséria, fome e injustiça social.

A luta pela terra renasce na região de Andradina com um total de aproximadamente 21 acampamentos como se observa na (**Tabela 02**), organizados por diversas frentes de luta pela terra, distribuídos nos municípios de Guaraçai, Nova Independência, Castilho, Itapura, Andradina entre outros municípios. Estes acampamentos são organizados pelo MST e outros pelo STR (SINTRAF) ambos com o mesmo objetivo: A conquista da terra.

Tabela 2: As frentes que organizam a luta pela terra em Andradina SP 2007.

FRENTES DE LUTA PELA TERRA	NÚMEROS DE ACAMPAMENTOS
MST	12
SINTRAF	2
MST/SINTRAF	1
CONTAG/MITT	1
SINTRAF/CUT	2
CONTAG	2
TOTAL	21

Fonte: Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) sede Andradina SP, março de 2008.

A escolha de estudar a luta pela terra em Andradina se deu por vivenciar cotidianamente na mídia regional esta questão.

O recorte temporal da dissertação foi definido a partir dos objetivos científicos da pesquisa que consistirão: analisar o território de luta pela terra nos acampamentos em Andradina SP, visando a (re) criação camponesa². Para apreender sobre os conflitos por terra fizemos um breve histórico conhecer como acontecerão os conflitos.

O recorte temporal escolhido para elaboração da dissertação foi traçar um panorama da luta pela terra a partir de 1986 com a ocupação da Fazenda Timboré, dando importância à recomposição dos acampamentos da atualidade a partir de 2006 que foram os:

- Acampamento Fazenda Macaé, a principio localizado na rodovia Euclides Figueiredo em frente a fazenda, atualmente em um sitio no distrito de Planalto.
- Acampamento Josué de Castro, localizado no Assentamento Timboré.

Acampamento Keno, localizado na rodovia Gerson Dourado de Oliveira.

- Acampamento Keno, localizado na rodovia Gerson Dourado de Oliveira.

O intuito da discussão proposta neste trabalho foi constatar as relações de poder, as territorialidades estão mantidas dentro da organização dos acampamentos e analisar o debate

² Cabe também acrescentar que a (re)criação camponesa, por meio da conquista de assentamentos, impõem necessariamente o domínio de parcelas do território pelos camponeses em conflito aberto com a produção capitalista do território, sendo que este processo de territorialização camponesa produz uma unidade territorial, fundamentada numa teia de relações que tem na família, na reciprocidade, na economia moral, na autonomia seu elo identificatório, ou seja, aquilo que faz com que se reconheçam como pessoas portadoras de uma mesma linguagem em oposição aos de “fora”, especificamente aqueles que se opõem ao mundo camponês. (ALMEIDA, 2006, p 28).

sobre a categoria território como elemento chave da análise geográfica em relação à luta pela terra, com base na obra de Raffestin (1993) junto ao conceito de territorialidade visando abrir aqui o foco para novos referenciais na questão da luta pela terra.

Em relação à bibliografia escolhida para a efetivação da pesquisa a prioridade recaiu nos autores que focalizavam os movimentos sociais e frentes que organizam a luta pela terra, questão agrária e Território, cujas correntes teóricas que nortearam o contexto da dissertação, especialmente o que abrange os conceitos e categorias que utilizamos: camponês, campesinato e luta pela terra, movimentos sociais, frente que organizam a luta, questão agrária, Reforma Agrária, Renda da terra e Terra de trabalho, terra de negócio e as categorias chaves como território e territorialidades.

Sabemos que atualmente o sistema capitalista tem comprometido o acesso dos camponeses ao campo, pois estamos diante da acumulação progressiva em que existem diferenças entre os que acumulam e os que nada possuem, considerando que a questão agrária é uma questão do capitalismo.

As lutas dos camponeses se dão devido à reprodução do campesinato e dos movimentos dos camponeses, portanto foi através da realidade da luta pela terra contra a expropriação capitalista que se analisou os acampamentos em questão.

Em relação aos movimentos sociais no campo seus estudos devem partir da realidade, uma das grandes contribuições do Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pois é uma das grandes marcas de seu pensamento, onde denuncia a concentração fundiária do Brasil. Ele tem colocado o conhecimento científico a serviço da transformação social, portanto as interpretações de Oliveira foram norteadoras e decisivas para elaboração deste trabalho, principalmente para compreender a agricultura brasileira sob a lógica contraditória do capital. Oliveira afirma: (1999b, p. 64) “[...] O capitalismo adquiriu novos padrões de acumulação e exploração. É essa nova feição do capitalismo que muitos chamaram de modernidade [...]” é nesse sentido que entende-se que a reforma agrária deve ser um processo dinâmico e imediato. Os camponeses podem desenvolver-se através de processo na terra e participem das questões políticas e socioeconômicas que perpassam por eles. Diante disso, a dissertação foi dividida em cinco partes:

Na primeira parte, abordamos o histórico da luta pela terra em Andradina, os motivos que levaram a escolha do tema, e objetivos.

Na segunda parte procuramos trabalhar com as questões teóricas, abordando o trabalho com fontes orais na geografia, considerações sobre o conceito de território e territorialidades sob as perspectivas de Raffestin (1993). Em seguida se fez abordagens sobre

o camponês e o campesinato, para compreender este processo em que está inserido a luta pela terra foi feita uma discussão sobre a renda terra, para entender que a propriedade capitalista da terra é renda capitalizada e a luta pela terra dentro deste contexto tem que ser como afirma Oliveira (1990, p 81) “[...] ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital [...]”.

Diante dos desdobramentos acima na terceira parte procuramos discernir um debate sobre a evolução da geografia agrária e os métodos de interpretação da geografia. Contemplamos o método de análise fundamentado na dialética marxista na perspectiva do Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Ainda neste capítulo diante das concepções de território no pensar de Oliveira (1999b), Raffestin (1993), Hasbaert (2005) e Saquet (2007) tentamos elaborar o território de luta pela terra mediante as ações dos atores envolvidos e também uma análise política da reforma agrária e a luta pela terra no Brasil, encontros e desencontros.

Na quarta partem abordamos as transformações no território da luta pela em São Paulo, a expansão capitalista e as transformações no campo onde se analisou a organização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), e a espacialização do conflito, a política fundiária, as formas de atuação do governo e suas autarquias e os avanços e recuos.

Na quinta parte se analisamos as territorialidades dos acampamentos no território de luta pela em Andradina, contemplando a luta pela terra atualmente, fizemos a etnografia dos acampamentos estudados com suas tessituras na organização e formação, analisamos as peculiaridades dos entrevistados sistematizando um perfil e por ultimo analisamos as territorialidades priorizando as ocupações de terra e a sobrevivência dentro do acampamento no território de luta pela terra.

O intuito desta pesquisa foi esclarecer as novas estratégias que os camponeses adotam para sobreviver na luta pela terra e a (re) criação do campesinato, diante desse processo contraditório do capitalismo, pois conforme o capitalismo avança no campo ele mesmo cria condições para os camponeses lutar para alcançar a transformação do campo no Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao estudarmos a ocupação do espaço geográfico no campo brasileiro, notamos que a geografia, enquanto ciência humana que se preocupa em compreender as relações sociais de uma sociedade capitalista contraditória, que se territorializa, pode ajudar na compreensão desses processos de desenvolvimento do capitalismo no campo. Este desenvolvimento provoca o aumento das lutas sociais, contra o desenvolvimento econômico e dos conflitos pela posse e o uso da terra, provocando transformações na forma de produzir e de organizar o território brasileiro. (AVELINO JUNIOR, 2004, p. 30).

2.1. Ouvindo os camponeses: Trabalho com fontes orais na Geografia

A pesquisa desenvolvida neste trabalho começou a ser elaborada em 2006, durante a pesquisa do trabalho monográfico. Durante o trabalho de monografia foi analisado o espaço social de luta pela terra e resistência observando as diferenças e similitudes na construção da práxis desses camponeses sem-terra. Os acampamentos analisados durante esta pesquisa se encontram situados na cidade de Andradina SP.

Ao observar dois acampamentos organizados por frentes diferentes, onde, um foi organizado pelo Movimento Social dos Trabalhadores Sem-Terra e o outro pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar constatou-se que não há diferenças no espaço social e no processo de vivência no espaço de luta pela terra nos acampamentos. Encontra-se diferença na organização, e nas políticas internas de cada frente de luta pela terra.

Ficou evidente durante esta pesquisa, que a politização está somente com as lideranças, criando assim hierarquias dentro do espaço social de luta pela terra. Contudo, foram estas questões que trouxeram novas inquietações sobre a luta pela terra, no intuito de tentar acalmar algumas dessas inquietações sobre a temática. Certamente a temática, “a luta pela terra em Andradina SP”, foi analisadas sob novas perspectivas, categorias e com maior respaldo teórico metodológico.

A pesquisa apresentada a seguir foi desenvolvida em duas etapas: a primeira foi o levantamento do material sobre a temática, revista especializada, a segunda foi saída de campo in lócus nos acampamentos Macaé, Josué de Castro e Keno onde foi analisado o território de luta pela terra, construído pela práxis dos camponeses sem-terra, entendendo as formas de organização dos camponeses sem-terra. Procurou-se descrever a vivência nos acampamentos estudados, analisar as territorialidades através das relações de poder existentes

nas frentes que organizam a luta. O sem-terra luta contra a expropriação capitalista da terra através das manifestações sejam elas com os acampamentos na beira da estrada, as ocupações de terras, entre outras. O Estado age em parte como mediador com programas governamentais, mas colabora com os proprietários de terra através do aparato político, onde o proprietário de terra é amparado pelo estado e pelo poder do capital. São essas ações que determinam o aparecimento do território de luta pela terra, que remete a noção de poder e de controle de um determinado grupo social.

Por este motivo foi necessário uma análise de quem constrói a luta dentro do acampamento observando as relações de poder subordinam ou caracterizam o sujeito acampado na luta pela terra.

Além disso, fizemos o levantamento de dados estatísticos sobre a luta pela terra no Estado de São Paulo e na região de Andradina nos seguintes órgãos: Instituto de Terras de São Paulo ITESP, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), no Sindicato dos trabalhadores da agricultura familiar (SINTRAF), na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), entre outros.

O trabalho com fontes orais foi à metodologia que norteou esta pesquisa, serviu como base fundamental para aquisição de sobre o cotidiano no acampamento, suas formas, diferenças e similitudes, territorialidades, foi através dos relatos e depoimentos que se descobriu sua essência.

Entrevistas, depoimentos e histórias de vida são técnicas que vêm sendo utilizadas há bastante tempo para conhecer determinados processos sociais que estão imersos nesses mesmos processos. As fontes orais devem ser entendidas como um método capaz de produzir interpretações sobre processos históricos referidos há um passado recente, que muitas vezes, só conhecermos por intermédio de pessoas que participaram ou testemunharam algum tipo de acontecimento

O trabalho com fontes orais nos permite segundo Almeida (2006, p. 157) “Refletir acerca da discussão que se tem feito sobre seu uso nas ciências humanas [...]”. A escolha do trabalho com fontes orais se deu pelo fato de considerar que os relatos das pessoas entrevistadas têm o papel ativo no trabalho de campo.

A decisão por trabalhar com fontes orais na produção do conhecimento geográfico se colocou como caminho diante da riqueza das narrativas que, em muito, superam os questionários rigidamente estruturados, os quais, comumente, partem de uma interpretação pré-via da realidade e, na maioria das vezes, deixam de contemplar a imprevisibilidade do concreto, do real, e

das significações que os eventos têm de acordo com o narrador [...]. (ALMEIDA, 2006, p. 158).

Cumpre salientar, que os relatos orais são forma de colher história, sujeitos assim realizamos saída in loco com os camponeses acampados, que permitiu descrever e observar suas relações através das entrevistas.

Os documentos escritos são fixos; eles existem tenhamos ou não ciência deles, e não mudam uma vez que o tenhamos encontrado. Testemunho oral é apenas um recurso potencial até que pesquisas o chamem para a existência. A condição para a existência da fonte escrita é a emissão, para fontes orais é a transmissão. (PORTELLI apud ALMEIDA, 2003, p. 36).

Como observamos na fala de Portelli³ existe críticas⁴ sobre em relação as fontes orais, dizendo que elas não são objetivas. Através das fontes orais não obtemos do entrevistado a verdade como se sua memória fosse um depósito de acontecimentos, o que faz dela necessária e não como substituta, e sim trabalhada junto às fontes escritas.

As fontes orais serviram de base metodológica no trabalho de campo, as entrevistas se constituem em:

[...] A forma mais antiga e mais difundida de coleta de dados orais, nas ciências sociais [...]. Elas ora fornecem dados originais, ora complementam dados já obtidos de outras fontes. Na verdade, a entrevista está presente em todas as formas de coletas dos relatos, pois estes implicam sempre um colóquio entre pesquisador e narrador. (QUEIROZ apud LIMA, 2007, p.29).

Diante disso, tecnicamente, entrevistar é estabelecer uma relação comunicativa, que está presente. Ao estar colhendo um depoimento, o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador. “[...] A entrevista pode se esgotar num só encontro; os depoimentos podem ser muitos curtos, residindo aqui uma de suas grandes diferenças com relação às histórias de vida. [...] Toda história de vida encerra um conjunto de depoimentos.” (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Em vista dessas considerações, entende-se que a memória, individual ou coletiva, é necessária à atualização da percepção da realidade é o que torna possível a compreensão das transformações operadas na sociedade.

2.2. O conceito de território e territorialidades

³ Apud: (ALMEIDA, 2003, p.36).

⁴ Há uma depreciação em relação à entrevista, atribui-se a ela um distanciamento do fato acontecido e, portanto uma dependência em relação à memória que é fundamentalmente seletiva e subjetiva. (ALMEIDA, 2003 p.36).

Primeiramente devemos esclarecer o que entendemos por território. “Sabemos que Espaço e território não são termos equivalentes. [...]” (RAFFESTIN 1993, p.143). O território é assim apropriação do espaço como se este fosse uma parcela do espaço, o território é derivado de variadas interpretações, ele assume diversos significados. “[...] mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder.” (SAQUET 2007, p.33).

A categoria território nasce com dois sentidos, material e simbólico, para Haesbaert tem a ver:

[...] com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2005, p.6774).

Cumpre salientar, que é de suma importância, a caracterização genérica e aparentemente dicotômica, devemos perceber e analisar a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. (HAESBAERT, 2005).

Nesse sentido, segundo Raffestin (1993, p.144) o território é produzido com as transformações no espaço: “[...] O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.”.

Raffestin (1993) afirma que o território surge após o espaço mediante o ator denominado de ator sintagmático (ator que realiza uma ação programada). Sendo assim os atores sintagmáticos são responsáveis em determinar o seu território, no qual colocam sua identidade e, no qual, eles atribuem valor. O significado do território é utilizado quando se faz uma reflexão quanto ao significado real:

[...] Definir, caracterizar, distinguir, classificar, agir implicam na noção de limite: é preciso delimitar [...] Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. (RAFFESTIN, 1993, p.153, grifo nosso.).

Por conseguinte, o território é definido, no seu caráter principal, como “[...] referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que

está inserido [...]” (HAESBAERT, 2002, p.115). Dentro deste aspecto, Hasbaert (2005) apresenta dicotomia entre território material e simbólico.

Assim, poderíamos falar em dois grandes “tipos ideais” ou referências “extremas” frente aos quais podemos investigar o território, um mais funcional, outro mais simbólico. Enquanto “tipos ideais” eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja. [...] (HAESBAERT, 2005, p.6777).

Entretanto, a categoria território implica o controle/poder exercido sobre as variáveis da extensão (forma, posição, distância, direção e diversidade de direção), e também sobre os movimentos e as conexões entre atores e estruturas. Nesse sentido, o território tem um caráter de exclusividade, produto do poder de delimitar um espaço, mas a delimitação não cria homogeneidade ou uma qualidade única dentro do território nem gera um único território. Podem coexistir e sobrepor-se vários territórios, em conformidade com a conjuntura histórica, o grau e modalidade do desenvolvimento das forças produtivas, o sistema político, a correlação das forças sociais, os hábitos e tradições, expressas em consensos, tensões e conflitos.

No território encontramos um conjunto de relações entre atores, contidos em diversas meios, tais como Estado, mercado, circulação, trocas materiais e intercâmbios imateriais, hábitos, tradição, entre outras, que expressam um processo de territorialidade que lhe foi particular e, desta forma, transformou aquele espaço em um território de processos sociais.

Portanto, são os processos sociais, o grau e modalidade do desenvolvimento das forças produtivas, o sistema político, a correlação das forças sociais e as teias de interesses mercantis e as mentalidades que dão sentidos a territorialidades que segundo Raffestin (1993):

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. (RAFFESTIN, 1993, p.161).

Para a compreensão do território de luta pela terra e territorialidades, buscou-se a compreensão do conceito território, porém “[...] o território assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes”. (SAQUET, 2007, p. 27).

Pensando nas particularidades do território, abordamos o acampamento como território de luta pela terra com o intuito de enfatizar cada componente individualmente (território, territorialidades, identidade, poder, políticas públicas de reforma agrária) dentro do

campo de construção da realidade dos acampamentos então analisados. Uma vez que as relações de poder podem ser encontradas em diversos lugares de diversas formas:

Relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado em suas diferentes e complementares instâncias, nas fabricas, na igreja...enfim, em nossa vida cotidiana. Relações que são vividas, sentidas e, às vezes, percebidas e compreendidas diferentemente. Assim os territórios e as territorialidades: vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i) materialidade. [...] (SAQUET, 2007, p. 25, grifo nosso).

Devido ao contexto histórico da luta pela terra em Andradina, a compreensão do território de luta é fundamental. Território onde os acampados elaboram a identidade de sem-terra e constroem o território de luta pela terra através das relações de poder. Os homens vivem ao mesmo tempo, os processos territoriais e o produto territorial por relações existenciais e ou produtivas, todas são relação de poder que modificam os atores

Nesse sentido, o território de luta pela terra é para o camponês a forma de voltar para terra, o acampamento é algo valioso onde aplica meses e anos de trabalho para a conquista da terra. O território é definido no seu caráter principal, como “[...] referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido [...]”. (HAESBAERT, 2004, p.115).

Diante disso para compreendermos as ações dos sujeitos na luta pela terra em Andradina construiu a reflexão no território formado a partir das concepções de Raffestin (1993) (**Figura 2**). Neste sentido, analisamos o território de luta em Andradina e a relação de poder que se circunscreve no território de luta pela terra.

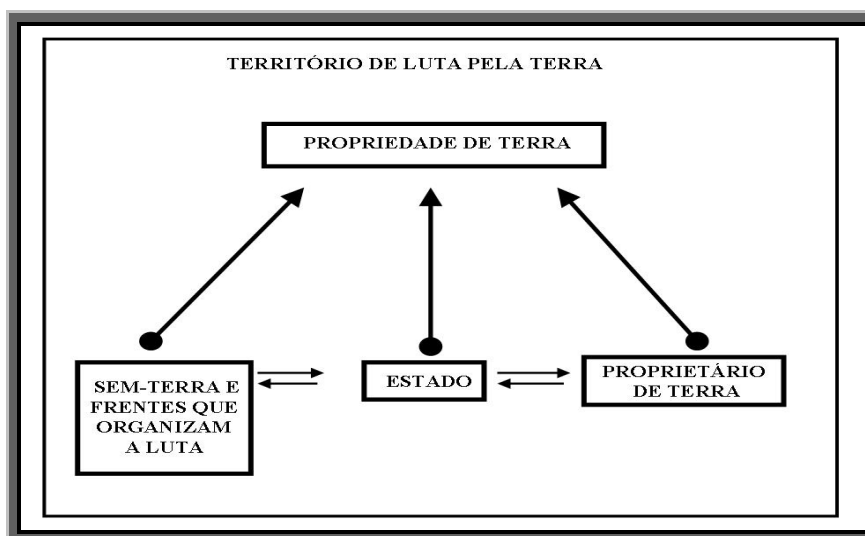


Figura 2: A organização dos sujeitos no território de luta pela terra em Andradina/SP
Organização: BENEVIDES, Mirian Grasiela Teodoro, 2007

Na **(Figura 2)**, o território de luta circunscreve a partir das implantações dos nós e das redes, no caso específico é a organicidade do acampamento onde os atores sintagmáticos passam a interagir.

Neste sentido os atores sintagmáticos dentro do território de luta serão os indivíduos que passam a se organizar no espaço passando a interagir em diversos locais mediados por relações políticas, econômicas, demográficas, culturais. Assim no território de luta pela terra os atores que irão interagir são:

- SEM-TERRA (CAMPONÊS), representado pelas frentes que organizam a luta pela terra.
- ESTADO representado pelo INCRA e pelo ITESP.
- PROPRIETÁRIO DE TERRA.

A convivência desses atores no mesmo local é o que chamamos de tessitura, ou seja, as relações de cada um destes atores, relações estas que serão suportadas dentro do enquadramento do poder. A delimitação das tessituras será efetuada de acordo com os vários objetivos do conjunto da população: econômicas, sociais, culturais etc, pois estas determinam as escalas de poder:

- Sem-terra luta contra a expropriação capitalista da terra através das manifestações sejam elas com os acampamentos na beira da estrada, as ocupações de terras entre outras.
- Estado age em parte como mediador com programas governamentais, mas colabora com os proprietários de terra através do aparato político e judicial.
- Proprietário de terra amparado pelo estado e pelo poder do capital.

As Redes, nós e nodosidade são de suma importância, elas desenham a trama, expressam poder como as tessituras, através das redes os atores se organizam e tornam suas ações visíveis em formas de manifestações.

Os nós e nodosidades são os pontos os locais, que podem ser aldeias, cidades, países etc. No caso específico da luta pela terra são os acampamentos.

Neste sentido, a partir da representação na **(Figura 02)**, A organização dos atores no território de luta pela terra em Andradina/SP, os atores vão proceder à repartição da superfície à implantação de nós e a construção de redes, o que podemos chamar de essencial visível, para manifestar a luta pela terra.

Cumprer salientar, que em relação às estratégias adotadas pelos acampados no território de luta pela terra (**Figura 02**), segundo Raffestin (1993) nos conduz às territorialidades como formas tridimensionais que promovem o processo de autonomia no espaço: “[...] e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.” (Raffestin, 1993, p.160).

Ainda Raffestin (1993, p 161/162): “[...] A territorialidade se manifesta em todas as escalas sociais, ela é consubstancialmente a todas as relações e seria possível dizer que, de certo forma a face vivida da face agida do poder.”.

Para compreender a organização dos movimentos de luta pela terra se deve entender a resistência à expropriação da terra no processo contraditório de reprodução capitalista e a territorialidade produzida que segundo Raffestin:

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros da coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas [...]. (RAFFESTIN, 1993, p 158).

A multidimensionalidade do território na forma da luta pela terra descreve as territorialidades onde ao mesmo tempo em que existe o conflito, encontramos também o convívio social e o natural, ou seja, tudo aquilo que é produzido no território, pois este faz parte da realidade e quando os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e produto territorial por relações existenciais e ou produtivas, todas são relação de poder, onde os atores se modificam.

Diante disso, encontra-se assim um sistema contraditório, ou seja, o sem-terra luta contra a expropriação capitalista da terra através das manifestações, sejam elas com os acampamentos na beira da estrada ou as ocupações de terras entre outras.

O Estado age em parte como mediador com programas governamentais, mas colabora com os proprietários de terra através do aparato político. Proprietário de terra aparado pelo estado e pelo poder do capital. São essas ações que determinam o aparecimento do território de luta pela terra, que remete a noção de poder e de controle de um determinado grupo social.

Para entender o território de luta pela terra dos acampamentos estudados, tivemos a necessidade de compreender o que é o sistema territorial que efetiva o território de luta pela terra em Andradina SP.

Segundo Raffestin (1993), o sistema territorial é a produção do espaço pelos atores sintagmáticos, ou seja, é produto e meio de produção. O sistema territorial manifesta-se a partir de uma representação, os atores vão proceder à repartição das superfícies a implantação de nós e a construção de redes “essencial visível” das práticas espaciais, ainda que as malhas, nós e redes não são diretamente observáveis, podem puramente ou simplesmente estar ligadas a decisões.

No território concreto esses atos traduzem-se por “atos observáveis”: “[...] Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Contemplando, a discussão feita por Raffestin, à formação do território de luta pela terra em Andradina “[...] É a manifestação pública dos sujeitos e seus objetos. [...]”. (FERNANDES, 1999, p 237), onde não se pode negar que no território de luta nasce simultaneamente uma representação “o acampamento”, o essencial visível do território de luta pela terra, onde os atores sintagmáticos, lembrando os sem-terra, a frente que organizam a luta, o Estado ITESP e INCRA e o proprietário de terra, formam os sistemas de tessituras, de nós e de redes na luta pela terra.

Nesse sentido o sistema de tessituras, de nós e de redes permite assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado ou possuído como pode-se observar a seguir:

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual originam as relações de poder. [...] (RAFFESTIN, 1993, p 151).

Seguindo a hierarquia das relações, os coordenadores das frentes que organizam a luta pela terra passam as informações para os coordenadores dos acampamentos, informações estas que vêm sempre da coordenação nacional, passando à estadual chegando à regional⁵, sempre seguindo a hierarquia, onde encontra-se uma ordem “[...] o sistema de objetivos e de ações é sempre guiado por uma série de princípios que revelam uma ordem, hierárquica ou não. [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.153).

⁵ Estamos seguindo aqui a hierarquia do MST: a forma de organização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra que segue: COORDENAÇÃO NACIONAL – DIREÇÃO NACIONAL – COORDENAÇÃO ESTADUAL – DIREÇÃO ESTADUAL – COORDENAÇÕES REGIONAIS – COORDENADORES DE ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS. Fernandes (1999).

Dentro destas hierarquias na luta pela terra encontramos as tessituras, redes, nó e nodosidade, é interessante que ao passar em frente de um acampamento as imagens territoriais não se revelam somente com a pesquisa que podemos estar decifrando.

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-se as que chega à estrutura profunda. Do estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. [...] (RAFFESTIN, 1993, p.152).

Desta forma, sabemos que “[...] A tessitura territorial pode comportar níveis que são determinados pelas funções que devem se realizar em cada uma dessas malhas. [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Salienta Raffestin (1993) que as tessituras implicam noções de limite (definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir), é preciso delimitar. Limite em relação ao território mostra a relação que um grupo mantém com espaço. Ação controlada por um objetivo é também uma delimitação em relação a outros objetos possíveis, delimitação momentaneamente manifesta, pois isola ou subtraí.

Ainda que, para Raffestin (1993), conjuntos de malhas é produção do território. Onde a tessitura territorial tem funções de malhas, ou seja, centralizações ou descentralizações a tessitura pode se tornar ambígua se não levar em consideração os objetivos.

Seguindo esses desdobramentos que procuramos desvendar o território de luta pela terra na região de Andradina.

2.3. O conceito de campesinato e a questão da renda da terra no capitalismo

A proposta aqui é fazer algumas abordagens sobre o campesinato, pois sabemos que é uma questão muito discutida, e somente através da compreensão do que é realmente o campesinato podemos entender a questão da renda da terra e os problemas enfrentados pelos camponeses.

No entanto, não se trata aqui de, em nome da lógica de reprodução da unidade camponesa, subtrair a lógica do capital. Na verdade, procuramos ao pensar a reprodução camponesa como uma relação não-capitalista, situá-la no conjunto das contradições do capital. Não reduzindo, todavia, essa recriação camponesa a uma pura e simples determinação do capital. Ou seja, os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra o seu filão de produção de capital. (ALMEIDA, 2003, p 21).

O intuito da discussão proposta aqui é a compreensão do conceito de camponês e a compreensão de alguns paradigmas da questão do campesinato e sua atuação na política brasileira.

Existem varias formas e maneiras de se referirmos ao camponês⁶, esta denominação varia dependendo do tempo e lugar. Antes da introdução do conceito do camponês no debate acadêmico, usavam-se várias denominações que diferem segundo a região e a condição do grupo, como por exemplo: caipira, caiçara, tabaréu, caboclo, sitiante, colono, posseiro, agregado, moradores, foreiros, etc.

Diante disso, Martins no seu livro “Os camponeses e a política no Brasil”, aborda a questão política do camponês e segundo ele, o lugar político atribuído a este foi o de excluído:

[...] excluído, que os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político. [...] às vezes será encarado como um perigo, outras vezes como um incapaz de fazer historia, de definir e atuar no processo histórico senão no sentido de contê-lo. (MARTINS, 1990, p. 25).

Nos desdobramentos sobre o campesinato destacamos autores como Lênin e Kautsky que afirmam que o campesinato iria desaparecer, opondo-se assim ao trabalho familiar, essência do camponês. O campesinato segundo eles, não resistiria à industrialização e acabaria desaparecendo, seria uma classe miserável retrógrada e vacilante, onde o camponês acabaria vendendo sua mão-de-obra tornando-se assim um proletariado. Para Kautsky⁷ (1998, p. 112): “[...] quanto mais o capitalismo progride na agricultura, tanto mais acentua ele a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração”.

Contudo, para Lênin, contradições no interior do campesinato seriam responsáveis por sua desintegração, permitindo que o modo de produção capitalista, de forma lenta e variada, expandisse sobre a agricultura, por meio da criação de um mercado interno, gerado pela separação do produtor direto dos meios de produção, que convertem em capital na mão de novos proprietários.

O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração da produção por uma minoria, a proletarianização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o

⁶ No Brasil a palavra camponês surge em substituição a uma serie de muitos termos, muitos dos quais com sentido duplo e cunho pejorativo, e que adentra nosso vocabulário exatamente pela projeção que alcançaram a organização e as lutas camponesas a partir de meados do século passado. Nesse sentido, não se trata de uma questão meramente vocabular, mas eminentemente política. (Martins 1995, p 25 In Paulino 2003 p.08)

⁷ Apud: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida, p.78, 2003.

capital comercial e emprega operários agrícolas (LÊNIN apud ALMEIDA, 2003, p. 73).

Sendo assim, construiria uma burguesia e uma massa de trabalhadores (proletários) que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Kautsky (1998), porém, discorda da tese da concentração de renda pelo avanço da grande propriedade capitalista e acredita que o capitalismo, na agricultura, assume formas próprias. O processo de proletarização se daria com a criação de novas necessidades de consumo e o conseqüente aumento da demanda por renda entre os camponeses. Com a produção para o mercado surgiria a concorrência e o camponês já não produziria tudo o que necessita para uso próprio.

[...] Assim, enquanto os estudos de Kautsky e Lênin se desenvolveram no sentido da oposição à teoria da reprodução do trabalho familiar camponês, fundamentados na concepção de que o desenvolvimento capitalista não poderia comportar outras classes além da burguesia e do proletariado e que, portanto, a descamponização era uma conseqüência necessária e inevitável para que o capitalismo pudesse se desenvolver via mercado e divisão do trabalho, abrindo caminho para a revolução socialista, [...]. (ALMEIDA, 2003, p 68, grifo nosso).

Nesta mesma perspectiva de pensamento temos no Brasil, Caio Prado Junior onde a questão agrária aparece antes de tudo como um problema humano. Para ele o processo histórico do Brasil não se encaixa a modelos europeus, logo não existiria o campesinato, pois aqui não houve divisão de terras.

No que tange ao paradigma de Alexander Chayanov o trabalho familiar camponês era importante, através deste o camponês é dono de sua renda e força de trabalho. Para este autor o campesinato poderia até desaparecer, mas não era o que acontecia na Rússia, embora ele soubesse que o modo de produção capitalista provocaria instabilidade.

Chayanov (1974), mostra que a produção camponesa, não é uma forma de produção em extinção, e sim em processo de reprodução, centrada na relação entre o trabalho e o consumo familiar. A unidade de produção familiar na agricultura seria regida por princípios gerais de funcionamento interno que a tornaria diferente da unidade de produção capitalista, não é organizada com base na extração e apropriação do trabalho alheio (mais-valia). O camponês teria por objetivo principal atender a demanda de sua família, sendo que cada integrante contribuiria com sua força de trabalho para garantir a própria sobrevivência, sem receber remuneração.

Não obstante para este autor, o estudo do trabalho da família (cada família com uma dinâmica própria) e dos elementos que a compõem (número de membros e suas idades) é fundamental para compreender a produção camponesa. Assim, a composição familiar

determinaria a quantidade de trabalho necessário à sua sobrevivência e manutenção da propriedade no transcorrer do período que antecede a próxima colheita, sendo impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro por inexistir a categoria do salário.

Em relação às teses de Chayanov quanto à estrutura da economia camponesa, é preciso considerar a economia camponesa não como algo incompleto e transitório que “pede para se acabar”, a economia camponesa, teria, perenidade, estabilidade e capacidade de reprodução que deve ser levado em conta. Reconhecer a economia camponesa como estrutura capaz de reproduzir com relativa autonomia das relações mercantis, isto é, pela hegemonia da tríade valor-de-uso-riqueza-reprodução vis-à-vis ao que prevalece nas relações mercantis que são marcadas pela tríade valor-de-troca capital-acumulação. Pois através desta tríade família, trabalho e terra que o campesinato se torna *sui generis*, ou seja, peculiar a outras formas de reprodução mercantis como afirma Almeida:

A tríade família, trabalho e terra são categorias centrais do mundo camponês basicamente porque uma não tem sentido sem a outra e, mais, delas é que valores como a moral, a liberdade, a comida, a autonomia extraem seu sentido e dão ao campesinato uma sociabilidade completa. [...] (ALMEIDA, 2003, p 21).

O autor José de Souza Martins na mesma linha de pensamento de Chaynov, embora este acredite na (re) criação camponesa no Brasil sem vestígios feudais, pois para este autor o campesinato brasileiro foi constituído no seio do regime escravocrata.

Só posso, pois, compreender as determinações mais profundas da forma de campesinato que se desenvolveu no Brasil no período colonial, e sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendo que ela se determina fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão. (MARTINS apud ALMEIDA & TOMIASI, 2000, p. 121).

O campesinato seria a família utilizando de sua força de cooperação e trabalho dentro de uma propriedade de terra, onde o trabalho familiar seria a fonte de riqueza mesmo sendo explorado no modo de produção capitalista.

[...] Portanto, é o significado da terra que faz deles camponeses, é o sentido conservador e radical de sua consciência que, justamente porque é radical, os orienta na luta contra o concentracionismo desenfreado do capital que, ao arrancálos da terra, impede o trabalho camponês e se ergue como oposição à continuidade do modo de vida desta classe *sui generis*. Situação, por sua vez, que indica a luta pela terra como um conflito que transcende a conquista de um pedaço de chão. Certamente – hoje estamos mais seguros disso – é a batalha contra o perecimento desta classe peculiar, contra a finitude dos camponeses que insistindo em perpassar diferentes sociedades vão mantendo sua situação econômico social dúplice: são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores. (ALMEIDA, 2003, p 20/21).

A expansão das relações capitalistas de produção não isentou a agricultura. Este fato exige uma reflexão quanto aos seus resultados diretos na estrutura fundiária brasileira e na reprodução das relações sociais no campo. Para o entendimento deste contexto são necessários alguns entendimentos dos processos contraditórios do capitalismo no campo brasileiro.

O recente debate teórico relativo à agricultura familiar, Oliveira (1997) diz que vem sendo travado a partir da tendência de inserção do capital monopolista, típico do sistema capitalista de produção, em todos os ramos e setores econômicos.

Trata-se da generalização das relações capitalistas de produção no interior da produção agrícola. Esse processo resultaria na destruição do campesinato, ou na (re) criação das relações não capitalistas de produção a partir do processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Na primeira possibilidade apareceriam duas classes distintas: os camponeses abastados (pequenos capitalistas rurais) e os camponeses empobrecidos, que se tornariam assalariados. Os latifúndios seguiriam em direção à modernização e à transformação em empresas capitalistas, enquanto as relações não capitalistas de produção no campo estariam em vias de extinção.

A desintegração do campesinato poderia ocorrer, via separação do camponês dos meios de produção através de ações políticas no processo de inserção de relações capitalistas no meio agrícola, por exemplo, a expansão: sulcro-alcooleira.

A segunda possibilidade, a outra vertente teórica designa as relações não capitalistas de produção como criadas e recriadas pelo modo capitalista de produção dominante, como afirma Oliveira: “[...] próprio modo capitalista de produção dominante que geraria relações capitalistas de produção e relações não capitalistas de produção combinadas ou não, em função do processo contraditório intrínseco a esse movimento [...]”. (OLIVEIRA, 1997, p.46).

A questão teórica instaura um dos pontos de discórdia acerca da produção camponesa. São a partir deste contexto de discursos contraditórios que se ampliam as discussões sobre as relações camponesas.

O modo de produção capitalista, não se restringe à produção, mas inclui a circulação de mercadorias, a troca de dinheiro por mercadorias e de mercadorias por dinheiro. Então, “[...] ele não é na essência um modo de produção de mercadorias em seu sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia [...]” (OLIVEIRA, 1997, p.48). Portanto, mesmo as relações não-capitalistas de produção estão subordinadas à lógica do sistema capitalista, pois o desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo se dá pela subjugação da renda

da terra ao capital, seja pela compra da terra para explorar, vender ou pela sua exploração para produção de mercadorias.

A propriedade da terra privada ao ser analisada como mercadoria perde a função social e nega aos camponeses, pois a terra passa a ter valor sem trabalho servindo para especulação, onde o capital resume em trabalho acumulado pelo capitalista, descartando a possibilidade da terra ser capital, mas não desta ser mercadoria. “[...] No entanto, da mesma forma que o capital se apropria do trabalho, que também não é fruto do trabalho (não tem valor), ele consegue se apropriar da terra mediante a pagamento de tributo [...]”. (Almeida & Paulino, 2000, p 121). Por isto explica Martins:

[...] o capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado [...], o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe. (MARTINS apud ALMEIDA & PAULINO, 2000, p.122).

O instrumento fundamental para a produção é a terra. No sistema de expansão capitalista a terra é considerada mercadoria, ela é adquirida através de capital e utilizada como instrumento para explorar força de trabalho. Porém ela não é mercadoria, pois não há, valor de troca materializado no trabalho humano abstrato, logo a terra nula é equivalente de capital.

[...] A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, e dia etc.
 [...] O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra. (MARX, 1996, p.168/169).

A terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma, pois a terra é um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho. A terra não tem valor porque não é produto de materialização do trabalho humano. A terra é um instrumento de trabalho diferente dos outros meios de produção Marx, (1997, p. 170) “[...] uma coisa pode ser valor de uso, sem valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é medida por trabalho [...]”.

A terra não pode ser confundida com o capital, embora na prática a terra sirva para acumular capital, não pode ser analisada em conseqüências sociais, econômicas e políticas como se fosse igual capital representado pelos meios de produção de capitalista.

Quando o capitalista compra terra, ele converte o capital em renda capitalizada, renda antecipada, com direito de extrair renda da terra e, o direito de recobrar inteiramente, mediante a simples conversão de renda capitalizada em capital, onde quem paga pelo fato de uma pequena porção ter o monopólio da terra é a sociedade.

Notadamente o capital apropria da terra a partir da renda capitalista da terra e não da produção, e sim, na distribuição da mais-valia. A renda capitalista tem o caráter de um tributo social, o conjunto da sociedade paga pelo fato de que uma classe, a dos proprietários terem o monopólio da terra.

O capital é produto da apropriação da renda produzida pelo trabalho e a terra elemento natural, quando conjuntamente apropriados por um personagem capitalista, aumenta a capacidade do proprietário de se apropriar da riqueza socialmente produzida.

Na sua forma mais desenvolvida, portanto no modo capitalista de produção, a renda da terra é sempre sobra acima do lucro (do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, lucro esse sem o qual nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir). Ela é, portanto, sobra acima da fração do valor das mercadorias que nada mais é mais-valia, ou seja, trabalho excedente. (OLIVEIRA, 1990, p.73/74).

O capitalista e o proprietário de terras confundem num só ator na atual conjuntura econômica e fundiária brasileira. Por outro lado, quando a posse da terra é preservada, e o agricultor emprega o seu trabalho e o de sua família, sem a utilização de trabalho assalariado na propriedade, estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. É a dependência do agricultor camponês em relação ao capital. O que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital, mas a apropriação da renda da terra pelo capital, tanto na grande quanto na pequena propriedade.

A propriedade camponesa, que é propriedade direta de instrumento de trabalho, tem tido sua renda drenada pela expansão das relações capitalistas de produção. De um lado, o crédito bancário mantém os pequenos agricultores endividados, extraindo a renda através da cobrança dos juros, de outro lado, há a ação dos atravessadores, que usufruem da intensificação das relações comerciais, impondo preços baixos aos alimentos produzidos na pequena propriedade. Em outras palavras,

[...] o capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores no campo em que a renda da terra é alta, como no caso da soja, da cana, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso de alimentos de consumo interno generalizado, o capital não se torna dono da terra, mas cria condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe. (OLIVEIRA, 1990, p.08).

Deduzidos os custos, a renda da terra que seria lucro médio ao camponês, é drenada para os capitalistas, pois a terra é terra de trabalho⁸, e não de uso capitalista como é apropriada pelos latifundiários.

É nesse contexto que a agricultura familiar reproduz regulada pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar. A propriedade da terra não pode mais ser vista como um direito “inalienável e absoluto”, pois isso não contribui para o crescimento da sociedade, ao contrário, facilita a dissociação entre aqueles que possuem vultosas posses/patrimônios e aqueles que não as têm nem para seu sustento, havendo a possibilidade constante de conflitos. Essas crises geradas pelo acesso desigual a terra, recurso essencial à satisfação das necessidades materiais e culturais do homem do campo, não contribuem para o processo de construção do bem-estar coletivo.

O trabalho excedente do camponês tem como objetivo criar condições de sobrevivência, mesmo que sejam as mínimas. Enquanto os preços dos produtos, ainda que baixos, permitir o agricultor familiar resistir, cultivar e permanecer na terra, eles continuará juntamente com sua família. Diante disso devemos observar a reprodução capitalista no campo nos seus princípios contraditórios como diz Oliveira (1999a, p. 75): “[...] Trabalhamos com princípio contraditório de que ao mesmo tempo em que o capital mundializou-se [...] a terra nacionalizou-se [...]”.

⁸ [...] Não é a propriedade capitalista; é a propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebe lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos do capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. (MARTINS, 1991 p.54)

3. GEOGRAFIA, LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA

[...] a má distribuição da terra no Brasil: muita gente tem pouca terra para trabalhar e pouca gente tem controle de muita terra, nem sempre utilizada para o bem publico [...] (MARTINS, 1999, p. 34).

3.1. A construção do pensamento geográfico e a questão agrária no Brasil

A evolução do pensamento na geografia deu na antiguidade clássica, especificamente no pensamento grego: Tales e Anaximandro que privilegia a medição do espaço e a discussão da forma da terra; Heródoto faz a descrição dos lugares, numa perspectiva regional; Hipócrates comenta da relação entre o homem e o meio; Aristóteles discute a concepção de lugar.

Sabe-se que diante da sistematização da geografia, sua colocação como ciência particular e autônoma aconteceu como um desdobramento das transformações operadas na vida social, pela emergência do modo de produção capitalista. A geografia na verdade, foi um instrumento de consolidação do processo capitalista, com a ascensão do positivismo houve à efetivação da geografia como corpo de conhecimento sistemático, que ocorreu durante o período de decadência ideológica do pensamento burguês, em que a prática desta classe dominante visava à manutenção da ordem social existente.

A realização do capital impõe novas estratégias, pois ao migrar incessantemente de um setor a outro da economia gera sempre possibilidade de continuar se reproduzindo. O desenvolvimento da mercadoria invade completamente a vida cotidiana. Hoje o processo de reprodução toma a sociedade.

O processo do conhecimento é dinâmico e um movimento constante de superação e de busca de novos caminhos teórico-metodológicos, onde o pensamento geográfico não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo. As mudanças na maneira de pensar da geografia são produtos diretos das transformações econômicas, políticas e sociais.

Sabemos que a geografia é a ciência que atendeu o sistema capitalista de produção, e que sua sistematização objetiva-se no processo de avanço e domínio das relações capitalistas de produção. A geografia moderna nasce no século XVIII alimentada na filosofia do modernismo e iluminismo alemão.

Assim até o final do século XVIII, não é possível falar do conhecimento geográfico, como algo padronizado, com mínimo que seja de unidade temática, e de continuidade nas formulações. Designam-se como geografia:

relatos de viagem, escritos em tom literários; compêndios de curiosidades de lugares exóticos; áridos relatórios estáticos de órgãos de administração; obras sintéticas, agrupando os conhecimentos existentes a respeito dos fenômenos naturais; catálogos sistemáticos, sobre os continentes e os países do globo etc. [...] (MORAES, 1986, p. 34).

Moreira (2006) faz relação entre os fundamentos filosóficos e os paradigmas geográficos, onde a baixa modernidade relaciona-se ao iluminismo e romantismo alemão, a modernidade industrial ao positivismo e a hipermodernidade na fenomenologia, filosofia de linguagem e o marxismo.

Antes de contemplar o debate filosófico, retornaremos ao debate das controvérsias sobre o objeto da geografia “[...] manifesta na indefinição do objeto desta ciência, ou melhor, nas múltiplas definições que lhe são atribuídas,” Moraes (1986 p. 13). Como podemos notar são vários os objetos da geografia, cada autor propõe um objeto uma roupagem própria a sua concepção do objeto geográfico.

A geografia como estudo da superfície terrestre é a definição de maior vaguidade, uma vez que a terra é objeto de estudo de toda reflexão científica, o que não faz deste único de uma só disciplina. Nesta concepção encontramos as formulações de Kant onde: “Para este autor, haveria duas classes de ciências, as especulativas, apoiadas na razão, e as empíricas apoiadas na observação e nas sensações. [...]”, (MORAES, 1986, p. 14).

Outra proposta encontrada de objeto é a geografia como estudo da paisagem associada há vários fenômenos onde apresenta duas variantes: a descritiva e a relação dos elementos com as dinâmicas da natureza. Outro objeto da geografia é o estudo da individualização dos lugares, onde contempla o estudo dos fenômenos que estão numa determinada área, “[...] Esta perspectiva teria suas raízes em autores da antiguidade clássica, como o Heródoto ou Estrabão [...]”, (MORAES, 1986, p. 16). A diferenciação das áreas é outro objeto da geografia. Também como objeto da geografia se encontra o estudo do espaço, o estudo das relações entre o homem e o meio (sociedade/natureza).

Dentro deste último objeto encontramos três visões distintas do objeto: o Determinismo onde “[...] o homem é posto como um elemento passivo, cuja historia é determinada pelas condições naturais que o envolvem. [...]”, (MORAES, 1986, p. 18); o Possibilismo onde “[...] a ação do homem na transformação deste meio [...]”, (MORAES, 1986, p. 18); e o Relativismo com “[...] a relação entre si, com os dados humanos e os naturais possuindo o mesmo peso. [...]”, (MORAES, 1986, p. 19).

É fundamental a análise dos pressupostos históricos da geografia (materiais e ideais), pois somente no século XIX dá-se a sistematização da geografia, como ressalta Moraes:

[...] E nem poderia ser de outro modo, pois pensar a Geografia como um conhecimento autônomo, particular, demandava um certo número de condições históricas, que somente nesta época estarão suficientemente maturadas. Estes pressupostos históricos da sistematização geográfica objetivam-se no processo de avanço e domínio das relações de capitalista produção. [...]. (MORAES, 1986, p. 34).

Nesta perspectiva a sistematização do conhecimento geográfico é dada sob duas ordens distintas: materiais e ideológicas.

Diante disso os pressupostos materiais começam a manifestar durante a expansão européia, sendo que o primeiro deste pressuposto diz sobre o conhecimento efetivo da extensão real do planeta, a terra inteira deveria ser toda conhecida, concretizando através das grandes navegações e descobertas européias.

[...] A constituição de um espaço mundial, confirmada no século XIX, além de elemento decisivo na transição do feudalismo para o capitalismo, atua no processo de reafirmação das relações mercantis de produção. [...] (PEREIRA, 1993, p.81).

Certamente que com os grandes descobrimentos teremos a incorporação de novos territórios para união européia, surgindo outro pressuposto da sistematização da geografia foi necessário a existência de um repositório de informações sobre variados lugares da terra, como ressalta Pereira (1993, p. 81): “[...] dando origem a um enorme acervo de dados [...]”.

Neste caso Moraes também destaca:

[...] Isto é que os dados referentes aos pontos mais diversificados da superfície já estivessem levantados (com uma margem de confiança razoável) e agrupados em alguns grandes arquivos. [...] (MORAES, 1986, p. 35).

O desenvolvimento das técnicas cartográficas é outro pressuposto que contribuiu para o aparecimento da geografia, era fundamental saber como eram os locais. É interessante observar que os pressupostos materiais para o aparecimento da geografia manifestaram nas matrizes da expansão do modo de produção capitalista, afirmou durante o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, como diz Moraes (1986, p. 37): “Todas estas condições materiais, para a sistematização da geografia, são forjadas no processo de avanço e domínio das relações capitalistas. [...]”.

Em relação aos pressupostos ideológicos na construção do pensamento geográfico no século XIX tem como fonte a filosofia e as correntes filosóficas do século XVIII que propuseram explicações abrangentes do mundo. A contribuição dos pensadores políticos do iluminismo que foram portas vozes do novo regime político, também nos ideólogos das revoluções burguesas, nos propositores da organização institucional que interessava ao modo

de produção emergente; na disciplina de economia política que foi responsável pelas primeiras análises sistemáticas de fenômenos de vida social e na teoria do evolucionismo que dá lugar em sua explicação ao papel desempenhado pelas condições ambientais.

O debate filosófico travado durante o século XIX foi fundamental e importante Segundo Oliveira:

O debate filosófico travado no século XIX, tinha como centro a possibilidade das ciências humanas possuírem estatuto científico próprio, e era esta discussão que opunha positivistas e historicistas e ambos àqueles influenciados pelo pensamento hegeliano. Esse rico debate deve ser entendido agora no interior de uma visão social do mundo entendida como perspectiva de conjunto, como a estrutura categorial, como estilo de pensamento socialmente condicionado que, como todos sabemos, pode ser ideológico utópico. [...] (OLIVEIRA, 1999b, p. 66).

Durante o que Moreira (2006) chama de baixa modernidade encontramos uma geografia fundamentada em Forster e Kant, segundo Moreira (2006, p. 14): “[...] Forster e Kant são os sistematizadores da geografia moderna, essencialmente iluminista - Forster no plano teórico-metodológico e Kant no plano epistemológico”.

O positivismo é o princípio fundamental da geografia como ciência no século XIX, com a concepção filosófica e metodológica que os geógrafos vão acrescentar suas orientações. No positivismo, os estudos devem se restringir aos aspectos visíveis e mensuráveis, palpáveis. O positivismo teve como fundador Auguste Comte.

Destacamos dentro desta perspectiva três máximas: A geografia é uma ciência empírica pautada na observação. A segunda a geografia é uma ciência de contato entre o domínio da natureza e o da humanidade e a terceira a geografia é uma ciência de síntese. Também encontramos neste período alguns princípios na constituição desta como disciplina: o princípio da unidade terrestre, o princípio da individualidade, o princípio da atividade, o princípio da conexão, o princípio da comparação, o princípio da extensão e o princípio da localização.

As máximas e os princípios são responsáveis pela unidade e continuidade da geografia, foram incorporadas e transmitidas no pensamento geográfico de uma forma não crítica, tornados como afirmações verdadeiras, que em momento nenhum são questionadas.

[...] Tal fato decorre de serem tais afirmações o patamar dos estudos geográficos, o qual, apesar de frágil, fornece a única sustentação da autoridade e legitimidade desta disciplina. Se questionado e contestado esse apoio, viria ruir o edifício geográfico. Assim, a assimilação acrítica das máximas e princípios teria a por função evitar que rompesse a autoridade da Geografia, para isto não questionando a fragilidade de suas formulações. [...] (MORAES, 1986, p. 27).

Sendo assim o autor prossegue:

[...] Isto só facilita em parte a tarefa de definir esta disciplina, pois fornece uma indicação genérica e implícita da matéria por ela tratada. Serve mais para dizer o que não é geografia, do que para definir-lhe o objeto. [...] (MORAES, 1986, p. 28).

O historicismo, doutrina que estuda seus objetos do ponto de vista da origem e do desenvolvimento, foi fundado na Alemanha por Wilhelm Dilthey, está na raiz filosófica daquilo que nós geógrafos chamamos de possibilismo.

[...] Entretanto, o historicismo ressurgiu como uma espécie de neo-historicismo. Movimento que aparece também no interior do marxismo e que, via de regra, além de manter os princípios basilares do historicismo, ou seja, o conservadorismo, incorre sempre na tentação reducionista (da história sobre tudo como método), ou ao menos na ausência de articulação precisa e sem equívoco entre o condicionamento social do pensamento e a autonomia da prática científica. (OLIVEIRA, 1999b, p. 66).

A fenomenologia no pensamento geográfico é defendida como a filosofia das essências de Edmund Husserl. Ela chega à geografia em 1970 como uma fenomenologia existencial, tem um vínculo com Wilhelm Dilthey e com a filosofia neokantiana.

[...] da primeira extraindo o conceito real como o vivido, e da segunda o conceito da essência, como a o próprio transcendental, assim rejeitando a lógica formal aristotélica quanto à lógica dialética. [...] (MOREIRA, 2006, p. 42).

Além disso, a fenomenologia prioriza a percepção e entende que não podemos deduzir qualquer idéia sobre o objeto, esta disciplina acredita devemos questionar a natureza que foi fundada o objeto de sua investigação científica afirmando o mundo vivido como possibilidade de viver a experiência sensível e do poder simultaneamente de pensar de forma racional. Cabe mencionar em relação ao pensamento geográfico o que relata Oliveira:

[...] Talvez essas duas correntes, neo-historicismo e fenomenologia, estejam constituindo na base do maior número de trabalhos em desenvolvimento atualmente na geografia. [...] (OLIVEIRA, 1999b, p. 68).

A dialética marxista cujo princípio representa uma forma de pensamento enraizado na filosofia de George Wilhelm Hegel.

[...] Marx extraiu da filosofia de Hegel o seu sentido de história e o caráter dialético do real, seja esse real a natureza - campo da história natural -, seja ele o homem - campo da história social -, uma história se desdobrando no outro como processo de construção do homem [...] (MOREIRA, 2006, p. 40).

Cumprido salientar que a perspectiva marxista na geografia destacou diversos aspectos da realidade e firmou como propagadora de um pensamento crítico de fundamental

importância a recuperação da perspectiva histórica na análise geográfica por afirmação de que a relação do homem com a natureza e com outros homens é intrinsecamente social e histórica.

Porém, cabe destacar as observações de Oliveira (1999b), acerca do papel de Elisée Reclus “a geografia libertária” por ele praticada, que foi propugnada pelos geógrafos anarquistas, “[...] propondo uma geografia dialética desvendadora do papel da ciência na sociedade burguesa, melhor diríamos, no âmbito do capitalismo [...]” (BOMBARDI, 2006, p. 318).

Sobre esse assunto Bombardi (2007) ressalta:

Kropotkin e Reclus puderam, no âmbito da geografia, captar a luta de classes, a ação política camponesa e o significado da apropriação privada da terra no período em que viveram. A abordagem dialética de ambos permitiu que perdessem a contradição e o conflito como marcas da sociedade. A partir deste entendimento é que enxergaram a latência dos conflitos e a contraditoriedade do capitalismo, em um período em que a Geografia era fundamentalmente colonialista, marcada pelo expansionismo europeu e justificadora desta expansão por meio do “discurso científico geográfico”. Exatamente por isso foram perseguidos, exilados e praticamente aliados da história do pensamento geográfico. (BOMBARDI, 2007, p. 321).

Ao discutir sobre geografia agrária no Brasil, temos que aprofundar o diálogo através de sua gênese e desenvolvimento considerando as suas perspectivas teórico-metodológicas.

O estudo da Geografia Agrária como modificadora da ação homem deu por motivos de ordem econômica, social, histórica e religiosa, é recente e vem sendo desenvolvido a partir de meados da década de 70, do século passado, em que a geografia agrária brasileira intensificou o processo discussão sobre questão agrária nacional, principalmente com economistas e sociólogos agrários deixando de lado os paradigmas geográficos europeus e norte-americanos.

A disciplina de Geografia Agrária só vai aparecer na segunda metade do século XX, não só na Universidade de São Paulo, mas em, praticamente, todos os cursos de graduação em Geografia no Brasil, particularmente no momento em que se inicia a cisão deste curso do de História. A disciplina de Geografia Agrária, muito difundida, também, como Geografia Rural, vai encontrar seu lugar, nos currículos dos cursos de graduação, após a reforma universitária de 1968. [...] (SUZUKI, 2006, p. 06)

Diante disso sabemos que o estudo da Geografia Agrária é recente e entramos na década de 1980 incorporando a ótica marxista e pós-marxista através de um discurso voltado para as transformações dos modos de produção capitalista no campo brasileiro.

Diante disso, os estudos agrários estão voltados para os problemas sociais no campo ou evidencia principalmente o debate em que a geografia mais se aproxima:

[...] dos “*homens de carne e osso, ou seja, dos homens definitivamente ativos*”, produzindo um “*conhecimento que não desce do céu para terra, sobe da terra para o céu*”. Vivenciando a lição de Marx e Engels – em “Ideologia Alemã” – quando da discussão entre concepção idealista do conhecimento e a concepção materialista. (ALMEIDA, 2007, p.353/354, grifo da autora).

No que tange, a corrente do pensamento marxista, este deixou explícito seu método como podemos observar:

Por sua fundamentação meu método dialético não só difere do hegeliano, mas também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX apud OLIVEIRA, 1999, p. 70, grifo nosso).

Ainda dentro da perspectiva marxista no estudo da geografia agrária existe, segundo o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, três correntes de interpretação do desenvolvimento capitalista, Oliveira (1999b, p. 70) afirma: “[...] diferentes autores não escaparam imunes à influência positivista historicista ou mesmo racionalista, [...]”. Neste caso faremos uma breve discussão sobre estas vertentes.

Nesta perspectiva a primeira vertente⁹ que alguns autores acreditam que houve feudalismo ou relações semi-feudais de produção no campo brasileiro, onde para o desenvolvimento do campo brasileiro deveriam extinguir-se essas relações. Ainda, esses autores acreditam que o capitalismo está penetrando no campo e que luta pela terra é um atraso do avanço da agricultura brasileira como afirma Oliveira: “[...] a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria o capitalismo penetrar no campo. [...]” (OLIVEIRA, 1999b, p. 70).

A segunda vertente¹⁰ afirma que os camponeses se tornariam em resíduo social que o processo capitalista extinguiria, pois o capitalismo no campo brasileiro estava desenvolvendo. Os camponeses tentariam produzir para o mercado e acabariam indo a falência, acabariam perdendo suas terras para os bancos ou mesmo tendo que vende-las para saldar as dívidas, isto significa que iria haver a proletarianização do camponês.

No intuito da discussão proposta devemos analisar que nestas duas vertentes, na sociedade capitalista avançada não há lugar histórico para os camponeses isso porque

⁹ Os estudiosos que seguem essa concepção encontramos Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães entre outros. In: Oliveira (1999b).

¹⁰ Os estudiosos que seguem esta vertente Karl Kautsky, Vladimir I. Lênin, Léo Huberman, Caio Prado Jr, Ricardo Abramovay entre outros. In: Oliveira (1999b).

Segundo Oliveira: [...] Isso porque a sociedade capitalista é pensada por estes autores como sendo composta apenas por duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e os proletariados (os trabalhadores assalariados). [...]. (OLIVEIRA, 1999b, p. 70).

Já a terceira vertente¹¹ discute as características fundamentais do campo brasileiro sob a ótica do desenvolvimento desigual da territorialização do capital no espaço agrário, e suas conseqüências para as populações rurais. Os temas discutidos remetem a uma visão do desenvolvimento do capitalismo no campo, onde as lutas pela terra são o contraponto dialético desse desenvolvimento. Oliveira (1999b, p 72) comenta: “[...] Os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuar camponeses. [...]”.

O consenso com esta vertente é fundamental nesta pesquisa para o entendimento das lutas pela terra atualmente, ela tem que ser compreendida e analisada sob esta perspectiva, a do desenvolvimento desigual do capital no campo.

[...] O estudo da Agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalista (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença do trabalho familiar no campo). (OLIVEIRA, 1999b, p. 73).

A partir destes desdobramentos no que tange ao método de escolha da pesquisa fica explícito que contemplamos a terceira vertente, uma vez que acreditamos na força da luta pela terra, que esta (re) cria condições para resistência do camponês. Assim, as discussões em torno dos pressupostos teórico-metodológicos vêm contribuir para o crescimento da Geografia Agrária, dependente de sua filiação teórica, pensamentos políticos e ideologias, pois os valores que cada pesquisador traz consigo estão presentes na sua pesquisa, de forma direta ou indireta, cabe então aos leitores discutir e interpretar essa diversidade metodológica.

3.2. Luta pela terra e Reforma Agrária: Encontros e desencontros

A luta pela reforma agrária, embora se constitua, hoje, em produto indireto das experiências construídas a partir de mobilizações do passado, sobretudo as ocorridas nos anos 1950-60, vinculadas à atuação das Ligas Camponesas, apresenta algumas peculiaridades,

¹¹ Dentro desta vertente estão Rosa de Luxemburg, Teodor Shanin, José de Souza Martins, José Vicente Tavares da Silva. In: Oliveira (1999b).

resultantes de uma conjuntura específica, marcada por novos modelos do avanço do capitalismo na agricultura, por sua vez responsável pelo problema da concentração da terra.

Com a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração. Entendendo o desenvolvimento capitalista como desigual e contraditório, compreendemos que o capitalismo não é capaz de conter apenas um modelo de relação de social, logo, o trabalho assalariado não é a única via. Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re) conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar. Vai em direção à (re) construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda, vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra. Entender esse processo é nosso desafio. [...] (FERNANDES, 1999, p.53).

Nesta perspectiva, justamente na década de 1950, identificamos o surgimento de um projeto de reforma agrária dos segmentos dominados do campo, reflexo, sobretudo, de lutas que vinham acontecendo sob a coordenação das Ligas Camponesas. Em 1950 tivemos a primeira proposta de reforma agrária da Igreja Católica no Brasil.

Para Stédile (2005), este documento da igreja foi produzido em uma reunião com fazendeiros, padres e freiras e nenhum trabalhador rural. Entendemos que a preocupação do Bispo Dom Inocêncio Engelke era que os trabalhadores rurais não migrassem para grandes cidades e se tornassem comunistas, e para os fazendeiros que não faltassem mão de obra barata. Nesse contexto nasceu o plano de reforma agrária.

O conteúdo das lutas empreendida naquele período retratou não somente a abordagem ideológica de partidos e grupos de esquerda confiante na força transformadora das massas camponesas, também o perfil de uma sociedade com processo de urbanização ainda incipiente, remetida à importância numérica da população rural no quadro geral dos habitantes do país.

Vários foram os projetos de reforma agrária apresentados: em 1954, tivemos o projeto apresentado pelo deputado Coutinho Calvalcanti – PTB/SP. Em 1961/1962 proposta de reforma agrária da igreja conservadora. Em 1963 o projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Leonel Brizola. Em 1964 a apresentação pública do projeto de reforma agrária do Governo Goulart. Esta foi a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil. Houve também proposta de reforma agrária da CONTAG em 1979, o programa de reforma agrária do MST em 1984, programa Agrário do PT em 1989, a proposta de reforma agrária do MST em 1995 e o programa agrário da campanha presidencial do PT em 2002.

Cumprе salientar que a maioria desses projetos de reforma agrária foi uma forma de amordaçamento da questão agrária principalmente de 1964 até 1984, como consequência ressurgе os movimentos sociais de camponeses, assim como também o debate político e intelectual sobre o tema.

Devemos compreender que essas políticas de reforma agrária são alienáveis e por isso torna-se difícil compreendê-las na linguagem política como ressalta Martins:

Essa compreensão envolve também o entendimento do que vem a ser as lutas pela terra levadas a efeito por diferentes categorias sociais. Há grande dificuldade para traduzi-las na linguagem da política da reforma agrária, a linguagem do Estado, das classes dominantes e do pacto político dessas classes. Há claro desencontro entre luta pela terra e luta pela reforma agrária. Desencontro que se deve ao fato de que a luta pela terra, que cresceu no Brasil durante a ditadura, atinge no cerne o direito de propriedade e, em consequência, o edifício político da sociedade brasileira. Enquanto que a luta pela reforma agrária traduz a luta pela terra na língua das alianças de classe, dos pactos políticos e da defesa da reforma agrária de propriedade que temos. A questão da reforma agrária passa pela sua transfiguração em problema para as classes dominantes, isto é, problema na medida em que sua não realização supostamente dificultaria a reprodução ampliada do capital. Nesses termos, só existe a questão agrária (e, portanto a necessidade de reforma agrária) se ela é uma questão para o capital, um empecilho que o capital deve remover para reproduzir-se. (MARTINS, 1986, p.67).

Hoje vivemos um processo contrário, que a não absorção da mão de obra pelas indústrias, traz uma nova concepção às ações sobre o território, com as lutas de classe.

[...] a transformação numa sociedade devia ser provocada não pelos esforços da classe dominante, mas pela ação revolucionária da classe de trabalhadores[...] (MARX & ENGELS apud HUBERMAN, 1982, p. 235).

É nesse contexto de luta de classes que pensamos a luta pela terra e a reforma agrária como diz Fernandes (1999, p. 55) “[...] A luta pela terra, pela propriedade da terra, a luta por um direito de propriedade diverso, não a propriedade capitalista, é a experiência de resistência construída dia a dia pelos trabalhadores sem-terra. [...]”.

Oliveira (2001) em seu artigo **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária** fez um panorama das questões referentes à reforma agrária na atualidade. Ele comenta que no governo FHC, a resposta aos conflitos foi à repressão policial que passaram a massacrar os camponeses. O apoio aos ruralistas foi claro durante esse governo, com a forte repressão aos movimentos sociais e um plano econômico de prorrogação da dívida dos latifundiários. Diante disso a estratégia de ocupação de terras tornou-se a prática típica das ações dos movimentos sociais na luta pela terra.

Nesse sentido o governo fez mudanças legais através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, duas medidas coercitivas a MP 2109, que proíbe a vistoria por dois

anos em imóveis ocupados e a Portaria MDA nº 62 de 27/3/2001, que exclui os assentados da Reforma Agrária devido "a atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais", E foi durante esse governo FHC que surge outras frentes de luta pela terra que não adotam a estratégia de ocupação como forma de contornar a MP 2109.

A história da questão agrária no Brasil revela, na atualidade que o MST é a face moderna do Brasil é a parte do país que está em luta. Por mais estranho que muitos possam achar o movimento da cidade para o campo contradiz o movimento geral da marcha do campo para a cidade, mas é também um movimento que busca a construção de uma nova sociedade.

Mas, mesmo assim, a história tem sido implacável com aqueles que tentam ignorá-la. No Brasil, é quase consenso que qualquer alternativa de remoção da exclusão social no país passa pela Reforma Agrária. Ela tem, portanto, um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social, no mínimo, uma parte dos pobres. Mas, a Reforma Agrária é também econômica, porque certamente levará a aumento da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. A Reforma Agrária, porém, tem que ser também política. Tem que ser instrumento mediante o qual esta parcela da população conquiste a sua cidadania. (OLIVEIRA, 2001, s/p)

Sabemos que no Brasil, é incansável, a luta pelo acesso de terra, pois os latifundiários capitalistas¹² têm o aparato das políticas do agronegócio, onde o Estado é mediador dando subsídios para a produção voltada para exportação.

Por este motivo encontramos um sistema contraditório o avanço do capitalismo no campo implantando novas tecnologias e de outro lado a luta pela terra. Observando as contradições no campo temos o capitalismo como principal excludente das pessoas no campo e na cidade.

A Reforma Agrária é sonho e necessidade dos excluídos pelo processo de modernidade e as políticas agrárias no Brasil, pois os “donos do poder” não permitem que o lucro que adquirem com a exclusão seja restringido, como relata Silva:

[...] Se houver programas de reforma agrária serão programadas pontuais, destinados à solução tópica de conflitos, para isolar a luta dos trabalhadores, não permitir uma articulação entre si [...] (SILVA, 1994, p. 143).

Com a nova “Nova República” em 1985 veio o I Plano de Reforma Agrária (PNRA), uma nova esperança para os sem terra e, para pressionar o governo surge a UDR (União Democrática Ruralista) que mobiliza os latifundiários contra o I PNRA onde durante sua elaboração sofreu doze modificações.

¹² Segundo MARTINS é o proprietário de terras que produz para lucrar com a exportação, ou seja, o agronegócio.

Em 1988, com a Constituição, fica explícito que os Ruralistas conseguiram impor maiores restrições à sua concretização, como diz o texto Constitucional: **Capítulo III¹³ Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária**. Analisando:

Art. 184 - Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2005, p. 113, grifo nosso).

Observamos no artigo 184 da Constituição Federal de 1988, que a propriedade pode ser desapropriada para cumprir a função social, a reforma agrária. Quando interpretamos esse artigo sistematicamente essa propriedade não cumpre função social, pois é “merecedora” de justa indenização, ficando evidente a contradição. Já o artigo seguinte diz:

Art. 185 - São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único - A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2005, p. 114, grifo nosso).

Esse artigo 185 C/F 88 que não pode ocorrer reforma agrária em propriedade produtiva, pois merece proteção integral da lei porque exerce a função social. Ele também explicita que as pequenas e medias propriedades individuais não se incluem na reforma agrária.

O artigo 186 da Constituição Federal de 1988 também descreve sobre a importância dessa função social;

Art. 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

¹³ CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2005 p. 113,114 e 115.

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2005, p. 114, grifo nosso).

Vemos que a norma do artigo 186 da C/F 88 descreve o que seria a função social da propriedade rural. Esses requisitos não são novidades, já que foram transcritos do Estatuto da terra, sendo apenas uma constitucionalização do conceito de função social. Para o cumprimento da função social é importante se observamos os seguintes itens: econômicos, ecológicos e sociais. O artigo descreve o aproveitamento racional e adequado da terra. Em relação à produtividade não se refere, o que gera contradições quando verificamos no artigo 185 da Constituição Federal que exclui da desapropriação para fins de Reforma agrária (a denominada desapropriação-sanção) a propriedade produtiva. Por exemplo, um imóvel se torna produtivo com a derrubada indiscriminada da Amazônia, utilizando trabalho infantil, nesse caso não há certeza sobre o que deve ser considerado, pois os dois artigos estão em antinomia. Neste caso será aplicada somente uma sanção, porém não para fins de reforma agrária. A propriedade produtiva não será desapropriada de acordo com a Constituição.

Em outras palavras não são observados a particularidades de cada propriedade, como localização, seu tamanho e qualidades da terra. Ao contrário, a Constituição Federal de 1988 está claramente a facultar que a lei quantifique os graus de exigência, bem como determine os critérios a partir dos quais deverão ser aferidos os requisitos. O artigo seguinte diz:

Art. 187 - A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

- I - os instrumentos creditícios e fiscais;
- II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
- III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- IV - a assistência técnica e extensão rural;
- V - o seguro agrícola;
- VI - o cooperativismo;
- VII - a eletrificação rural e irrigação;
- VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º - Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2005, p. 114, grifo nosso).

O artigo 187 da C/F de 88 relata sobre a política agrícola a assistência técnica e a extensão rural, a eletrificação rural e a irrigação, dentre outros pontos de suma importância para o sucesso do trabalho agrícola, reivindicado não só pelos proprietários de pequenas e médias propriedades, também por aqueles assentados em lotes da reforma agrária.

O governo vem realizando uma reforma agrária grande em números “relativos” e pequena em números “absolutos”, o incentivo dado aos assentados é tão pequeno, que trabalhadores rurais, que lutam toda uma vida para obter um lote de terra, têm que abdicá-lo em favor dos grandes proprietários, aos quais todos os incentivos são dados.

Nos artigos a seguir a Constituição Federal fala sobre a destinação das terras públicas, beneficiários da distribuição de imóveis rurais, tamanho da propriedade em mãos de estrangeiros, e o direito a terra por usucapião. Nestes quatro artigos encontramos diversas contradições entre elas, o veto de qualquer possibilidade de usucapião em terras públicas.

Art. 188 - A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º - Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

Art. 189 - Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Art. 190 - A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

Art. 191 - Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Parágrafo único: Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.
(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2005, p. 114/115, grifo nosso).

Observamos que a Constituição Federal Brasileira de 1988 não dá oportunidades aos camponeses na luta pela terra, de planejarem uma vida na terra, uma vez que esta em seus artigos defende o capitalismo, sendo este voltado para os grandes latifúndios.

A partir de 1990, com o governo de Fernando Collor de Mello, defensor dos latifundiários, não houve discussão sobre reforma agrária; esta não esteve em pauta política no governo federal e as conseqüências foram fortes repressões contra os sem – terra, com ostentação do poder judiciário.

Em 1994, com Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária tornou-se política compensatória, com implantação de assentamentos rurais, e também regulamentação das

terras de posseiros nas áreas de fronteira amazônica. A política de reforma agrária mascarou este período.

No Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com a presidência de Luís Inácio Lula da Silva, renasceu a esperança e um momento novo, em 2002 com o II Plano Nacional de Reforma Agrária em novembro de 2003.

Oliveira (2006) no artigo “**A não Reforma Agrária do MDA/INCRA no governo Lula**”, deixa explícito o número da não reforma agrária no Brasil no II plano de Reforma Agrária, quando o MDA/INCRA divulgou dados de 2005 agregando as informações de 1 meta no plural.

Pode-se afirmar então, que ocorreu uma clara e intencional confusão na divulgação dos dados. Se o II PNRA que é o documento oficial da reforma agrária brasileira separou as metas, por que o MDA/INCRA as juntou na divulgação das cifras? Porque a atitude de somar tudo como se fossem dados dos novos assentamentos da reforma agrária da Meta 1? É possível pensar neste momento, apenas uma explicação: mais um ano de fracasso no cumprimento da Meta 1 do II PNRA, de assentar em 2005, um total de 115 mil famílias. Como o MDA/INCRA não cumpriu novamente a meta do ano passado, como já não havia cumprido as metas de 2003 e 2004, o caminho foi instaurar a confusão “liqüefazendo” também, os dados de 2005. [...] (OLIVEIRA, 2006, s/p).

A seguir as metas do II plano de Reforma Agrária 2003/2006 do governo Lula:

META 1 - 400.000 novas famílias assentadas;
META 2 - 500.000 famílias com posses regularizadas;
META 3 - 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário;
META 4 - Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;
META 5 - Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;
META 6 - Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais;
META 7 - Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;
META 8 - Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;
META 9 - Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;
META 10 - Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;
META 11 - Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.” (OLIVEIRA, 2006, s/p).

Cumpra salientar, em relação às metas onde Oliveira (2006) esclarece que o INCRA/MDA não cumpriu nenhuma¹⁴ delas.

¹⁴ Ver sobre o assunto no trabalho de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, A “**Não Reforma Agrária**” do MDA/INCRA no Governo Lula, 2006.

Atualmente na luta pela terra no Brasil, encontra-se uma estrutura onde a concentração fundiária é um processo histórico intocável, a luta pela terra não pode ser desconsiderada quando se discute políticas de democratização de acesso a terra. O Estado é a instituição competente para desenvolver uma política de reforma agrária, mas não tem conseguido efetivá-la. Nas últimas décadas há evidências irrefutáveis que a luta pela terra tem impulsionado as políticas compensatórias de implantação de assentamentos rurais.

Na análise dos números de acampamentos no Brasil, segundo o MST de 1990 à 2006 como observa-se na (**Tabela 03**), um aumento significativo em relação ao número de acampamentos. Eram 119 em 1990, com 12.805 famílias envolvidas, já em 2005 eram 778, com 127.872 famílias envolvidas. Percebe-se um grande avanço nos números de acampamentos de luta pela terra.

Tabela 3: O numero de da luta pela terra: Famílias e Acampamentos no Brasil

Ano	Acampamentos	Famílias
2006	-	150.000
2005	778	127.872
2004	661	114.776
2003	633	117.482
2002	526	67.298
2001	585	75.334
2000	555	73.066
1999	538	69.804
1998	388	62.864
1997	281	52.276
1996	250	42.682
1995	101	31.619
1994	125	24.590
1993	214	40.109
1992	149	20.596
1991	78	9.203
1990	119	12.805

Fonte: site: MST <<http://www.mst.org.br>> acesso em 15/05/2008.

Para tentar impedir essa forma de luta popular, o governo, por meio de medidas provisórias, tem criminalizado às ocupações de terras. Essa política diminuiu o número de ocupações e de implantação de assentamentos rurais. Essa foi uma opção de não-enfrentamento com os ruralistas e de repressão aos sem-terra. Já na **Tabela 04** observa-se que

os conflitos no campo desde 1998 até 2008 aumentaram de 152 para 615 e os números de ocupações diminuíram devido às novas políticas citadas bem como os números de acampamentos. Este é o Panorama da luta pela terra atualmente no país.

Tabela 4: Comparação dos conflitos no campo de 1998 a 2007

ANO	Ocorrências Conflitos	Ocupações	Acampamentos	Assassinatos	Envolvidos	Hectares
1998	152	277	-	38	662.590	4.060.181
1999	277	593	-	27	536.220	3.683.020
2000	174	360	-	20	439.805	1.864.002
2001	366	194	65	29	419.165	2.214.930
2002	495	184	64	43	425.780	3.066.436
2003	659	391	285	71	1.127.207	3.831.405
2004	752	496	150	37	965.710	5.069.399
2005	777	437	90	38	803.850	11.487.072
2006	761	384	67	35	703.250	5.051.348
2007	615	364	48	25	612.000	8.420.083

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT, 15/03/2008.

O aumento da luta pela terra deu devido ao fato de que hoje, não são apenas de mobilizações políticas em torno da Reforma Agrária que luta o MST, mas também na busca de soluções concretas, capazes de viabilizar social e economicamente os 1.564 assentamentos ligados ao MST em todo o País. Estes mais densamente concentrados nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Pará. Essa viabilização implica o esforço de formação de cooperativas ou associações de produtores; o acesso ao crédito e aos implementos agrícolas; a garantia de escoamento da produção em margens lucrativas. Paralelamente, emerge a necessidade de todo um trabalho de capacitação técnica dos produtores rurais, que por sua vez, remete às atividades de assistência técnica e extensão rural.

No Brasil, segundo o setor de documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) várias são as violências contra os camponeses na luta pela terra. Na **(Figura 03)**, observamos violência contra ocupação e posse de terra nos anos de 2006 e 2008. Em 2006 aconteceram 1212 ocorrências, onde a região Nordeste foi a que teve o maior número de violência contra ocupação e posse de terra com 454 ocorrências. Sendo o Estado de Pernambuco com o maior número de ocorrências 101, e o Estado de Rio Grande do Norte com menos ocorrências, apenas 09. Em 2007 o total de ocorrências foi de 360, onde Pernambuco teve maior número de ocorrências 58 e Rio Grande do Norte com apenas 07 ocorrências.

O segunda região quanto ao número de ocorrências em relação a violência e posse foi a região norte, que em 2006 obteve um total de 318 ocorrências, sendo que o estado com o

maior número de ocorrências foi o Estado do Pará 151, e com menor número foi o Estado do Acre com 03 ocorrências. No ano de 2007, foi um total de 285 ocorrências, onde o Estado do Pará teve 138 ocorrências e o Estado do Acre com 04 ocorrências.

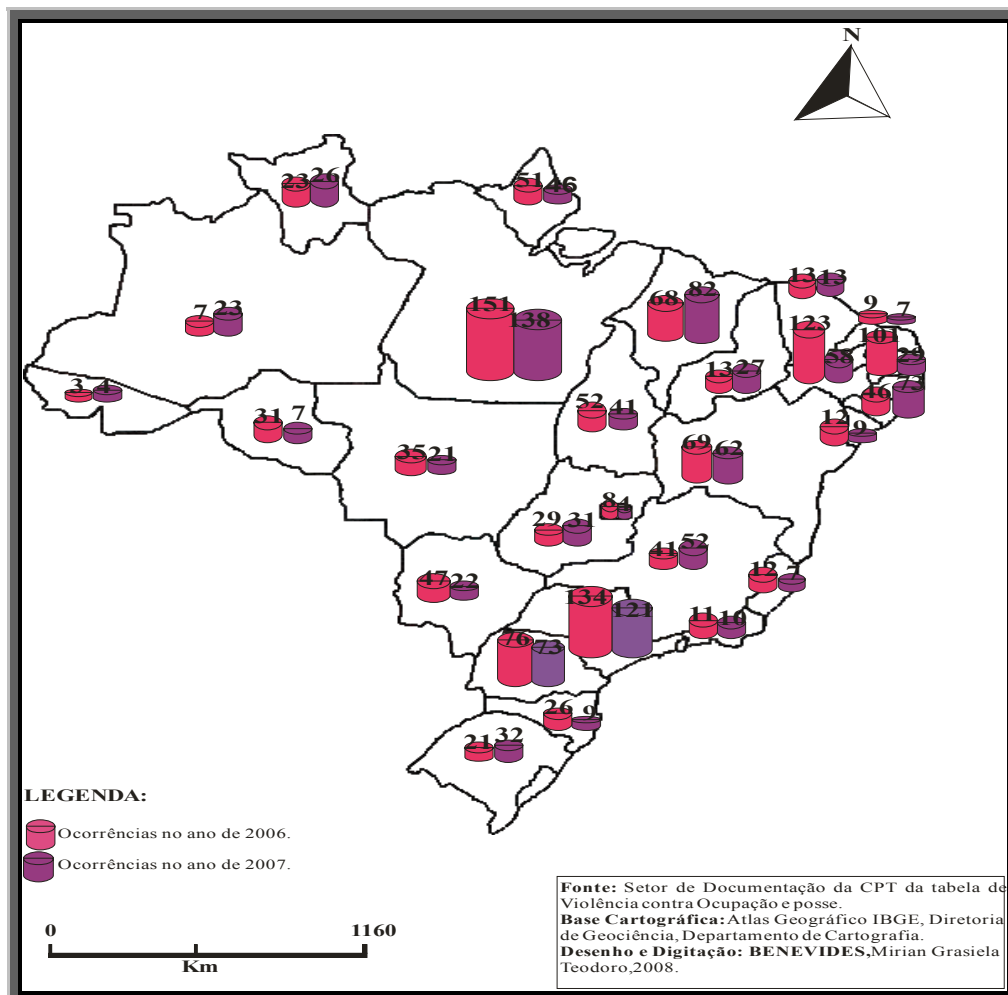


Figura 3: Violência contra ocupação e posse em 2006 e 2007 no Brasil.

Fonte: Setor de documentação da CPT.

Já a região Centro Oeste teve o menor número de ocorrências em 2006, totalizando 119. Desse total onde 35 aconteceram no Estado de Mato Grosso, 47 em Mato Grosso do Sul, 29 em Goiás e 08 no Distrito Federal. No ano de 2007, foram 78 ocorrências. No Estado de Mato Grosso aconteceram 21 ocorrências, Mato Grosso do Sul 22, no Estado de Goiás 31 e finalmente no Distrito federal aconteceram 04 ocorrências.

Observa-se que existem algumas oscilações em relações aos dados de um órgão a outro, como MST, INCRA, ITESP, STR e CPT, mas isso se dá devido aos procedimentos de análise de cada órgão. O importante neste trabalho é demonstrar a luta pela terra no Brasil, vista por diferentes ângulos.

4. AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO DA LUTA PELA EM SÃO PAULO

[...] Por isso mesmo é que a luta pela terra se tornou luta pela ampliação dos espaços políticos dos trabalhadores, pela democracia, e não simplesmente uma luta econômica pela ampliação dos espaços econômicos de reprodução do capital. (MARTINS, 1986, p.71).

4.1. A expansão capitalista no Brasil e as transformações no campo em São Paulo: algumas considerações

Sabemos que a história da incorporação do capitalismo na agricultura no Brasil passou por diferenças em sua economia política.

Becker e Egler (1994) contemplam três padrões de colônia, de império mercantil e de capitalismo industrial periférico. “[...] Esses três padrões se estendem desde os primeiros assentamentos portugueses até a formação do Estado moderno e a industrialização. [...]” (Becker e Egler 1994, p. 37).

Cumprе salientar, como resalta Becker e Egler (1994), durante esse período a terra não era utilizada para fins comerciais podendo ser um certo pedaço, geralmente as partes menos produtivas, destinadas a arrendatários e meeiros que trabalhavam no plantation e se dedicavam à economia de subsistência. “[...] O “curral” era a fazenda de gado, único produto que teve alguma importância além daqueles destinados à exportação [...]”. (Becker e Egler, 1994, p. 50).

Vemos que o período colonial foi marcado pelo trabalho escravo e as relações mercantis européias, onde existia uma estratégia de distribuição de terras respeitando o tratado de Tordesilhas para exploração da colônia. Entretanto a colônia passava pelo problema da falta de mão de obra por isso determinou a Carta Régia de 1570 que estabelecia:

[...] estabeleceu então que os índios só podiam ser aprisionados “guerra justa”, a face à dificuldade de mão-de-obra recorreu-se ao tráfico de escravos africanos financiado em grande parte pelos holandeses. (BECKER e EGLER, 1994 p. 42).

As plantations litorâneas eram as células econômicas e sociais da colônia, onde predominavam a propriedade monoprodutora escravista. “[...] O engenho, a manufatura de preparo do açúcar, foi o elemento central da organização de *plantation* e eventualmente passou a designar a propriedade toda. [...]” (Becker e Egler, 1994, p. 50).

Com o rompimento do tratado de Tordesilhas em 1640, a separação das duas colônias (Espanha e Portugal) deu-se devido Portugal utilizar o direito de Facto, ou seja,

direito pela posse, apropriando-se do território para além de Tordesilhas. Movido pelo impulso do ouro a partir de 1690, onde o ouro começa a sobrepor a economia açucareira que era a base econômica do Brasil, e com isso, devido ao fluxo migratório para as regiões do ouro, a capital deixa de Bahia e passa a ser o Rio de Janeiro, até o esgotamento do ouro no quartel do século XVIII. (Becker e Egler, 1994).

A formação do Estado nação e a quebra do monopólio Português ditaram o fim da crise da economia colonial, então o Brasil em 1830 veio a ser o primeiro produtor mundial de café, e o café tornou-se o primeiro produto de exportação brasileiro.

Esse processo desenvolveu-se segundo Becker e Egler (1994, p. 57), devido a transferência da corte para o Brasil e mais tarde, com a Independência: “[...] O café, novo produto, viria constituir a economia mercantil escravista nacional e mudar os rumos da crise.”.

Reforçou-se assim, a economia mercantil cafeeira nacional mas sua expansão ficaria cada vez mais entravada pela escassez de trabalhadores nas zonas novas. A expansão do café passou a exigir a formação de um mercado de trabalho. (BECKER e EGLER, 1994, p. 64).

Os desdobramentos a seguir em 1888 com a abolição dos escravos, e em 1889 com a derrubada da monarquia, onde formou um governo republicano economicamente liberal, foi o marco para abertura das novas relações de produção capitalista segundo os princípios do burocratismo burguês.

Contudo, foi depois da segunda Guerra Mundial que o Brasil inaugura sua economia baseada no famoso modelo “tripé” descrito por Becker e Egler:

[...] o Brasil posicionou-se na economia-mundo através de um processo de industrialização politicamente dirigido, através de uma estreita parceria entre o capital monopolista estrangeiro, o capital estatal e o capital privado nacional, inaugurando o famoso modelo do “tripé”. (BECKER e EGLER, 1994, p. 67).

Diante disso observamos que o processo de distribuição da propriedade de terra desde o início da colonização portuguesa é alienável, o que provocou inúmeras transformações no campo. Uma delas foi o aumento da concentração da terra, que fez gerar inúmeros conflitos, uma vez que a estrutura fundiária atual é o reflexo da colonização de Portugal.

Isto revela a nós todos que o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela industrialização, uma industrialização que deve ser entendida internacionalmente, pois não há mais, ou nunca houve, uma rígida separação entre as indústrias nacionais e estrangeiras; ao contrário, a história dos últimos tempos tem sido uma história de alianças e fusões com a participação ou com o beneplácito do Estado, durante governos militares ou civis. (OLIVEIRA, 1994, p. 51).

Nesse sentido, Oliveira (1994) descreve que no caso específico do campo brasileiro o capitalista tornou o proprietário de terras, está unindo indústria e campo de forma contraditória onde o capital territorializar, ou seja existe a territorialização do capital monopolista na agricultura, onde o capital monopoliza o território, entretanto para territorializar sujeita o camponês produzir para a indústria como observamos no exemplo:

[...] as usinas ou destilaria de açúcar e álcool atualmente, em que a indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma pessoa. Para produzir utilizam o trabalho assalariado, dos bóias-frias. (OLIVEIRA, 1994, p. 51/52).

Diante desses desdobramentos que o capitalismo evoluiu no campo. Essas contradições foram marcadas pelo processo histórico brasileiro, onde os problemas agrários no Brasil se referem basicamente na forma de concentração da propriedade e posse da terra. Podemos constatar que a origem da propriedade de terra mostra a exclusão desde a época em que os portugueses administravam a Colônia. Esta foi a primeira estratégia no território onde os portugueses que detinham o poder, estabeleceram as relações e os índios foram primeiros que sofreram as perdas.

As capitânicas hereditárias além de ser o primeiro sistema excludente de distribuição de terras, foram às primeiras ações e relações no território até então colonial.

[...] Através da divisão geométrica da costa atlântica em Capitânicas Hereditárias (1530), a colonização foi iniciada em vários pontos do território. A terra foi doada a donatários com o objetivo de promover a agricultura, sobre tudo a cana-de-açúcar. Eles tinham direitos soberanos e podiam repartir as terras aos moradores capazes de explorá-las (sesmarias). [...]. (BECKER e EGLER, 1994, p. 42).

Neste sistema a Coroa destina grande extensão de terra a membros da nobreza portuguesa em troca de prestação de favores, tendo direito a legar aos seus herdeiros. As capitânicas podiam ser distribuídas em parcelas (sesmarias) e entregues àqueles que apresentassem recursos para exploração, onde geravam lucro para coroa.

[...] No início da colonização a legislação relativa à propriedade da terra estava baseada na política rural de Portugal. A terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei, com domínio da Coroa, e sua aquisição decorria de uma doação pessoal, segundo os méritos dos pretendentes e os serviços por eles prestados à Coroa. (BECKER e EGLER 1994, p. 37).

Neste sentido, em 1850 o país passava por grandes transformações sociais e a luta dos escravos pela abolição preocupava a coroa. Esta percebendo a inevitabilidade da libertação dos escravos tratou de legislar o processo de posse para que o acesso à terra fosse mais restrito, Dom Pedro II promulgou a lei de n.º 601 de 18 de setembro conhecida como a

primeira Lei de Terras. Essa lei determinava que somente pudesse ser considerado proprietário de terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando para a coroa.

A terra tornou-se, então, de domínio público patrimônio da Nação, só podendo ser adquirida mediante compra direta do governo. Eliminaram-se as formas tradicionais de adquirir terras através da ocupação (“posse”) e das doações da Coroa. Terras que não fossem adequadamente utilizadas ou ocupadas deveriam voltar ao Estado como terras públicas – “terras devolutas” [...] (BECKER e EGLER, 1994, p. 58).

Esta lei assegurava a disponibilidade de mão-de-obra já que os escravos deveriam permanecer nas fazendas como trabalhadores assalariados. Ela também discriminou os pobres e negros que optaram por migrar para a cidade onde formaram vilas paupérrimas. A maior consequência social foi à consolidação do grande latifúndio como estrutura básica.

Vários conflitos surgiram no século XIX como a guerra de Canudos, um movimento messiânico, foi o maior exemplo de resistência e territorialidade camponesa no Brasil, pois sofreu uma repressão sangrenta.

No início do século XX a guerra do Contestado e Canudos XIX foi considerado o maior confronto popular armado entre os sem - terras e o exército brasileiro como afirma Martins:

A maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a guerra do contestado, uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916. Abrangeu 20 mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil “vaqueanos”, combatentes irregulares. Deixou um saldo de pelo menos três mil mortos. (MARTINS apud OLIVEIRA, 1999a, p.19).

No século XX, a luta pela terra ganha proporções intensas, pois a partir desse momento os sem-terra conscientemente aprimoram a luta contra expropriação e subordinação do capitalismo no campo como observamos no trecho a seguir:

O século XX tem sido rico em exemplos de luta pela terra e dois processos têm atuado no sentido de soldar o movimento dos camponeses no Brasil. De um lado a tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação, representada pelos posseiros e sua luta contra os fazendeiros grileiros. De outro, o movimento originado na luta contra os camponeses parceiros ou moradores contra expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados. (OLIVEIRA, 1999a, p. 18).

Os camponeses foram destroçados em todos os movimentos populares, pois acreditaram na reestruturação de uma política em oposição à República dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas combatendo os pobres do campo.

Muitos exemplos de lutas podem ser citados, como luta de Trombas e Formoso, as Ligas Camponesas na década de 1940, 1950 e 1960, as lutas dos pequenos proprietários, dos arrendatários e dos posseiros para resistirem na terra, juntamente com as lutas dos trabalhadores assalariados.

Os congressos camponeses desenvolveram o processo de organização política do campesinato. Crescia a luta pela Reforma Agrária, o Partido Comunista Brasileiro – PCB - e a Igreja Católica, entre outras instituições, disputaram esse espaço político, interessado nesse processo de ajuda a população rural excluída.

Durante o período militar a violência física no campo foi extrema, muitas mortes de camponeses ligados às lutas por reforma agrária.

A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que dava incentivos fiscais para instalação de empresas capitalistas, ou para criação de gado na região Norte gerou conflitos com os posseiros locais.

Os Estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso na década de 1960 até 1980 foram os atingidos pela violência, tendo como vítimas posseiros, trabalhadores rurais, militantes dos movimentos camponeses e advogados de posseiros, lideranças sindicais e padres.

Nos anos 50 e 60 do século XX as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional, mas muitas de suas lideranças foram assassinadas. A Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) foi criada e o governo de João Goulart iniciou um processo de Reforma Agrária, criando a SUPRA. Entretanto, a violência do golpe militar de 64 sufocou o anseio de liberdade do morador sujeito dos latifúndios armados do Nordeste brasileiro e de muitos camponeses sem terra que a crise do café e o início da industrialização estavam gerando. Os militares extinguiram a SUPRA e criaram o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA), mas Reforma Agrária, nunca fizeram, mesmo depois de promulgarem o Estatuto da Terra, em novembro de 1964. (OLIVEIRA, 2001, s/p)

A partir de 1985, a violência aumenta os proprietários de terras uniram formando União Democrática Ruralista – UDR - para evitar ocupações de terras, pois o governo de Sarney havia elaborado o I Plano de Reforma Agrária prometendo assentar mais de um milhão de famílias, com isso aumenta o número das ocupações e reações violentas dos proprietários. O plano não foi plenamente realizado e as ocupações de terra continuaram.

Após a realização da Assembléia Constituinte de 1987 o número de mortes diminuiu, mas esta não trouxe benefício em favor da reforma agrária e, no início dos anos 1990, as ocupações de terra aumentaram com os movimentos sociais sendo responsáveis pela maioria das ocupações de terra.

Poucos casos chegaram ao tribunal, os números de casos julgados tiveram uma leve consideração na última década por causa da divulgação nos meios de comunicação. Os casos na justiça que tiveram evidências foram os do massacres em Corumbiara (RO) e de Eldorado dos Carajás (PA).

Isto poderia ser diferente se não houvesse conflito de interesses opostos em relação ao uso da Terra, entre camponeses, latifundiários e Estado. Em 1963 o direito dos trabalhadores passou a ter um estatuto próprio, que garantia todos os direitos. Ainda neste mesmo ano foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e em 1965 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

A partir da década de 1970 a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra – CPT, trabalhando juntamente com as paróquias com a Teologia da Libertação nas periferias das cidades e nas comunidades rurais. A CPT proporcionou a articulação dos novos movimentos camponeses que surgiram durante o regime militar. Nasceu o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), que teve papel fundamental pela execução de um projeto de Reforma Agrária. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra) também aparece neste mesmo período sendo hoje um movimento social que construiu o seu espaço político, garantindo sua autonomia. A saída destes movimentos é a reforma agrária para desapropriar terras para cumprir sua função social, segundo estes movimentos.

Em relação a expansão do capitalismo no campo em São Paulo, em 1817 é fundada a primeira fazenda de café de São Paulo, no vale do Paraíba, após a Independência o cultivo de café ganha força nas terras do Vale do Paraíba, enriquecendo rapidamente cidades como Guaratinguetá, Bananal, Lorena e Pindamonhangaba.

Nas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba era utilizada em grande escala a mão de obra escrava e os grãos eram escoados via Rio de Janeiro. Assim sendo, o Vale enriqueceu rapidamente, gerando uma oligarquia rural, porém o restante da província continua dependente da cana-de-açúcar e do comércio que vai se estabelecendo na cidade de São Paulo, impulsionado pela fundação de uma Faculdade de Direito em 1827.

Entretanto, a exaustão dos solos do Vale do Paraíba e as crescentes dificuldades impostas ao regime escravocrata levam a uma decadência no cultivo do café a partir de 1860 naquela região. O Vale foi esvaziando economicamente enquanto o cultivo do café migra em direção ao Oeste Paulista, adentrando primeiramente na região de Campinas e Itu, substituindo o cultivo da cana-de-açúcar realizado até então.

A migração do café rumo ao oeste Paulista provocou grandes mudanças econômicas e sociais na Província. A proibição do Tráfico negreiro em 1850 levou a necessidade de

buscar de nova forma de mão-de-obra para os novos cultivos. A imigração de europeus passa a ser incentivada pelo governo Imperial e provincial. O escoamento dos grãos passa a ser feito via porto de Santos, o que leva a fundação da primeira ferrovia paulista, a São Paulo Railway, inaugurada em 1867, construída por capitais ingleses e ajuda de Visconde de Mauá. Esta estrada de ferro Santos à Jundiaí, passando por São Paulo, que começa a se transformar em importante entreposto comercial entre o litoral e o interior cafeeiro.

A expansão do capitalismo tanto no campo, como na cidade fez crescer o número de pessoas marginalizadas vivendo em condições precárias. A expansão do capitalismo no campo em São Paulo originou junto as grandes lavouras de café, que contribuiu para o acúmulo de capital.

Segundo Monbeig (1984)¹⁵, o cultivo de café se deu primeiramente no Estado do Rio de Janeiro, avançou pelo Vale do Paraíba chegando à região de Campinas-SP ao que era então considerado Oeste Paulista. Este era um produto que estava sendo muito apreciado no exterior e teve seu consumo aumentado, ano após ano durante parte do século XIX.

O mercado consumidor era grande, o que possibilitava o aumento da produção e dos ganhos. Para que pudessem atender a esse aumento crescente do consumo de café era necessário aumentar a área plantada, isso era feito conquistando novas fronteiras agrícolas na derrubada de matas e através da expulsão de pequenos produtores que já estivessem estabelecidos em posses de terra. Foi dessa forma que logo às lavouras de café tomaram conta de uma grande extensão territorial no interior do Estado de São Paulo, chegando em 1875 à região de Ribeirão Preto, conhecida também como o local das terras roxas, famosas por sua fertilidade e que possibilitaram grande produtividade e grandes lucros aos fazendeiros de café.

Não seria mais satisfatória a explicação que considerasse apenas a fertilidade da terra roxa: para aproveitamento dessa fertilidade, seria ainda preciso que houvesse interesse em fazê-lo e capacidade de o fazer. Teria ficado intacta a floresta dos planaltos ocidentais, se os plantadores não dispusessem de mão-de-obra, nem de meios de transporte [...] não teria sido empreendida tamanha tarefa, sem a disponibilidade de capitais para seu financiamento (MONBEIG, apud LOPES, 2006, p.27).

Cumprido salientar que a forma de expansão das lavouras de café veio acompanhada com o interesse capitalista e com o crescimento de capitais nas mãos de grandes fazendeiros que exploravam esse tipo de agricultura. O comércio cafeeiro também permitiu o

¹⁵ Informações retiradas da Monografia de LOPES, Dóri Édson, intitulada como: O processo capitalista de ocupação do território em Castilho-SP: suas contradições, conflitos e os novos desafios em sua reestruturação, Três Lagoas MS, 2006 p. 27.

enriquecimento de muitos comerciantes que vendiam mulas, gado e principalmente escravos para as fazendas de café.

A crise econômica de 1929 abalou o mundo capitalista principalmente o comércio do café, as lavouras de café vinham perdendo espaço para a especulação imobiliária desde o início do século XX, tendências confirmou depois do grande crack de 1929, inaugurando uma nova forma de exploração da terra. Em 1926 foi incentivado novo plantio de café, contribuindo para que fosse ultrapassada a quantidade de mais de um milhão de cafeeiros plantados no Estado de São Paulo. Essa população de cafeeiros iria contribuir para ativar a crise que se instalou na cafeicultura em 1929.

Viram-se, então, nas zonas pioneiras, os capitalistas mercadores de terras ao lado dos fazendeiros, dos agrimensores, dos advogados, principalmente desde o crack de 1929 e das revoluções de 1930 e 1932. Esses loteadores exerceram às vezes tais profissões e liquidaram os domínios recebidos como pagamento de seus honorários. Cada vez mais, tornavam-se os loteamentos negócios de sociedades especializadas. (MONBEIG apud LOPES, 2006, p. 29).

A estrutura fundiária paulista como podemos observar, deu com a exploração de grandes extensões de terra, onde primeiro utilizava-se do trabalho escravo. Com a libertação dos escravos utilizou o trabalho dos imigrantes como trabalho assalariado.

Durante o governo militar houve um aumento da concentração fundiária paulista. Com o avanço da industrialização e o crescimento urbano na década de 50 a agricultura paulista passa por um intenso processo de transformação como observamos na fala de Fernandes (1999):

[...] Em meados da década de sessenta, as quantidades crescente de créditos agrícolas (do Sistema Nacional de Crédito Rural) financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, de forma que esta passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, o que consolidou o processo de industrialização da agricultura e promoveu o crescimento das relações de trabalho assalariado. (FERNANDES, 1999, p. 43).

De 1970/80 os estabelecimentos agropecuários ocupam 82% da área total do Estado de São Paulo, houve intensificação da concentração de terra nesse período, se deu devido o processo de monopolização da agroindústria canavieira.

Observamos que as transformações recentes na agricultura brasileira precisam ser compreendidas no processo de internacionalização da economia brasileira onde nunca houve uma separação entre indústria nacional e internacional. (OLIVEIRA, 1999a).

Essa política de desenvolvimento para Fernandes (1999) provocou intensas mudanças no campo paulista no período de 1970/1980, sobretudo o êxodo rural, com a diminuição do trabalho camponês.

Durante a década de setenta, ocorreu de forma mais intensa o processo de expropriação da relação de trabalho familiar e da propriedade familiar no Estado de São Paulo. Segundo os dados dos Censos Agropecuários, houve uma diminuição de 27% do total de pessoas ocupadas, com o trabalho familiar, nos estabelecimentos de menos de 100 ha. Nestas áreas, por outro lado, houve um aumento de 38% do trabalho de trabalhadores assalariados permanentes e temporários. (FERNANDES, 1999, p. 45).

Percebemos em 1980 que outras relações modificam o campo paulista, um exemplo: o número de posseiros tinha diminuído na década de 1970, já na década de 1980 voltam a aumentar. A partir desta década com a monopolização da cana de açúcar, do agropastoril e do cultivo da laranja, continua a exploração do trabalho assalariado. Mesmo os trabalhadores assalariados morando na cidade, trabalhando no campo, essas condições fizeram que eles conquistassem condições políticas para voltarem a terra. (FERNANDES, 1999).

Na década de 1990 foi marcada, por intensificação dos conflitos, devido ao caráter concentrador da terra e a monopolização da agricultura, expulsando os trabalhadores do campo.

As primeiras lutas por terra no Estado de São Paulo foram os colonos das fazendas de café, onde eles foram reprimidos pelos capangas armados. “[...] Elas também se constituíram no instrumento de luta e resistência dos colonos migrantes explorados”. (OLIVEIRA, 1999a, p. 17).

[...] Embora a maioria dessas greves se limitasse a uma única fazenda, houve um caso em 1911, quando cerca de mil trabalhadores de meia dúzia de fazendas da área de Bragança entraram em greve por vinte dias, e como resultado conseguiram um ligeiro aumento no pagamento [...]. (STOLCKE apud OLIVEIRA, 1999a, p 17).

Os motivos das greves estão assim descritos:

As greves geralmente ocorriam por questões tais como preço baixo pago na colheita, não pagamento dos salários, tentativa de redução do pagamento, castigos multas pesas arbitrários ou excessivos, ou limitações do direito de plantio de alimentos. [...]. (STOLKE apud OLIVEIRA, 1999a, p. 18).

No período que compreende de 1964/1981 estão registrados cento e vinte conflitos no campo paulista. “[...] São conflitos pela terra (52%), conflitos trabalhistas e outras causas envolvendo vários personagens [...]” (Fernandes, 1999, p. 87).

Por isto neste contexto de 1970/85 observamos o aumento da concentração fundiária no estado e com isto o aumento de excluídos no campo, os pequenos e médios produtores foram subordinados ao capitalismo.

Em 1979 surgiu o Movimento do Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo e o Movimento dos sem-terra de Sumaré. Esse processo deu origem ao MST com a luta e resistência dos posseiros da fazenda Primavera em Andradina SP. Na década de 1980 com a conquista da fazenda Primavera houve abertura para novas lutas pela terra no Estado como afirma Grzybowski:

O movimento estendeu para o oeste de São Paulo e Mato Grosso do Sul, seguindo a esteira do próprio processo de migração dos colonos e através da igreja incorpora grupos de sem – terra em luta em outros Estados [...] (GRZYBOWSKI, 1987, p 23).

Neste período o movimento contou com a ajuda dos STRs e da CPT (Comissão Pastoral da Terra). No estado a região do Pontal do Paranapanema é a área de intensos conflitos e ocupações de terra, isto se dá pelo fato do Pontal ser uma área de muita terra grilada e devoluta.

A situação fundiária do Pontal do Paranapanema é extremamente complexa e se encontra em um processo de desentranhamento. Em diversos procedimentos excessivamente morosos, que vêm desenvolvendo há mais de cinquenta anos [...].

Esta minuciosidade mostrou que o Pontal do Paranapanema possui 444.130.12 ha de terras devolutas e 519.315,00 ha. que estão com processos de ações discriminatórias a iniciar ou em andamento. A maior parte dessas terras está sob o domínio de grandes grileiros – latifundiários. (FERNANDES, 1999, p. 159)

Vários foram os conflitos nessa região do Estado de São Paulo, pois, além de concentrar terras devolutas e griladas, está o berço da UDR (União democrática Ruralista) paulista. Esta questão perdura até os dias de hoje, tanto no Pontal como em outras regiões do Estado de São Paulo.

4.2. A organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a espacialização dos conflitos

Segundo Fernandes (1999), o MST organizou-se no Estado de São Paulo a partir da luta dos posseiros da Fazenda Primavera contra a expropriação e a exploração na região de Andradina SP. Com as lutas dos posseiros formou o Movimento dos Sem-Terra do Oeste de

São Paulo. Assim representantes desse movimento começaram a participar de outras articulações em outros estados (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), dando origem ao MST no estado.

Na primeira metade da década de oitenta emergiram vários movimentos de luta pela terra no Estado de São Paulo. Eram lutas realizadas por posseiros, atingidos por barragens, ex-arrendatários, bóias-frias, desempregados rurais e urbanos etc., que aconteceram desde o extremo-oeste do Estado, nas regiões Alta Noroeste, Alta Sorocabana, Araraquara, Campinas, Campos de Itapetininga até a baixada do Ribeira. [...]. (FERNANDES, 1999, p. 95).

Observamos que a questão fundiária da luta pela terra no Estado de São Paulo está espacializada¹⁶ (**Figura 4**). A ocupação de disputa por terras acontece em diversas regiões do estado, sendo um reflexo do contexto histórico da formação fundiária no Brasil. Percebemos as finalidades e representações diferenciadas de cada região, indicando a necessidade da reforma agrária há grande número de famílias excluídas do modo de produção capitalista vigente.

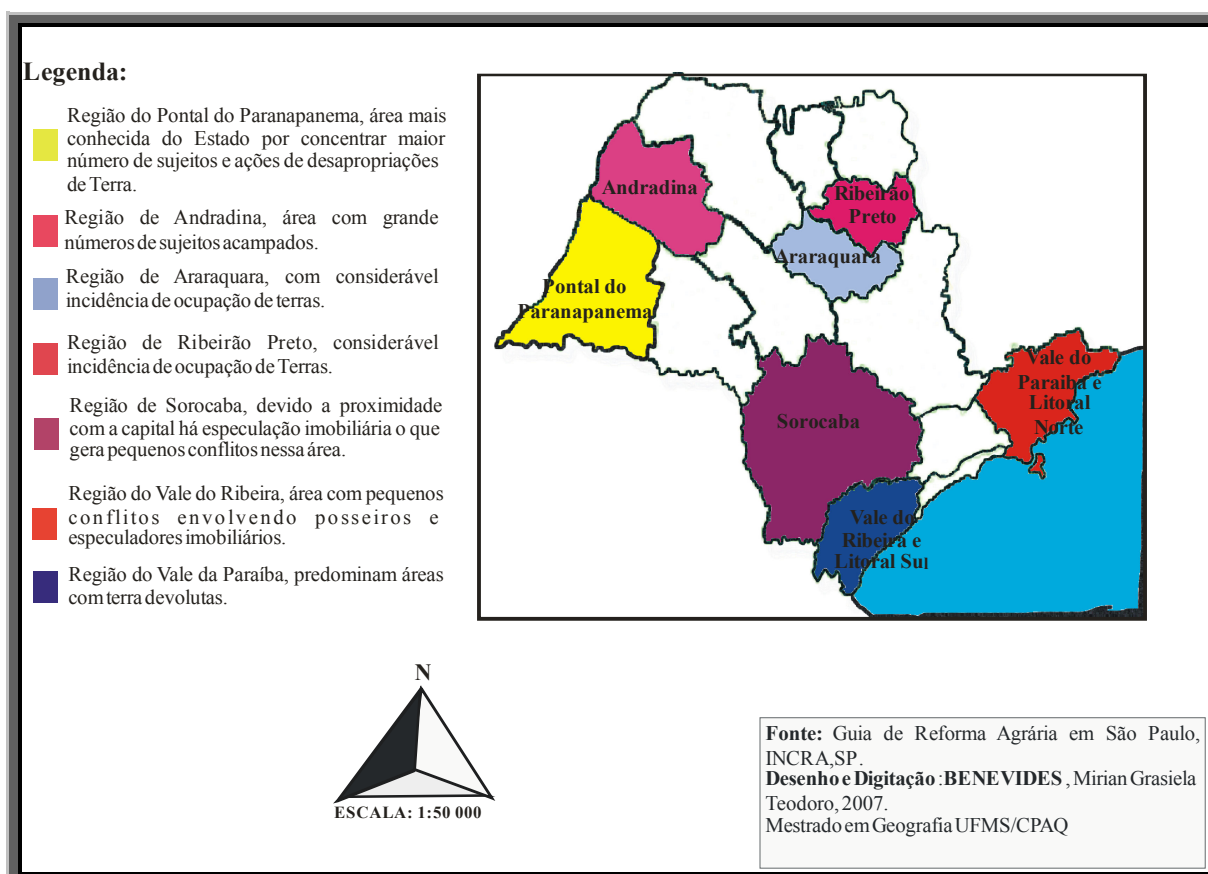


Figura 4: Perfil das questões fundiárias no Estado de São Paulo.

Fonte: Guia de Reforma Agrária em São Paulo, INCRA, SP.

¹⁶ Para Fernandes (1999) A espacialização da luta pela terra acontece quando no espaço os sem-terra constroem e transforma o próprio espaço, os trabalhadores lutam praticam exercício da cidadania, elaborado por meio da construção do conhecimento e de sua própria identidade.

A questão fundiária é a maneira como é estruturada as propriedades de terras no Brasil, e no estado de São Paulo, encontramos os grandes latifúndios improdutivos e de outro lado, minifúndios que não conseguem nem mesmo sustentar os seus proprietários, sendo ambos prejudiciais e contrários aos preceitos sociais.

No sentido de enfatizar algumas das questões fundiária do estado de São Paulo, citaremos algumas regiões em que os conflitos tiveram maior intensidade.

O Pontal do Paranapanema é a região do Estado mais conhecida quando falamos sobre conflitos fundiários, que surgiram na década de 1970 e início da década de 1980 no país. Especialmente, os que surgiram no Pontal do Paranapanema na década de 1990 devido estão região concentrar uma extensa área de terras griladas, segundo o INCRA¹⁷ trata-se de uma área de 1,2 milhões de hectares. A partir da década de 80 a região do Pontal alimentada pela força dos movimentos sociais de luta passa a lutar pela desapropriação das fazendas.

Nesse sentido esta região passa a ser considerada pelas frentes de luta pela terra e pelo MST para conquista da terra, Oliveira afirma:

[...] Com uma área de 900.000 ha, esta região, segundo o ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo – possui um total de 444.000 ha de terras devolutas (publicas portanto) derivadas do “grilo mãe” [...]. Somente depois da *apuração da falsidade dos títulos, o governo do Estado ganhou a ação de devolução das terras.*

Passados 37 anos, vários decretos de desapropriação foram assinados pelos governos estaduais atingindo uma área de 46.169 há, que redundaram em treze assentamentos com 3.350 famílias. Estes números do Pontal em relação total do Estado representam 30% dos assentamentos, 50% das terras e 60% das famílias assentadas. A região do Pontal do Paranapanema é pois, na atualidade, a principal área de assentamento da reforma agrária no Estado de SP. (OLIVEIRA, 1999^a, p. 115. Grifo do autor).

Além disso, a região do Pontal do Paranapanema é onde a UDR (União democrática ruralista) tinha todo substrato do Estado como observamos na fala de Fernandes:

É importante lembrar que a região do Pontal é o berço da UDR Paulista e forte núcleo da UDR Nacional. Os latifundiários ligados a UDR não tem medido esforços para contribuir contra a luta pela reforma agrária e muitas vezes tentam minar as lutas dos trabalhadores sem-terra. (FERNANDES, 1999, p.162).

Cumpre salientar que vários foram os embates entre latifundiários e camponeses sem-terra nesta região, pois a justiça e o estado ignoram o fato dos latifúndios no Pontal terem terras griladas, excluindo o direito dos camponeses sem-terra como observamos a seguir:

Entretanto, a justiça na região do Pontal tem agido como se ignorasse o fato de que os fazendeiros são grileiros, e o Governo Estadual não moveu uma

¹⁷ Informação retirada do GUIA DA REFORMA AGRÁRIA EM SÃO PAULO: introdução às questões agrárias e fundiárias p. 12.

ação para pedir a reintegração de posse das suas propriedade. [...] Toda vez que os sem-terra ocupam uma fazenda que é propriedade do Estado, a justiça tem concedido liminares de Integração de posse aos fazendeiros-grileiros, ou seja, tem garantido juridicamente o ato ilegal de posse das terras por estes fazendeiros grileiros. (OLIVEIRA, 1999a, p. 118).

Além de todo aparato do Estado e da justiça, os fazendeiros tem na mídia escrita e televisava um respaldo, onde eles são as vítimas do processo “[...] passam de réus à vítima [...]” (Oliveira 1999a). Foram muitas ocupações do MST na região do Pontal¹⁸ todas no intuito de democratizar a terra.

Observamos na (**tabela 5**), que a região do Pontal do Paranapanema tem 54 acampamentos com 5343 famílias onde maior parte deles é organizado pelo MST, tornando esta região com o maior número de acampamentos no Estado. Isso confirma que hoje o MST se constituiu no principal movimento social do Brasil. Foram várias lutas e continuam as lutas com o MST organizando os camponeses sem-terra na luta pela Reforma Agrária, embora não seja o único.

Entendemos, que em relação à agricultura, Fernandes et al (2006), afirma que houve diversas tentativas do setor capitalista de eliminar a pequena produção camponesa reforçando o modelo de agricultura baseado na monocultura praticada na região, mas essa tentativa não deu certo Fernandes esclarece:

[...] Porém dados oficiais e pesquisas revelam que o impacto socioterritorial ocorrido da região provém em grande parte de uma mudança nas relações de produção, comercialização principalmente com a implantação de Projetos de Assentamentos Rurais. Hoje, a renda média mensal das famílias assentadas nessa região gira em torno de 3 salários mínimos (+ ou – U\$ 300), sem mencionar a renda autoconsumo, ou seja, os alimentos produzidos e consumidos dentro das unidades camponesas. (FERNANDES et al, 2006, p.109).

É nesse sentido que a luta pela terra na região do Pontal Paranapanema prossegue com a esperança dos camponeses pela terra prometida como ressalta Lima (2006):

[...] O não interesse político de se fazer a Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema e somente tentar aplicar políticas públicas de desenvolvimento territorial é um dos principais elementos gestores que lançam os trabalhadores a tentar a sorte [...]. (LIMA, 2006, p.114).

¹⁸ O Professor Doutor Bernardo Mançano Fernandes em seu livro MST formação e territorialização descreveu com precisão todas as ocupações e conflitos na região do Pontal do Paranapanema.

Tabela 5: Acampamentos inscritos no INCRA na região do Pontal do Paranapanema

Presidente Prudente (Região do Pontal do Paranapanema)						
Cidades	Acampamentos	Famílias	Cidades	Acampamentos	Famílias	
Caiuá	Madre Cristina	70	Presidente Bernardes	São Luiz	80	
	Figueira I	237		17 de Abril	75	
	Figueira II	400		Jair Ribeiro	140	
Cuiabá Paulista	Nova Geração	14		Novo Mundo Rural I	66	
Dracena	Vida Nova	15		Novo Mundo Rural II	250	
Emilianópolis	Boa Vista	100		Uniterra	500	
Euclides da Cunha	Olga Benário	85		Terra Prometida	12	
	Euclides	182		Sul Mineira	36	
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	152		Ponte Funda	73	
	Dorcelina Folador	58		Zumbi dos Palmares	100	
	Patativa do Assaré	70		Primeiro de Maio	54	
	Vera Lúcia	80		Camponês	34	
Mirante do Paranapanema	Fazenda Pellegrini	44		Presidente Venceslau	Nova Força	72
	Asa Branca	56			Boa Esperança	53
	Carlos Santos	209	Bom Jesus		77	
	Margarida Alves	170	Fazenda Aprumado		45	
	Evandro Lins Silva	190	Regente Feijó	Santa Madelena	100	
Ouro Verde	Nova Esperança	228	Rosana	Porto Maria	52	
Panorama	Vista Alegre	40		Chico Mendes	67	
	N. Senhora Ap.	14		XV de Novembro	50	
	Bom Retiro	50	Santo Anastácio	Tiradentes	22	
Paulicéia	Sete de Outubro	22	Teodoro e Sampaio	Dona Carmem	180	
Piquerobi	Piquerobi	53		Herbert de Souza	123	
Pirapozinho	Zé Maria	60		Vitória	44	
Presidente Alves	Margarida Alves	8		Dorothy	140	
	Santa Flora	100		Mário Covas	40	
Presidente Bernardes	Guarani	26		Dona Zefa	125	
Sub Total	26 acampamentos		Total	54 acampamentos	5343	

FONTE: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, em 30/05/07.

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre em Araraquara conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias que ali residem, segundo dados da Fundação ITESP. Além desses núcleos do ITESP, existe um Projeto de assentamento

promovido pelo governo federal (INCRA) no mesmo município. Já o projeto de assentamento Belo Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas (estimadamente) com o mesmo número de famílias. O projeto de assentamento Bela Vista, se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação aconteceu em 1989.

Levemos em conta que em função mesmo desse entorno sócio-econômico a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de trabalho imediatamente ligada a essa economia. Perto de 70% dos assentados no projeto de assentamento Monte Alegre, especialmente dos núcleos II e IV foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja, enquanto que no projeto Bela Vista do Chibarro, este índice está em torno de 50%. Ainda hoje, tanto a colheita de laranja como a de cana são formas de assalariamento temporário dos trabalhadores rurais assentados recorrem.

Os dilemas da inserção regional desses Projetos de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola – ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com as forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente nas áreas reformadas, questão a ser retomada na análise dos nós e da trama de tensões.

Atualmente a luta na região de Araraquara está como vê-se na (**Tabela 6**), onde podemos constatar que a região tem 04 acampamentos com 241 famílias envolvidas.

Tabela 6: Acampamentos inscritos no INCRA região de Araraquara

Região de Araraquara		
Cidades	Acampamentos	Famílias
Araraquara	Bela Vista	31
Boa Esperança do Sul	Fazenda Cachoeirinha	27
Descalvado	Aurora	145
São Carlos	Vitória	38
Total	04 acampamentos	241 famílias

FONTE: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, em 30/05/07.

Neste sentido, a região de Ribeirão de Preto é onde o poder do capital está visivelmente mais concentrado e territorializado, pois desde o século XIX até os anos de 1960 era conhecida como a “capital do café”. A partir de 1970 a cana-de-açúcar apareceu na região, segundo Fernandes et al (2006 p 111) “[...] quando a ditadura militar incentivou a produção de álcool para enfrentar a crises de petróleo da época. Daí iniciou-se os conflitos que acabou com a diversidade agrícola da região.”

Nos anos de 1980 veio a produção da laranja e a região foi inserida na agricultura monocultora do açúcar e álcool, o que contribuiu para exclusão e desemprego e Fernandes et al afirma:

Com esse cenário de exclusão e desemprego ocorreu a formação e o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais na região, com uma forte atuação do sindicalismo que resgatou as necessidades e anseios dos trabalhadores, dando assim apoio à formação de ocupações e acampamentos de camponeses sem terra. (FERNANDES et al, 2006, p.112).

Hoje há aproximadamente, como explica a **(Tabela 7)**, são 823 famílias em 06 acampamentos nessa região, sendo quatro movimentos/organizações envolvidas nesse processo de luta: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra, grupos independentes, FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo).

Tabela 7: Acampamentos inscritos no INCRA região de Ribeirão Preto

Região de Ribeirão Preto		
Cidades	Acampamentos	Famílias
Pradópolis	Horto Guarani	53
São Simão	Fazenda Santa Maria	164
Ribeirão Preto	Terra Sem Males	109
	Mário Lago	298
	Santo Dias	150
	Índio Galdino	49
TOTAL	06 acampamentos	823 famílias

FONTE: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, em 30/05/07.

As primeiras lutas no Vale do Ribeira são a dos negros em 1988, onde hoje existem as comunidades quilombolas. Essas comunidades que convivem com a contradição entre a concentração fundiária e a devastação da Mata Atlântica. Somente a partir da Constituição de 1988, que a luta pela terra dos quilombolas teve alguma consideração, mesmo assim são poucas que receberam o título de propriedade de suas terras, como observamos na **(Tabela 8)** abaixo:

Tabela 8: Regularização das terras dos quilombos no Estado de São Paulo

Comunidade	município	Nº de famílias	situação	data
1.Ivaporunduva	Eldorado	70	Titulada devoluta	2003
2.Maria Rosa	Iporanga	20	titulada	2001
3.Pedro Cubas	Eldorado	40	Titulada devoluta	2001
4.Pilões	Iporanga	51	Titulada devoluta	2001
5.São Pedro	Eldor./Ipor.	39	Titulada devoluta	1998
6.Cafundó	Salto de Pira	18	Reconhecido quilombo	1999
7.Caçandoca	Ubatuba	19	Reconhecido quilombo	2000
8.Jaó	Itapeva	53	Reconhecido quilombo	2000
9.André Lopes	Eldorado	76	Reconhecido quilombo	2001
10.Nhunguara	Eldo/Ipóra	91	Reconhecido quilombo	2001
11.Sapatú	Eldorado	82	Reconhecido quilombo	2001
12.Galvão	Eldo/Ipóra	29	Reconhecido quilombo	2001
13 .Mandira	Cananéia	16	Reconhecido quilombo	2002
14 .Praia Grande	Iporanga	26	Reconhecido quilombo	2002
15 .Porto Velho	Iporanga	09	Reconhecido quilombo	2003
16. Pedro Cubas de Cima	Eldorado	22	Reconhecido quilombo	2003
17. Capivari	Capivari	17	Reconhecido quilombo	2004
18. Brotas	Itatiba	32	Reconhecido quilombo	2004
19. Cangume	Itaóca	33	Reconhecido quilombo	2004
20. Camburi	Ubatuba	39	Reconhecido quilombo	2005
21. Morro Seco	Iguape	47	Reconhecido quilombo	2006

Fonte: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Itesp.

Nesse sentido o Vale do Ribeira possui diversas peculiaridades, entre elas de deter quase um milhão de hectares de terras devolutas, a maior parte situada em áreas de interesse para preservação ambiental. Foi partir da década de 70, que iniciou-se explosiva ocupação fundiária e exploração predatória dos recursos naturais. Essa região ampla e inexplorada, com grandes extensões de terras devolutas e igualmente número de propriedades sem divisas definidas, a pequena distância da cidade de São Paulo, possibilita alta e rápida valorização, em que as grandes empresas, principalmente agropastoris, madeireiras e imobiliárias também vêm a possibilidade de atuação. Transforma-se assim em grande atrativo para grileiros contratados exercerem forte pressão sobre os donos das terras ou posseiros.

A década de 1970 foi acompanhada pela ampliação da concentração da propriedade, formação de latifúndios, ligados ao reflorestamento, mineração ou especulação imobiliária.

De 1960-80 estimam-se algumas áreas ocupadas por lavouras desenvolvendo as lavouras permanentes em detrimento dos cultivos temporários,

Assim, no processo de inclusão do Vale do Ribeira à lógica do capital, os banicultores resistiram, lutando pela manutenção de sua terra e do modo de vida, sem estarem alheios à dinâmica de mercado e aos benefícios, como saneamento básico, rede

elétrica e condições para o escoamento da produção. Do ponto de vista, econômico esta região é considerada a mais pobre do Estado, sendo a região com menor densidade populacional do Estado.

4.3. A política fundiária e as formas de atuação do governo e suas autarquias: Avanços e Recuos

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Há falta de políticas governamentais para realizar a Reforma Agrária massiva e que venha atender aos interesses dos camponeses, resultando no aprofundamento da exclusão social, conflitos e mortes no campo

A terra é um fator indispensável à estabilidade social e econômica do homem do campo. A vontade do povo expressa nas lutas dos movimentos sociais não pode ser negada pela nossa sociedade e seus poderes constituídos, pois se constituem nos modernos e legítimos instrumentos de reivindicação e de equidade socioeconômica nas democracias modernas.

As políticas utilizadas hoje correspondem ao retrato defasado da agricultura brasileira de 1976¹⁹ e sua atualização disponibilizará uma infinidade de terras improdutivas, que vivem sob o manto da especulação, para desapropriação e Reforma Agrária. Necessita de vontade política aprovação e aumento dos recursos para Reforma Agrária.

As autarquias políticas, ou seja, entidade que tem autonomia política foram territorialidades criadas pelo poder no sentido de “atribuir justiça ao campo”. Analisando as trajetórias e territorialidades destas, constatamos que são incoerentes e contraditórias.

¹⁹ Quando a ditadura começa a dar sinais de crise a partir de 1976, durante o governo do General Ernesto Geisel e posteriormente o no governo do General João Figueiredo, invoca-se o Estatuto da Terra para realizar desapropriações em algumas áreas de conflito social. Inaugura-se então a reforma Agrária pontual, destinada a amainar os conflitos sociais e evitar reações mais vigorosas dos camponeses. Esse artifício não funcionou, e o que vimos no período de 1979-1983 foi à eclosão de muitas lutas de posseiros na Amazônia e ressurgimento da luta “massiva” pela terra em todo o território nacional. (STEDILE, 2005, p.152)

O INCRA²⁰ (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é uma autarquia criada pelo decreto n.º10, de 9 de julho de 1970. A história das territorialidades do INCRA pode ser dividida em três períodos principais: O primeiro foi da criação da autarquia ao fim do governo militar (1970-1984).

O INCRA era a forma oficial de levar o nordestino para servir de operário de pequenos custos nos projetos dos grandes empresários, o que na verdade se tratava de reforma agrária nenhuma, mas sim, através da utilização de um só instrumento resolver os problemas dos donos do capital – conseguir mão de obra barata e tomar do posseiro a terra já limpa. (MARTINS & VANALLI, 1994, p. 52).

O segundo foi de José Sarney, (com a criação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária) ao governo Itamar Franco (1985-1994) e o terceiro período começa no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e chega até os dias atuais.

Em 1964 os militares brasileiros incluíram a reforma agrária entre suas prioridades, no dia 30 de novembro de 1964, onde o governo de Castelo Branco, após aprovação pelo Congresso Nacional, sancionou a Lei n.º. 4.504, que criava o Estatuto da Terra. Porém os militares não fizeram o uso desta lei para fins de reforma agrária.

A partir de 1970, o governo federal criou o INCRA e, ao mesmo tempo, vários programas especiais de desenvolvimento regional. Entre eles: PIN (Plano de Integração Nacional) em 1970, PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste) em 1971, PROVALE (Programa Especial para o Vale do São Francisco) em 1972, POLAMAZÔNIA (Programa de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia) em 1974, POLONORDESTE (Programa de desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste) em 1974.

No início da década de 1980, com o agravamento dos conflitos pela posse de terra, na região Norte do País, aconteceu a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia / Tocantins - GEAT, e do Baixo Amazonas GEBAM.

Em 10 de outubro de 1985, o governo José Sarney elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra. Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD), mas quatro anos depois os resultados foram pouco expressivos.

Em 1987 o Incra foi extinto, em 1989 o Mirad também foi extinto. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de

²⁰ Informações retiradas do site: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 10 de novembro de 2007.

março de 1989 o Congresso Nacional recriou o Incra, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu. O órgão permaneceu semi-paralisado, por falta de verba e de apoio político. O órgão ficou vinculado diretamente à Presidência da República, com a criação em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o INCRA.

Em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº 3.338, criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esse ministério teve sua estrutura regimental regulamentada conforme o decreto 5.033, em 5 de abril de 2004.

O INCRA²¹ tem a função de classificar as propriedades rurais de acordo com seu tamanho e/ou exploração, procurando revelar os problemas, estrutura fundiária e promover a reforma.

De acordo com o Estatuto da Terra, a estrutura fundiária deve ser analisada a partir do módulo rural, que é a quantidade de terra necessária para um trabalhador e sua família, de quatro pessoas. Assim, o módulo rural é variável de acordo com fatores naturais e socioeconômicos da região.

O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)²² é um projeto de cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) que pretende contribuir com o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural, promovendo estudos e pesquisas com a intenção de avaliar e aperfeiçoar políticas públicas voltadas à reforma agrária, agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável, qualificando o trabalho técnico dos diversos segmentos que atuam no meio rural, a integração entre os centros de pesquisa e a ampliação da participação dos atores sociais nos espaços de gestão das políticas de reforma agrária, de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e de atendimento às comunidades rurais tradicionais.

O NEAD está preparando uma agenda política que busca ampliar o reconhecimento social da reforma agrária e da agricultura familiar. Para fomentar e estimular o processo de autonomia social das organizações sociais está prevista a construção de uma rede de cooperação técnica e científica com vários centros de pesquisa e acadêmicos, onde o eixo dessa articulação passa pela consolidação de um novo padrão de desenvolvimento para o país, a partir da inclusão social no campo.

²¹ Informações retiradas do site: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 10 de novembro de 2007.

²² Notícia fornecida pelo Guia da Reforma Agrária em São Paulo: Introdução às Questões agrárias e Fundiárias do Estado de São Paulo, em 2005.

Notamos que o NEAD tem seu enfoque na agricultura familiar, deixando de lado os camponeses. Analisando a agenda política do NEAD, estão voltadas para inclusão do pequeno produtor a políticas de exportação, uma vez que a rede de cooperação técnica e científica tem a visão de que só é possível o desenvolvimento no campo com aplicação de tecnologias.

O NEAD amplia seu enfoque e passa a apoiar a discussão e a formulação das políticas de promoção da igualdade no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com destaque para a atuação junto às mulheres trabalhadoras rurais, comunidades remanescentes de quilombos e populações indígenas. Mesmo ampliando o enfoque o NEAD nega os camponeses, pois seu enfoque está na agricultura familiar.

A iniciativa busca produzir subsídios para elaboração, implementação e adequação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Serão identificados os impactos sobre a agricultura familiar e as políticas internas de desenvolvimento, a análise de produtos sensíveis e a formulação de propostas a serem discutidas com o Ministério de Relações Exteriores, que conduz as negociações, e outros ministérios envolvidos.

Entendemos que as políticas do NEAD são contraditórias, ao negar aos camponeses a existência de uma classe que luta pelo direito fundamental de acesso a terra. Essa classe hoje representada pelos movimentos sociais, como o MST, reivindicando em toda parte do país o acesso a terra. Assim, a luta pela terra no Brasil é elemento inerente à história do campesinato movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa.

Em novembro de 2003, o governo do presidente Lula assumiu o compromisso de assentar 400 mil famílias e beneficiar outras 500 mil com regularizações fundiárias, este é o II Plano Nacional de Reforma Agrária²³ que vai além da garantia do acesso a terra. Prevê ações para que homens e mulheres possam produzir gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como saúde e educação, energia e saneamento.

Como se observa o PNRA, segundo o INCRA²⁴, reconhece a diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração, raça e etnia que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade. Reconhece os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais, suas características econômicas e culturais, valorizando seu conhecimento e os saberes tradicionais na promoção do etnodesenvolvimento.

²³ Hediondo são os latifúndio e seus defensores, por Marcos Rogério de Souza.

²⁴ Informações retiradas do site < www.incra.com.br >. Acesso em: 10 de novembro de 2007.

5. O ACAMPAMENTO COMO TERRITÓRIO DA LUTA PELA TERRA E DA PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES CAMPONESAS NA REGIÃO DE ANDRADINA SP.

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades lingüísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado esse conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de ‘capitalismo’, ‘proletariado’ e, é claro, ‘modo de produção’, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como pode ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. Tem-se se dito corretamente que ‘o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância’. É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais. (SHANIN²⁵ apud ALMEIDA, 2003 p. 85. Grifo do autor.).

5.1. A Região de Andradina em questão

Estar acampado é ser sem-terra. Quando depois de muitos embates o sem-terra consegue adquirir a propriedade da terra, através das suas territorialidades na luta pela terra, ou seja, através das manifestações, ocupações, organização dentro do acampamento, este ator passa a ser assentado, isso não significa que acabaram as lutas, e sim que foi vencida a primeira etapa, pois, para permanecer na terra.

Oliveira (2001) afirma que não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas, muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania. A seguir um panorama rápido dos assentamentos na região de Andradina.

A região de Andradina sempre esteve à volta de grandes embates para a conquista da terra. Atualmente a região contém 30 assentamentos como podemos ver na **(Tabela 9)** em total de 51.101.45 hectares de terra, onde se encontramos 2.274 famílias assentadas. Destes 30 assentamentos, 08 possuem como nota-se na **(Tabela 10)** a participação do ITESP na instalação do programa de reforma agrária.

²⁵ SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituação e desconceituação-o velho e o Novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.

Tabela 9: Assentamentos Federais administrados pelo INCRA na Região de Andradina

Município	Assentamento	Data Criação	Área (hectares)	Famílias
Andradina	Fazenda Primavera	22/6/1981	9.595,10	156
	Timboré	23/6/1995	3.393,48	165
	Faz. S.Sebastião (Belo Monte)	22/4/2002	1.588,31	73
	Arizona	28/6/2006	635,04	43
Araçatuba	Hugo S. Herédia	11/7/2006	963,41	59
Birigüi	São José I	9/2/1988	1.182,48	32
Brejo Alegre	Salvador	26/7/1999	477,24	16
Castilho	Rio Paraná	3/9/1991	2.208,68	86
	Anhumas	12/12/2001	1.348,59	58
	Terra Livre	30/6/2003	628,32	41
	São Joaquim	30/6/2003	606	41
	Nossa Senhora Aparecida II	10/12/2004	976,45	59
	Três Barras	9/12/2005	2.427,76	148
	Cafeeira	8/10/2007	1.959,77	116
Guaraçai	Aroeira	17/9/1987	873,38	35
	São José II	9/2/1988	877,6	32
	Nova Vila	13/1/2005	866,77	56
Ilha Solteira	Estrela da Ilha	25/2/2005	2.855,88	197
	Santa Maria Lagoa	25/2/2005	1.210,63	74
Itapura	Rosely Nunes	25/2/2005	1.172,66	76
	Cachoeira	29/10/2007	997,08	46
Mirandópolis	Primavera	27/7/2006	1.866,58	98
	São Lucas	21/9/2007	1.541,06	29
Murutinga do Sul	Orlando Molina	10/11/1998	1.511,90	67
	Dois Irmãos	19/12/2005	1.867,36	120
	Santa Cristina	17/4/2006	986,34	36
Nova Independência	Pousada Alegre	2/8/2005	929,72	52
Pereira Barreto	PA Esmeralda	3/12/1987	2.104,10	75
	PA Terra é Vida	7/1/2004	543,45	39
Suzanápolis	PA União da Vitória	15/8/2005	2.906,31	149
Total	30 assentamentos		51.101,45	2.274

FONTE: Divisão de Desenvolvimento de Projetos, em 16 de abril de 2008

Tabela 10: Assentamentos com a Participação do ITESP na Região de Andradina

Município	Assentamentos	Numero de famílias	Idade	Órgão responsável
Andradina	Primavera	134	17	ITESP/INCRA
	Timboré	176	10	ITESP/INCRA
Birigui	São José 1	48	11	ITESP/INCRA
Guaraçai	São José 2	37	10	ITESP/INCRA
	Aroeira	39	10	ITESP/INCRA
Pereira Barreto	Esmeralda	80	10	ITESP/INCRA
Turmalina/Populina	Santa Rita	18	10	ITESP/INCRA
Castilho	Rio Paraná	91	10	ITESP/INCRA
TOTAL	08	623		

FONTE: ITESP, 1998.

As áreas ajuizadas aguardando emissão de posse são 14 imóveis observados na (Tabela 11) onde algumas famílias acampadas há mais de cinco anos para entrarem na terra.

Tabela 11: Áreas ajuizadas aguardando emissão na posse na Região de Andradina

Município	Imóveis	Data	Área (há)	Valor Total do Imóvel (R\$)	Capacidade estimada de famílias
Andradina	Timboré	02/07/2004	777,78	5.465.624,24	50
Araçatuba	Aracanguá	22/11/2007	4.283,30	42.498.204,42	268
	Araçá	10/10/2007	1.255,28	13.064.148,73	84
Castilho	Ipê	21/11/2003	978,75	4.717.093,01	61
	Santa Isabel	14/11/2003	1.023,66	4.801.686,51	64
	Pendengo	10/10/2005	4.185,77	27.203.622,78	259
Guaraçai	Santa Luzia	16/08/2007	1.077,90	7.071.132,55	67
Itapura	Lagoão	30/06/2004	1.766,60	8.064.686,11	110
Lavínia	S. Raphael Santana	06/10/2004	735,35	3.631.031,40	46
Pereira Barreto	Santo Ivo	30/11/2004	815	4.564.117,23	51
	Jamaica	05/11/2002	747,52	2.793.838,86	48
	Faz. S. Adélia I	11/04/2007	748,94	6.249.822,14	47
Sud	Jangada	19/11/2004	657,04	2.292.779,68	41
Menucci	Santa Maria	19/11/2004	955,15	5.651.808,58	60
TOTAL	14 imóveis		20.008,04	138.069.596,24	1.256

FONTE: Divisão de Obtenção 05/05/2008

Atualmente a luta pela terra na região de Andradina na (Tabela 12) notamos 17 acampamentos no total, com 1579 famílias acampadas. O acampamento como território de luta, manifesta as territorialidades como afirma Fernandes: Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem, em si, os principais elementos organizacionais do movimento [...] (Fernandes, 2001, p. 75)

Por isso todos os atores que encontram-se nesses acampamentos, têm a consciência do que é ser sem-terra, transformando-se sem-terra em uma territorialidade, ou seja, identidade (qualidade) em oposição à territorialidade capitalista, e por isso cria territorialidades, ocupação de terras, marchas, trabalho coletivo para conquistar a terra e nela permanecer. Fernandes (2001, p 74) afirma: “[...] O acampado é o sem-terra que tem por objetivo ser um assentado. [...]”, é neste contexto que eles criam os acampamentos. Na (Figura 05) encontra-se a distribuição dos acampamentos por município na região de Andradina SP.

Tabela 12: Acampamentos da Região de Andradina

MUNICÍPIO	IMÓVEL	ÁREA DA FAZENDA	FAMILIAS
Andradina	Faz. Timboré	797,6816 has	50
Castilho	Faz. Ipê	978,7534 has	61
Castilho	Pendengo	4.343,2966 has	259
Itapura	Faz. Lagoão	1.766,60 has	110
Lavínia	São Raphael Santana	743,3579 has	46
Pereira Barreto	Jamaica	747,5250 has	48
Pereira Barreto	Faz. Santo Ivo	779,9350 has	51
Sud Menucci	Faz. Jangada	656,20 has	41
Sud Menucci	Faz. Santa Maria	955,15 has	60
Castilho	Faz. Santa Isabel	1.023,66 has	64
Araçatuba	Faz. Araçá	1.255,2861 has	84
Araçatuba	Faz. Aracanguá	4.283,30 has	268
Andradina	Faz. Macaé	1.451,26 has	91
Pereira Barreto	Faz. Santa Adélia	748,94 has	47
Guaraçai	Faz. Santa Luzia	1.077,90 has	67
Mirandópolis	Faz. São José	700,80 has	44
Mirandópolis	Faz. Retiro	2.824,4980 has	188
TOTAL	17 FAZENDAS	27.011,18 has	1579

Fonte: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) Secretária Andradina, 2008

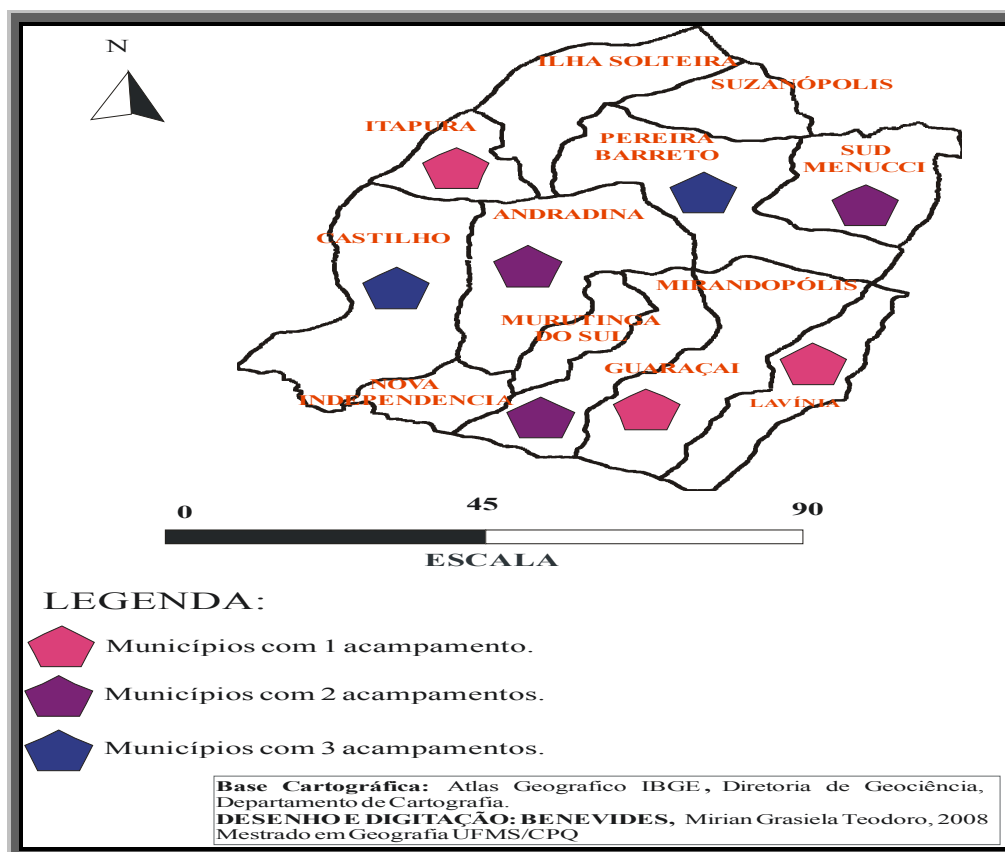


Figura 5: Distribuição dos Acampamentos na região de Andradina.

Fonte: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) Secretária Andradina, 2008.

5.2. A etnografia dos acampamentos: Macaé, Josué de Castro e Keno

Para compreender a organização dos movimentos de luta pela terra devemos entender a resistência à expropriação do processo contraditório de reprodução capitalista, por isto é importante discutir a etnografia dos acampamentos.

Etnografia²⁶ é um termo antropológico, é por excelência o método utilizado pela antropologia na coleta de dados. Baseia-se no contato inter-subjetivo entre o antropólogo e seu objeto, sendo ele um grupo social sob qual o recorte analítico seja feito.

Turatti (1999) diz que é importante enfatizar os elementos etnográficos, pois eles descrevem as particularidades de um acampamento, portanto essas particularidades são validas, por especificar dados colhidos em um processo de estudo de caso, dotado de grande potencial político.

Neste sentido, para existência de um acampamento tem que ter um movimento social, que para Fernandes (1999 p.27) pode ser compreendido “[...] movimento social é compreendida como uma forma de organização da classe trabalhadora, tomando - se por base grupos populares ou camadas populares, ou ainda setores populares [...]”.

Nestes movimentos de luta pela terra existem indivíduos denominados sem-terra que segundo Grzybowski:

Sem terra é por definição um nome de sujeito coletivo elaborado nas lutas do movimento sem – terra. A carência, ou melhor, a consciência da comum situação de carência e exclusão social, decorre do não ter acesso a terra, leva o grupo a elaborar a sua identidade. (GRZYBOWSKI, 1987, p 56 - 7).

Estar em um acampamento é estar aprimorando as estratégias que são umas das manifestações das territorialidades na luta, pela terra, pois dentro do acampamento é onde os camponeses organizam suas estratégias para materializarem as reivindicações da luta. Foi necessária uma análise de toda quadricula do poder nesses territórios de luta pela terra, os acampamentos, pois através da compreensão dos processos que contém quadriculas do poder podemos analisar as formas particulares de organização social, onde toda quadricula é:

[...] ao mesmo tempo a expressão de um projeto social que resulta das relações de produção que se enlaçam nos modos de produção e o campo ideológico, presente em toda relação. Como tal, os limites aparecem como uma informação que estrutura o território. [...]. (RAFFESTIN, 1993, p 165).

²⁶ Informação retirada do site: <<http://www.cm-mirandela.pt>>, no artigo Etnografia e Antropologia. Acesso em 05/11/2008.

No intuito de compreender a consciência social, a sociedade o e trabalho, percorremos dois acampamentos em Andradina SP e um acampamento formado recentemente no município de Itapura. Na **(Tabela 13)** dois são organizados pelo MST e o outro pelo STR procurando entender as formas de organização social dos sem-terra e a sua interação no território de luta pela terra tendo a práxis dos trabalhadores em movimento na organização na luta pela terra.

Quadro 1: Organograma dos acampamentos

Organização	Acampamento	Número de famílias	Número de²⁷ pessoas	Número de pessoas entrevistadas
STR (SINTRAF)	Willian - by	76	380	27
MST	Josué de Castro	48	240	20
MST	Keno	69	345	19
TOTAL		124	620	66

Fonte: BENEVIDES, Mirian Grasiela Teodoro, 2006/2008.

Observamos, duas frentes de luta, uma organizada pelo movimento social e outra pelo sindicato dos trabalhadores rurais. Essas frentes possuem políticas diferentes quanto à trajetória de acesso a terra e aparentemente é diferente no Território de luta pela terra. O que realmente os diferencia é a articulação política das frentes que organizam a luta pela terra, pois um tem princípios de um movimento social e outro de sindicato

Essa diferença ocorre por causa da política desenvolvida pelo MST e STR, nesse território de luta pela terra os acampados são os mesmos, têm os mesmos sonhos, as mesmas dificuldades de quem estão acampados na beira da estrada. O que realmente os diferencia é a articulação política das frentes que organizam a luta pela terra. Uma frente é sindicalista e outra é um movimento social.

Um dos fatores que leva os sujeitos a se tornarem sem-terra é a exclusão dos trabalhadores gerada pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, portanto como afirma Martins, (1991, p.177): “[...] já não há como fazer para que a luta pela terra não seja a luta contra o capital, contra expropriação e a exploração que estão na sua essência”.

O acampamento Willian-By conhecido também como acampamento Macaé está localizado no Município de Andradina SP e na pesquisa de campo realizada em 2006, os sem-terra estavam acampados na rodovia General Euclides Oliveira Figueiredo.

²⁷ A proporção do número de pessoas é realizado seguindo a metodologia da CPT (Comissão Pastoral da Terra), que a família é constituída por 5 integrantes.

Atualmente eles estão acampados em um sítio próximo ao distrito de Planalto. O tempo do acampamento é de três anos e dois meses, onde possui 76 famílias cadastradas no INCRA. Em princípio este acampamento tinha o nome de “Acampamento Macaé”, mas devido ao fato de um dos filhos de um dos coordenadores ter sofrido um acidente fatal na Rodovia onde estava localizado o acampamento, em homenagem colocaram o nome do menino no acampamento.

Em 2006, a construção do acampamento foi feita em frente à área pleiteada, pois a fazenda havia sido considerada como improdutiva e para fins de reforma agrária em 2001, sendo que o processo encontra em litígio e segundo o Presidente do STR até o final de dezembro deste ano sai à desapropriação. Atualmente a construção dos barracos está localizada em um sítio. Esse sítio onde eles se encontram no momento é arrendado e quem paga por este arrendamento é o sindicato até poderem voltar à estrada. Na estrada a manifestação ganha maior proporção porque é vista por toda a sociedade.

Podemos observar a disposição do acampamento nas **(Figura 6)** e **(Figura 7)**. Em 2006 neste acampamento os barracos estavam dispostos em fileiras, no barranco da estrada, atualmente em 2008 encontram-se em círculo.



Figura 6: Acampamento Macaé. **A:** quando o acampamento estava na rodovia. **B:** Atualmente no sítio.

Fonte: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2006/2008

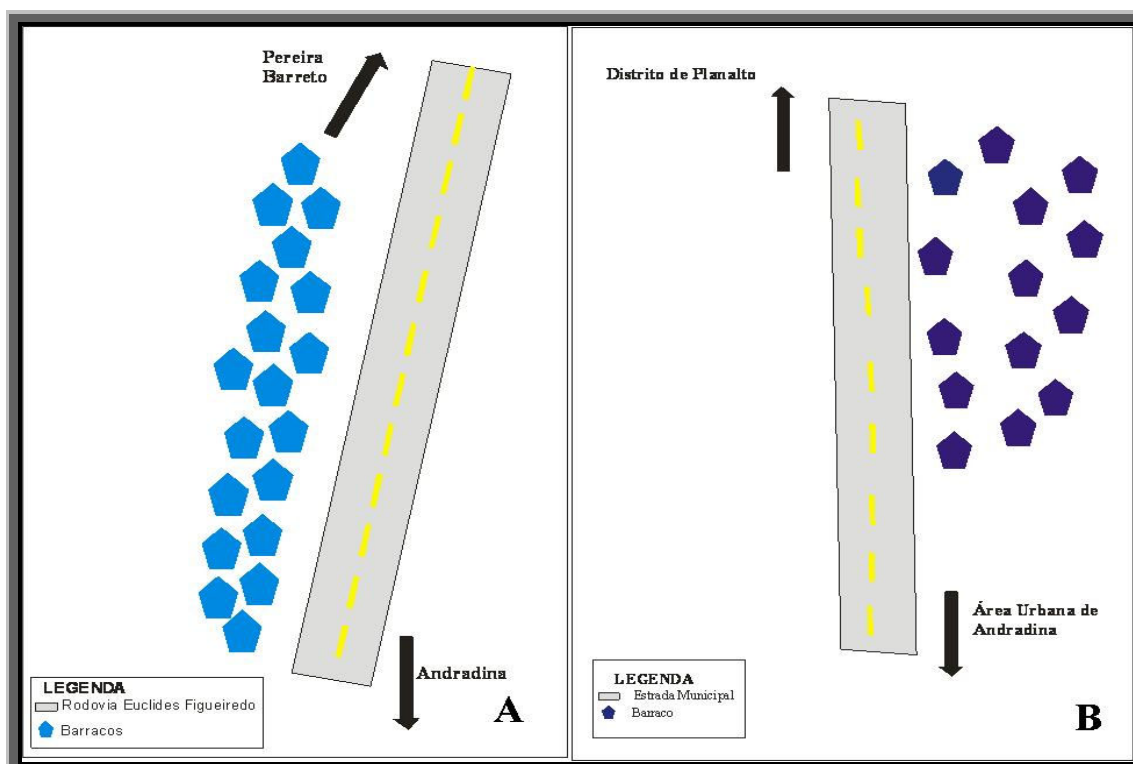


Figura 7: Esquema da disposição dos Barracos no acampamento Wilian- by fazenda Macaé em Andradina SP. **A** ano de 2006 e **B** ano 2008.

Editoração e organização: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2006/2008.

A formação do acampamento deu devido a diversos fatores, entre eles, dos trabalhadores estarem fora do mercado de trabalho principalmente com a adoção da monocultura da cana de açúcar e do sonho de ser seu próprio patrão e trabalhar para família como pode-se ver em fala deles quando indagados o que era ser sem-terra?

Sem-terra é uma esperança de ter a terra, para plantar e nela viver [...]. (informação verbal)²⁸. Em outra fala perguntei para um senhor por que ele decidiu acampar? Por que eu to ficando velho, emprego eu não arrumo, e ficar longe da terra sem trabalhar... Não dá né, então preciso de um lugar pra me encostar e trabalhar. (informação verbal)²⁹.

A área pleiteada para desapropriação é a Fazenda Macaé onde os sem – terras encontram-se acampados. Ela possui 1.504 hectares.

A água do acampamento provém da prefeitura de Andradina que abastece os tambores duas a três vezes por semana, isto quando o caminhão de abastecimento não está com defeito. Os acampados contam com a cesta básica do programa Fome Zero que segundo

²⁸ Informação oral cedida pela senhora S. M. em março de 2008.

²⁹ Informação oral cedida pelo senhor J.V. em outubro de 2006.

eles não vem todos os meses, por isto existe a necessidade de se trabalhar fora do acampamento. (Informação verbal) ³⁰

Os acampados contam com a organização do STR (SINTRAF) Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura familiar.

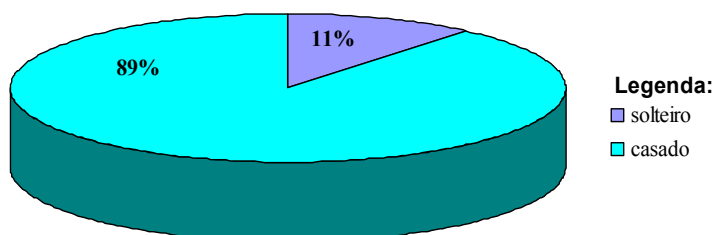


Gráfico 2: Estado civil dos acampados no Willian – by, fazenda Macaé.
Fonte: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2006/2008.

Constatamos no acampamento que 59% dos entrevistados são casados. (**Gráfico 2**) Neste total foram incluídas pessoas que vivem juntas (amasiadas), que tenham uma vida conjugal, sendo 37% solteiros e apenas 4% viúvos. O número de casados é maior podemos dizer que a maioria irá utilizar o trabalho familiar o fato este que possibilita sua subsistência.

Já no acampamento Josué de Castro, localizado na agrovila do assentamento Timboré (**Figura 8**) tem seis anos e possui 46 famílias todas inscritas no INCRA, onde houve oito ocupações na área pleiteada.

O nome dado ao acampamento é uma homenagem à vida de Josué de Castro³¹ que foi uma grande lição de engajamento em sua própria realidade cultural. Procurou desenvolver toda uma ciência, a partir de um fenômeno que é a manifestação do subdesenvolvimento em sua mais dura expressão: a fome. Tentou criar uma teoria explicativa para a triste realidade do subdesenvolvimento, da pobreza, da miséria. Tentou modificar a história de seu país.

³⁰ Informação cedida pelo coordenador do acampamento.

³¹ Humilde médico brasileiro que, aos 21 anos, iniciara sua atividade clinicando na Cidade do Recife e chegara a representante do Governo de seu País. Longa foi a caminhada deste inconformado nordestino que se tornou mundialmente conhecido por seus livros, cargos que ocupou, funções que desempenhou, organismos que criou e aulas que ministrou, no Brasil e no Exterior. Entretanto, o que mais o notabilizou foi, sem dúvida, quer no exercício da cátedra, na Presidência da FAO, no Parlamento Brasileiro (como deputado pelo antigo PTB), nas salas de aula ou nos momentos solitários do escritor consagrado, a eleição de um tema até pôr ele mesmo considerado bastante delicado e perigoso, a fome. E foi contra ela, em toda a sua extensão e manifestações, que travou o bom combate de sua vida. (Fonte: /www.josuedecastro.com.br) acesso em 29 de novembro.



Figura 8: Organização dos Barracos na agrovila do assentamento Timboré.

Fonte: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2006

A área pleiteada é uma fazenda localizada em frente ao assentamento onde estão os acampados, sendo a Fazenda Timborezinho que possui 470 alqueires. Foi classificada como área grilada pertencente ao mesmo grileiro da Fazenda Timboré hoje assentamento. Eles encontram dispostos em círculos como podemos observar na (**figura 9**), estão dispostos assim para ter melhor visão de seus vizinhos de luta e observar os problemas que possam surgir no acampamento.

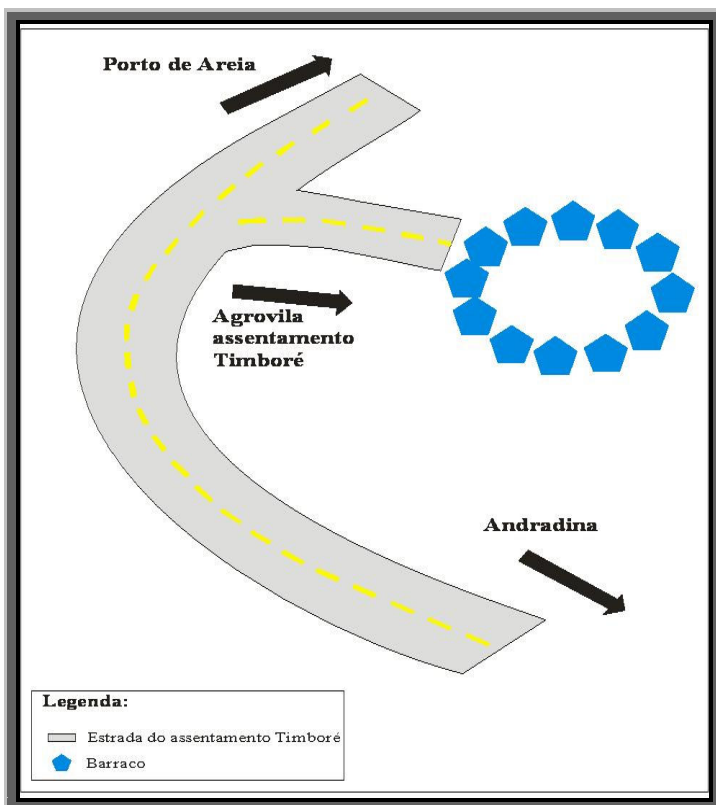


Figura 9: Esquema da disposição dos Barracos no acampamento Josué de Castro.
Editoração e organização: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2006/2008.

A água do acampamento provém de uma torneira cedida pelos assentados, onde cada família acampada paga o valor simbólico de R\$ 1,00 e conta também com a água da Prefeitura de Andradina que é levada duas vezes por semana. Eles contam com o auxílio da sexta básica do programa Fome Zero, e afirmam não vir regularmente.

As famílias estão há seis anos acampadas e durante esses anos foram oito ocupações. A fazenda foi dada como improdutiva pelo INCRA em 1999, mas até hoje essa área se encontra em litígio. Devido o fato de o grileiro ter falecido seus herdeiros estão recorrendo a perda da fazenda.

No **(Gráfico 3)** observamos que as pessoas acampadas entrevistadas são casado (as), sendo 80%, 15% são solteiras (os) e apenas 5% são viúvas (os).

As famílias somam maior número, e procuram preservar a união familiar neste acampamento, pois a maioria são casais jovens.

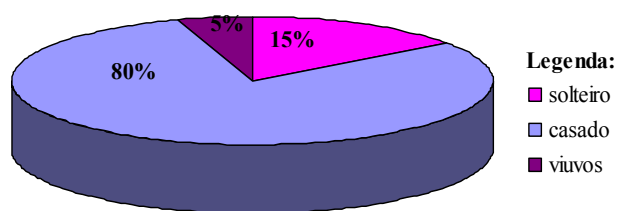


Gráfico 3: Estado civil dos acampados no Josué de Castro 2006.

Fonte: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2006.

No acampamento Keno³², nome escolhido pelas lideranças do acampamento está localizado na rodovia Gerson Dourado de Oliveira próximo ao trevo de Itapura. A escolha deste acampamento fora dos limites do município de Andradina deu devido ao fato dele ser o acampamento mais novo da região, tem apenas sete meses e se trata de um acampamento estratégico. Ele não tem uma área pleiteada, enquanto isso os sem-terra ali acampados são distribuídos para novos projetos de assentamentos que sobram lotes. Futuramente eles irão para uma área em que o INCRA verificar que é improdutivo. Sua disposição é a beira da estrada como observamos na **(Figura 10)**.



Figura 10: Organização dos Barracos na Rodovia Gerson Dourado de Oliveira.

Fonte: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2008.

³² O acampamento leva esse nome devido o assassinato do Sem Terra Valmir Mota de Oliveira, o Keno, ocorrido no dia 23/10/2007 no Paraná. Keno foi morto por membros de uma milícia contratada pela empresa multinacional Syngenta Seeds, num episódio que demonstra a violência do agronegócio contra organizações de trabalhadores.

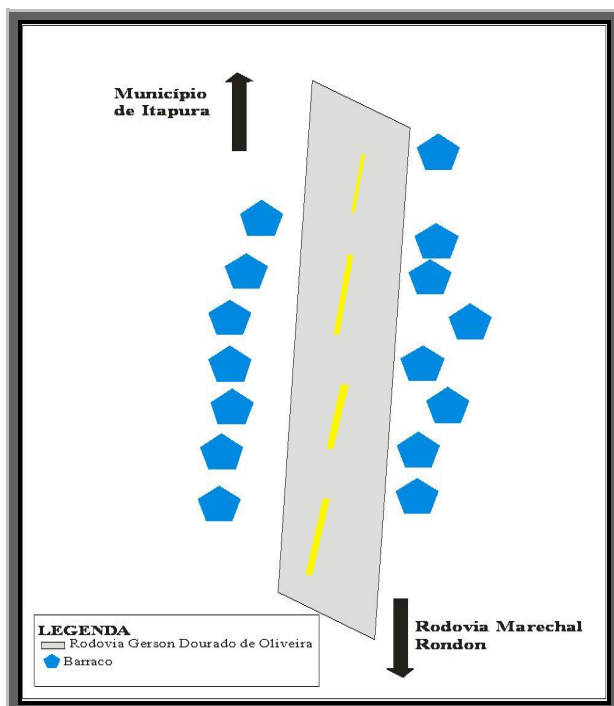


Figura 11: Esquema da disposição dos Barracos no acampamento Keno.
Editoração e organização: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2008.

Desse acampamento saem pessoas para praticar ocupações diversas. Eles se unem com sem-terra de vários acampamentos do MST para efetuar as ocupações nas fazendas. Nesse acampamento estão inscritas no INCRA 69 famílias, dessas famílias apenas 16 aproximadamente moram no acampamento, as demais montam seus barracos e comparecem ao acampamento somente aos finais de semana, para a reunião que acontece aos domingos.

Eles não haviam recebido nenhuma cesta básica do projeto Fome Zero. A única ajuda que contam é com a da Prefeitura de Itapura em relação ao transporte escolar, a água que prefeitura leva, e a Igreja Católica que procura colaborar com os acampados.

As famílias se encontram aproximadamente nesse acampamento há sete meses. Observamos o (**Gráfico 4**) que 59% dos acampados são casados, 37% viúvos e 4% solteiros.

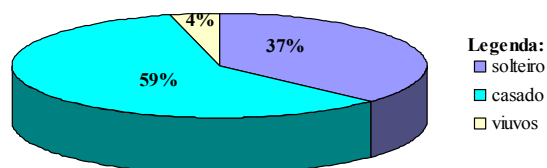


Gráfico 4: Estado civil dos acampados no Acampamento Keno em 2008.
Fonte: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2008.

5.3. A produção de territorialidades

Sabemos que o acampamento é uma das faces para a territorialização da luta, ou seja, a realização do assentamento, que independente de alguns determinantes (político, econômico, social e cultural), significa a realização de um projeto de vida do camponês em meio à sociedade moderna, pois os assentamentos recriam sua campesidade. No acampamento ele também está sujeito a ordens de despejo, há situações de risco presentes em suas habitações (barracos de lona), e ao estigma de ser sem-terra. Para Fernandes (2001 p 74): “Ser acampado é ser sem-terra. Estar no acampamento é resultado de decisões tomadas a partir de desejos e de interesses, objetivando a transformação da realidade [...]” É neste território, através dos acampamentos que são espaços de tempo e transição, que as práticas sociais associam-se a luta pela reforma agrária.

O acampamento é uma forma de manifestação, onde para alguns acampados é a única forma de moradia. Para Fernandes (2001), os acampamentos é forma de materialização da organização dos sem-terra e que as ações de acampar interagem com os processos de espacialização e territorialização, vê-se que é também o lugar de mobilização constante.

Diante desses desdobramentos concordamos que os acampamentos expressam essas relações sociais, mas em contraposição durante o trabalho de campo no acampamento Keno (MST), que é especificamente estratégico, vimos que apenas umas doze famílias residem no local. É um acampamento com 69 inscritos no INCRA onde a maioria chamados de apóio passa somente o final de semana no acampamento, principalmente aos domingos que é o dia da reunião. A coordenadora falou que para adquirir o lote é seguido:

Aqui é assim é por ordem de chegada. Os que moram aqui tem mais preferência que os apoios, o que vale é a contribuição na luta, por exemplo: os apoios que são os que não moram aqui contribuem com dinheiro ou alimento. Quando sai a terra é indicada uma pessoa daqui mais lá essa pessoa tem que passar pela direção. Tem que ter uma boa disciplina. (Informação verbal)³³.

No acampamento Keno até a estratégia da lona preta que significa “luto”, todos acampados participam de um processo de purificação isso para construção de um novo ser humano. Por isso, todos devem passar pela “lona preta”, mas não foi observado nesse acampamento. Encontramos lonas brancas nos Barracos abandonados dos apoios que contribuem com a luta de outra forma³⁴, como representado na **Figura 12**. Talvez para alguns

³³ Informação verbal, fornecida pela coordenadora F.C em julho de 2008.

³⁴ Informação verbal, fornecida pelos coordenadores do acampamento, se a pessoa não pode ficar no acampamento ela contribui financeiramente, o valor não foi especificado.

pesquisadores estas sejam informações que não mudam a história de luta do MST, mas quando falamos em territorialidades sempre verificamos as relações de poder, onde os atores e as redes, nos e nodosidades se modificam, daí parte a explicação para mudança de alguns atos culturais dos acampamentos do MST.

Podemos dizer que da mesma forma que o capitalismo impõe novas formas de avanço no campo, o MST também cria novas territorialidades para continuar a luta pela terra.



Figura 12: A luta na lona Branca Acampamento Keno.
Fonte: BENEVIDES, Mirian Grasiela Teodoro, 2008.

Fernandes (2001) diz que ao organizar um acampamento os sem-terra criam diversas comissões ou equipes, que dão forma a organização e suas necessidades: saúde, educação, segurança, negociação, trabalho. Vemos que no acampamento Josué de Castro as formas de organização, ou tessitura praticamente não existe e que somente as lideranças possuem conhecimentos sobre a atual conjuntura do acampamento com a coordenação regional, enquanto os sujeitos acampados parecem estar excluídos da situação em termos de conquista da terra, como observamos no relato desta acampada:

Já andamos pra lá, já andamos pra cá.
 Baixamos e erguemos lona [...].
 O coordenador vem fala que as terras tão pra sair e cadê essas terras, fazem quatro anos que estou aqui, mas não vou desistir enquanto existir um barraco eu vou ficar aqui[...].(Informação verbal)³⁵

Neste sentido o acampamento Keno por ser um acampamento novo está construindo as suas tessituras. Lá é um lugar social onde acontecem as reuniões, eles têm coordenadores

³⁵ Informação fornecida no trabalho com fontes orais na saída de campo realizada em 2006 Sr. A. G. S no acampamento Josué de Castro, 2006.

dentro do acampamento para as atividades diárias, contam com uma horta comunitária apesar de pouco espaço. As plantações e alguns animais são notados em todos os acampamentos, por menores que sejam os espaços, sempre tem algo plantado, mas em cooperação foi notado somente no acampamento Keno MST.

Notamos durante a pesquisa que o acampamento Keno por ter menos pessoas morando e ser mais novo, possui organização interna. A contradição existente deu devido ao fato do acampamento Josué de Castro ser um local que existe há mais de 5 anos e os acampados estarem somente esperando a divisão dos lotes. Por isso as territorialidades deixaram de existir no acampamento. Já no acampamento Willian-by essas territorialidades inexistem pelo fato deles sempre estarem sendo expulsos dos lugares onde estão acampados e sempre praticam a ocupação na fazenda Macaé.

Percebemos que os sem-terra acampados encontram desprovidos sobre o significado da frente que organiza a luta pela terra. Quando perguntado sobre ela, eles responderam:

O sindicato apóia a gente na medida do possível, o que eles podem, Ele apóia bastante eles também tem bastante dificuldade o que vem pra eles é muito pouco, então na medida do possível eles podem, eles apóiam. (Informação verbal)³⁶

Em uma fala de um acampado no Josué de Castro (MST).

É bom ele ajuda a gente, resolve os problemas das terras porque a gente trabalha fora e não tem tempo pra isso, então eles vão lá e resolvem apesar de fazer bastante tempo que nos estamos aqui eles se preocupam em ajudar a gente e isso é importante. (Informação verbal).³⁷

Na fala de um acampado do acampamento Keno: “Orgulho, união, garra e determinação companheirismo é o trabalho do grupo”. (Informação verbal)³⁸.

Nas três falas são acampados de frente sindical e de movimento social, percebemos que todas as falas sobre os órgãos que organizam a luta pela terra nenhum dos três são engajados politicamente como os coordenadores, que é um militante preparado diferentemente que os demais, é alfabetizado e recebe formação política do MST.

Bom a terra a gente discutiui a gente definiu o significado coletivo dentro do movimento, patrimônio da humanidade é um bem de todo trabalhador rural principalmente quem queira morar e produzir alimento tem que ter o direito de utilizar a terra para esse fim pra produzir e a terra também significa o resgate da cultura popular significa o resgate das raízes histórica do povo

³⁶ Informação fornecida no trabalho com fontes orais na saída de campo realizada em 2006 e 2008 o entrevistado foi Sr. S. M. no acampamento da Fazenda Macaé Willian – By STR/SINTRAF 2006/2008.

³⁷ Informação fornecida no trabalho com fontes orais na saída de campo realizada em 2006 o entrevistado foi Sr B. A. no acampamento Josué de Castro 2006.

³⁸ Informação fornecida no trabalho com fontes orais na saída de campo realizada em 200 o entrevistado foi Sr F S. no acampamento Keno MST.

camponês significa garantia de trabalho e moradia fixa, então tem muitos significados e tem o significado político a distribuição da terra a não concentração da terra é muito importante se discutir isso que a terra seja realmente um patrimônio dos trabalhadores. (Informação verbal).³⁹

Cumpre salientar que as relações de poder são visíveis dentro das tessituras nos acampamentos, relações de poder que expressam o que Raffestin afirma:

[...] A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala de poderes. Há poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitadas as escalas dadas. Finalmente a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes. (RAFFESTIN, 1993, p 154).

Os coordenadores dos três acampamentos são mais politizados, por isso podem fornecer informações sobre a atual condição dos acampamentos, apesar dos outros sujeitos não terem o mesmo conhecimento que os coordenadores, eles é que determina à luta. Muitas vezes eles não têm condições de ter a mesma dedicação com o movimento, mas estão no acampamento criando territorialidades para a conquista da terra.

5.3.1. O ser sem-terra e a luta pela (re) camponização

Nosso objetivo nesse item não é traçar um perfil dos acampados a partir de características individuais e nem generalizar afirmação acerca dos que participam da luta. Nossa proposta é analisar o perfil do ser sem-terra que está nos acampamentos estudados, como revela os gráficos a seguir.

No **(gráfico 5)**, no acampamento Josué de Castro do (MST) o número de mulheres era maior, neste acampamento percebemos que o homem sai para trabalhar nas fazendas. Já no acampamento Willian By Fazenda Macaé (STR/SINTRAF) o número de homens no dia da entrevista era maior, pois as mulheres trabalhavam como empregada doméstica na cidade. E no acampamento Keno (MST) o número de mulheres era maior, ficou evidente que nesse acampamento a luta é organizada pelas mulheres.

³⁹ Informação fornecida por V. P. A. Acampamento Josué de Castro, Andradina SP 2006, na saída de campo realizada em 2006.

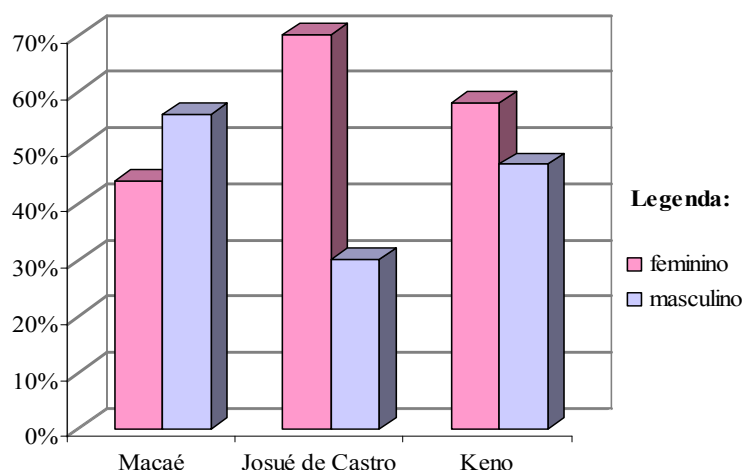


Gráfico 5: Gênero dos acampados

Fonte: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2008.

O gênero dentro dos acampamentos é uma questão muito discutida atualmente como afirma Valenciano:

O envolvimento em diferentes setores, ou à frente de ações ligadas a outros temas, como saúde e educação, sobrecarregaram as militantes, as quais encontraram pouco tempo para dedicar-se a atividades voltadas para o Coletivo. O seu desprendimento para atuar em vários setores, no caso do MST, apresentou-se enquanto um empecilho, não havendo uma dedicação pontual para o fortalecimento do Coletivo de Gênero. Quando houve essa iniciativa, ou seja, a de canalizar as ações desenvolvidas pelas mulheres apenas para o Coletivo, as mesmas não encontraram respaldo dentro da organização. Mas internamente ao movimento, assistimos a valorização do debate da questão de gênero, ainda que na prática, essa iniciativa acabe esbarrando nos obstáculos mencionados. (VALENCIANO, 2006, p.29).

Em relação à idade dos acampados entrevistados (**gráfico 6**) a faixa de idade entre os três acampamentos mostrou-se diferente, pois no Josué de Castro (MST) 55% têm menos de 35 anos, 30% tem de 35 a 55 e 15% mais de 55 anos. Já acampamento Fazenda Macaé (STR/SINTRAF) a maioria dos acampados tem acima de 35 anos 60%, com menos de 35 anos 11% e acima de 55 anos 29%. E no acampamento Keno (MST) 42% tem menos de 35 anos, 21% tem de 35 a 55 anos e 37% têm acima de 55 anos.

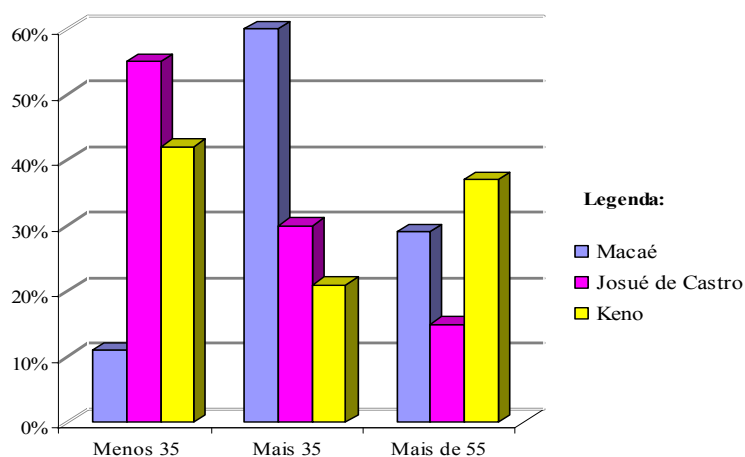


Gráfico 6: Idade dos acampados.

Fonte: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2008.

Os números de filhos dos entrevistados nos acampamentos (**Gráfico 7**) são parecidos, sendo que a maioria das pessoas entrevistadas possuem filhos. No acampamento Keno todas as pessoas entrevistadas tem filhos, ou seja, 100%. No acampamento da fazenda Macaé 81% tem filhos e 19% não tem. E no Josué de Castro que 85% tem filhos, e 15% não tem. No acampamento Josué de Castro a maioria tem até dois filhos, e nos acampamentos Fazenda Macaé e Keno maioria tem de dois a quatro filhos.

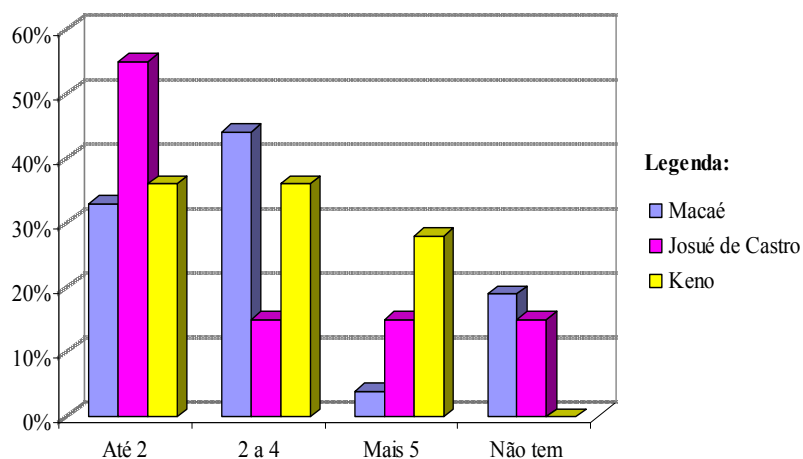


Gráfico 7: O número de filhos dos acampados.

Fonte: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2008.

Em relação à escolaridade das pessoas entrevistadas (**gráfico 8,**) constatamos que o acampamento da Fazenda Macaé (STR) 74% dos acampados tem até o ensino fundamental, 19% tem o ensino médio e 7% são analfabetos Já no acampamento Josué de Castro (MST) 50% tem o ensino fundamental, 45% têm o ensino médio e 5% são analfabetos. E no

acampamento Keno (MST) 53% tem o ensino fundamental, 31% o ensino médio e 16% são analfabetos.

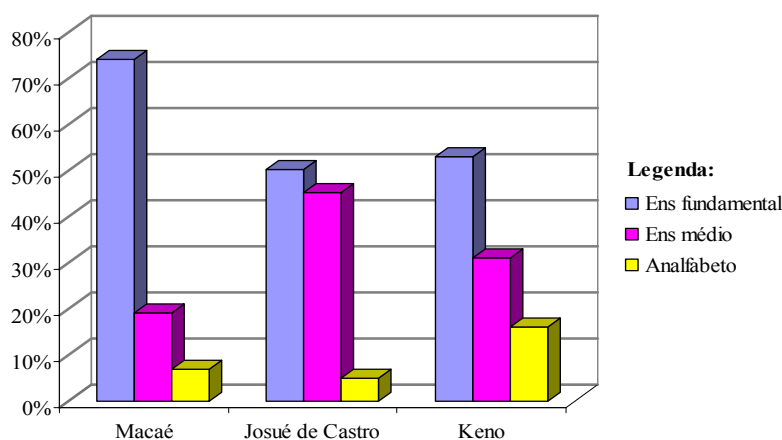


Gráfico 8: O grau de escolaridade dos acampados
Fonte: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2008.

Em todos os acampamentos os sujeitos são entrevistados da terra, trabalharam a vida inteira nela, como demonstra o (Gráfico 9). Alguns como arrendatários, assalariados do campo, diaristas sempre exercendo o trabalho no campo. No acampamento da Fazenda Macaé 93% dos acampados já trabalhou com a terra, no acampamento Josué de Castro 90%, e no acampamento Keno 100%.

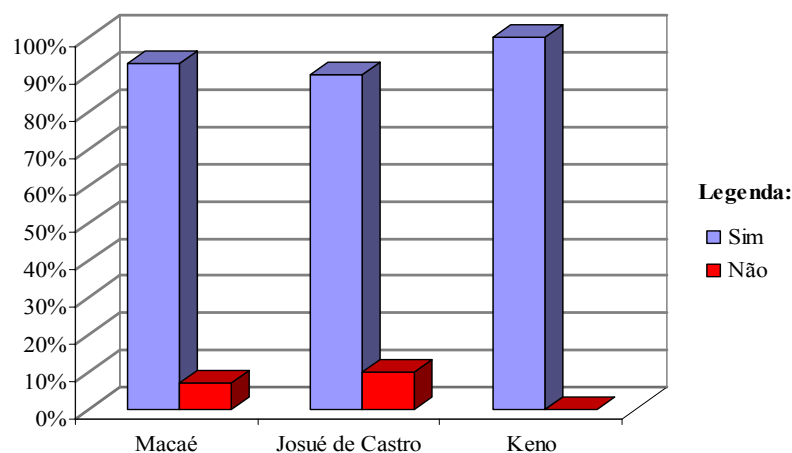


Gráfico 9: Acampados que trabalhavam com a terra antes do acampamento
Fonte: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2008.

Diante dessas informações observamos que os sem-terra que encontramos nesses acampamentos, com a expansão do capitalismo no campo perderam seus empregos de assalariados no campo, e que o ser sem-terra é oprimido de várias formas pelo sistema latifundiário. Este sistema consiste não somente no monopólio da terra, mas também no monopólio do crédito, do comércio e da tecnologia. Com a modernização tanto no campo

como na cidade a pouca escolaridade faz com que os trabalhadores rurais fiquem fora do mercado de trabalho.

Cumprido salientar que estes camponeses trabalhavam na terra e que a não absorção desta mão de obra os fizeram migrar para o urbano, devido à apropriação capitalista da terra de trabalho e desfazer a ruptura dos camponeses com a terra como ressalta Oliveira (1999, p.14) “Acampamentos e assentamentos são a nova forma de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito a terra livre e ao trabalho liberto [...]”. É nesse contexto que a luta pela terra em Andradina está inserida. Esses sujeitos querem estar na terra, por sempre terem trabalhado nela e almejem seu pedaço de terra.

5.3.2. Manifestações políticas: A ocupação de terra

Em relação ocupação de terras Fernandes descreve:

[...] a ocupação é realizada com o objetivo de conquistar somente a área ocupada. Portanto, as famílias são mobilizadas e se organizam para reivindicar a terra ocupada. Havendo famílias remanescentes, iniciam uma nova luta para conquistar uma outra área. Cada ocupação resulta na conquista de um assentamento. A lógica da organização das famílias é mobilizar conforme as áreas reivindicadas [...] (FERNANDES, 2001, p. 71).

Diante desses desdobramentos o acampamento Keno tem algumas territorialidades que se diferenciam dos outros acampamentos por se tratar de um acampamento estratégico, onde a maioria das pessoas mora na cidade e são apoios. Uma das diferenças é que sempre um grupo tem que participar das manifestações e ocupações do MST no Estado, tanto que a maioria dos acampados já participou de uma alguma ocupação de terra, sem o acampamento ter uma área pleiteada. Quando perguntados por que participavam das ocupações em outras fazendas a resposta foi: “[...] O movimento pede para gente ir, eles falam que vai ter uma luta e pedem para ir no mínimo umas 20 pessoas, e como a ocupação vai contar ponto a gente vai” (Informação verbal)⁴⁰.

Observando a fala acima percebemos que eles são assentados conforme a participação na luta e por ordem de chegada, Fernandes afirma que isso acontece por que:

[...] O sentido da ocupação deixou de ser somente a conquista de determinada área, e passou a ser o assentamento de todas as famílias, de modo que uma ocupação pode resultar em vários assentamentos. Essa forma de organização intensificou a territorialização da luta. O critério principal para assentar as famílias não é mais o limite territorial, mas o tempo e as

⁴⁰ Informação verbal fornecida pelo senhor J. B. A. em Julho de 2008.

formas como as famílias participam da luta [...] (FERNANDES, 2001, p. 71).

Neste tempo de vida no acampamento Josué de Castro, foram 08 ocupações, todas realizadas antes de 2004, agora que a fazenda encontra em emissão de posse os sem-terra pararam com as manifestações.

Eu vim de Itapura

A gente foi fazer uma ocupação numa fazenda trinta quilômetros de Araçatuba e assim terminamos de construir o barraco era umas três horas da manhã chegou a ordem de despejo daí voltamos para Itapura e veio a ordem de despejo.

Ai nos não ficamos nem num lugar e nem em outro.

Daí o que nos fizemos viemos pra cá.

O Pilla, Marco Pilla que era o coordenador ele falou essa fazenda daqui a timborezinho ta saindo, daí ele arrumou oito e homens e quatro mulheres daí nos ficamos no jipeiro na beira da estrada, 25 guardando essa fazenda, trabalhando de guarda dia e noite [...].

Nos ocupamos oito vezes e somente na primeira vez teve jagunços armados, e tiro, mas das outras vezes a gente entrava passava uns dias vinha o mandato de despejo e assim foi em todas as ocupações.(Informação verbal)⁴¹.

O acampamento da Fazenda Macaé organizado por uma frente sindical fez uma ocupação na fazenda Macaé no dia 15 de março de 2008. Por causa dessa ocupação que eles tiveram que mudar local do acampamento e o Fazendeiro Eduardo Bernardes contou com a intervenção da Polícia Militar que serviu para amenizar o clima tenso entre acampados e seguranças contratados pelo proprietário da Fazenda Macaé. A ocupação durou 24 horas, a reintegração da fazenda Macaé foi determinada pela Justiça no domingo, dia 16 de março de 2008, (**Figura 13**) mostra os seguranças da fazenda, no dia anterior ao conflito, uns a cavalo e outros a pé.

Segundo o ITESP sede da região de Andradina, a propriedade conta com 624 alqueires e já teria sido considerada improdutivo em avaliações já realizadas por este instituto ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), e estaria na eminência de ser desapropriada para assentar as famílias.

Ao que parece, o caso está sendo avaliado no Supremo Tribunal Federal e os sem-terra aguardam o resultado a qualquer instante. Contudo, acusam o fazendeiro de influência política para evitar a liberação da área.

⁴¹ Informação verbal fornecida da senhora A. G. S. em outubro de 2006.



Figura 13: Seguranças contratados para expulsar os sem-terra da fazenda Macaé, 15 de maio de 2008.
Fonte: Jornal Impacto on-line Andradina/SP, 2008.

Depois de deixar a fazenda os acampados ocuparam a recém-inaugurada sede da Unidade Avançada do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária/SP), na Rua Floriano Peixoto, centro de Andradina/SP.

No domingo, 16 de março de 2008, mais famílias chegaram para ocupar o terreno anexo à sede como se observa na (**Figura 14**), com o objetivo de pressionar o órgão a agir em torno da liberação da Fazenda Macaé. Segundo eles, a fazenda já foi autorizada pelo Governo Federal para a Reforma Agrária, mas a influência do proprietário junto a políticos e a outras autoridades está impedindo o trâmite legal e a posse.

Salvar a ocupação, com a transferência das famílias para fora do latifúndio, garantindo sempre um lugar para o acampamento, faz parte da resistência. Quando acontece o despejo essa palavra que também significa livrar-se de estorvo, em que as pessoas são tratadas como coisas num ato de violência legítima pela judicialização da luta pela terra as famílias transferem o acampamento as margens das rodovias ou terrenos cedidos pelas prefeituras ou por outras instituições. Quando são despejadas das margens das rodovias montam acampamentos dentro de assentamentos próximos, esse território dos sem-terra, expressão da conquista na luta e resistência. (FERNANDES, 2001, p. 79-80).



Figura 14: Os acampados montando seus barracos na sede do INCRA em 16/05/2008

Fonte: Jornal impacto on-line Andradina/SP, 2008.

O coordenador do movimento explicou que as famílias abandonaram o acampamento em virtude de um interdito proibitório, que limita a permanência delas a uma distância de 5 km da fazenda almejada. Elas ficaram no INCRA aproximadamente quinze dias até se mudarem para atual localização.

5.3.3. O acampamento como território de luta: diferenças, similitudes e solidariedade

Na construção do território de luta pela terra, em todos os acampamentos estudados existe “solidariedade” no erguimento dos barracos. Essa manifestação acontece em todos os acampamentos, pois para a construção dos barracos é necessário trabalho. No entanto este tem que ser coletivo visando à organização desse território, na qual passam à condição de sem terra lutando por um mesmo ideal, o sonho de trabalho e uma vida melhor.

Em todos os acampamentos a territorialidade solidariedade está presente, pois observamos que são sinais de verdadeira resistência presentes nos acampamentos, onde vizinhos de lona unem-se por uma luta menos árdua, pois quando não estão trabalhando por dia como assalariados, passam o tempo sonhando com a terra desejada. Por isto eles planejam o que irão plantar com a conquista do lote. A fala abaixo é uma realidade:

[...] é muita dificuldade, as coisas falta aqui, muitas vezes à gente não tem recurso para comprar, tem que ta pedindo pra um pra outro, quem tem um

pouquinho mais de condição ajuda o outro e assim vai sobrevivendo. (informação verbal).⁴².

Observando os acampamentos, constata-se que as maiores diferenças entre eles não estão nos sujeitos acampados e sim na organização, e nas políticas internas de cada movimento como afirma Grzybowski:

O movimento dos trabalhadores rurais sem terra é o que apresenta maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta e, por isto, revela maior homogeneidade nas formas de luta em seus vários conflitos particulares.

Apesar de se autodefinir como “articulação de lavradores dentro do movimento sindical” e de estar em vários municípios articulado aos sindicatos, sobretudo com aqueles que sofreram a renovação da chamada oposição sindical, a desenvoltura e agilidade do movimento reside na sua estruturação própria e no apoio que lhe empresta a Igreja. Não só tendem a ser tensas as relações entre movimento sem – terra e a estrutura sindical, mas também as federações e a CONTAG têm dificuldades em reconhecer este amplo movimento de luta pela terra que não se submete à sua direção e disciplina. (GRZYBOWSKI, 1987, p. 22)

Isto acontece segundo Martins:

O próprio sindicato enquanto organização e o movimento sindical enquanto prática não parece ser adequada à diversidade de situações e lutas existentes no campo. O sindicalismo é a organização da negociação da greve, da prática institucionalizada e contratual. Mas há lutas no campo em que o espaço da institucionalização é mínimo, reduzindo significativamente o uso do sindicato. (MARTINS apud GRZYBOWSKI, 1987, p. 63).

Portanto, por se tratar de um movimento social e uma central sindical ao organizar a luta pela terra fica visível que a forma é diferente no território do acampamento, onde os acampamentos Josué de Castro e Macaé não possuem “lugar de uso comum” e escola não existe. Já no acampamento Keno existe o barraco que é o escritório do acampamento e em frente deste barraco o lugar que acontece às reuniões.

⁴² Informação fornecida no trabalho com fontes orais na saída de campo realizada em 2006 e 2008 o entrevistado foi a senhora S.M. do acampamento da Fazenda Macaé Willian By STR/SINTRAF 2006/2008.



Figura 15: Lugar de uso comum do acampamento Keno.

Figura A: Sede do Acampamento; **Figura B:** Lugar das reuniões.

Nos acampamentos a prefeitura cede ônibus para as crianças estudarem na cidade. Percebemos que essas pessoas também encontram desprovidas de assistência de órgãos públicos uma vez que a cesta básica do programa Fome Zero vem irregularmente e o município de Andradina e Itapura falham em assistência medica e água potável e bem como na reposição das lonas que estragam facilmente.

Outra questão observada é que por menor que seja o espaço que estão delimitados os barracos encontra-se pequenas plantações (quiabo, abóbora, cebolinha) e a criação de pequenos animais (aves, suínos) para autoconsumo.

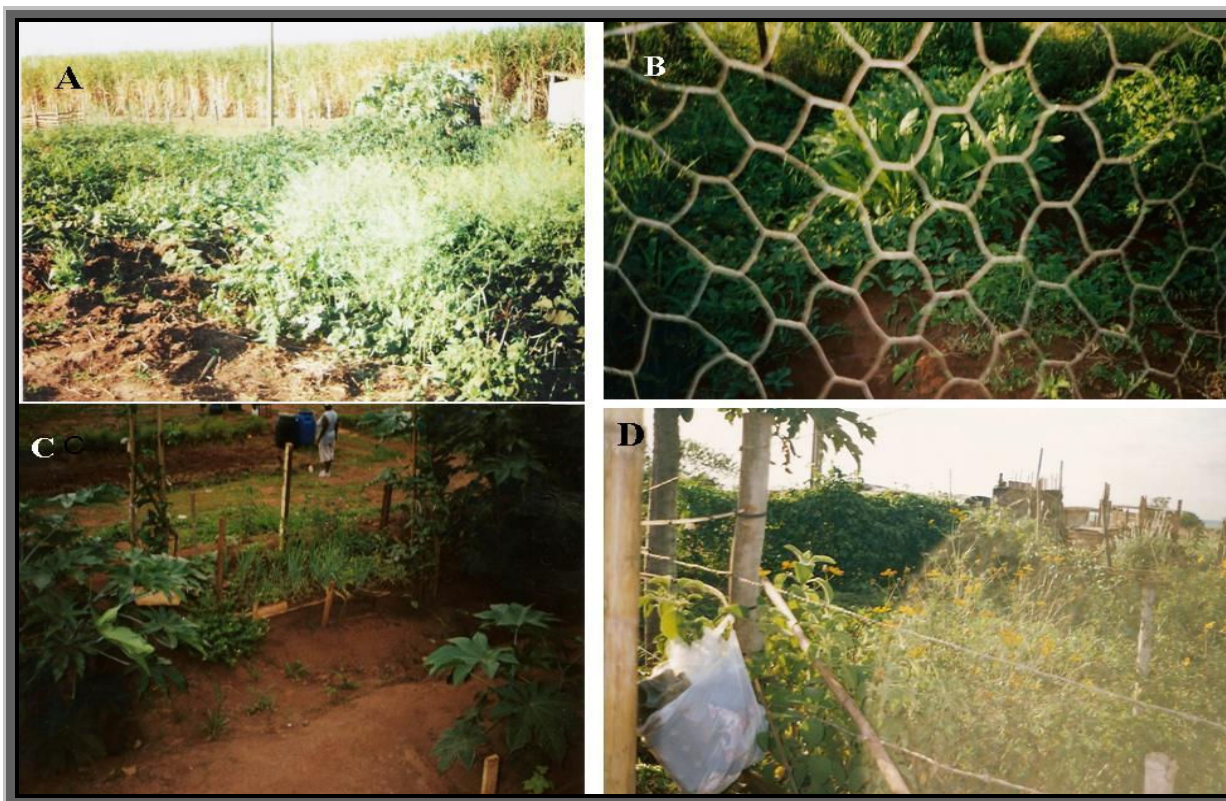


Figura 16: Pequenas plantações nos acampamentos

Figura A: Pequenas Plantações do Acampamento Keno; **Figura B/D:** Pequenas Plantações do Acampamento Josué de Castro; **Figura C:** Pequenas Plantações do Acampamento Josué de Castro.

Fonte: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2006/2008.

O (**Quadro 2**), revela que os acampados exercem algum tipo de atividade fora do acampamento, onde a maioria trabalha fora do acampamento, geralmente como diarista. Ainda não foi perguntado se já participaram de outros acampamentos. Observamos que nos acampamentos da fazenda Macaé e do Keno a maioria não participou de outros acampamentos, no acampamento Josué de Castro sim a maioria participou de outros acampamentos.

Um fato que chamou atenção foi no acampamento Josué de Castro (MST) que são pessoas mais jovens acampadas e dos 41% dos entrevistados 23%%, a maioria são filhos de acampados, que se casaram e estão em busca do seu pedaço de terra como disse a acampada “[...] agora quero minha terra pra criar meus filhos como meu país me criou [...]” (Informação verbal)⁴³.

Isto é um resgate do camponês que timidamente vai surgindo em nosso país e revelando sua coragem de lutar. Foram acampados quando eram crianças, e agora pretendem

⁴³Informação verbal fornecida por L. M. S. outubro de 2006.

continuar na terra na mesma condição dos pais. Nos outros acampamentos encontramos essa particularidade, foi evidente com maior número no acampamento Josué de Castro.

Quadro 2: O numero de acampados que trabalham fora dos acampamentos, e participaram de outros acampamentos.

	Ac. Macaé		Ac. Josué de Castro		Ac. Keno	
Exerce atividade	13	48%	11	55%	12	63%
Não exerce	14	52%	09	45%	9	47%
Participaram/acampamentos	13	48%	13	65%	7	37%
Não participaram	14	52%	07	35%	12	63%

FONTE: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2006/2008.

Outra semelhança é quanto aos números de sujeitos acampados, a maioria do meio rural como observamos no (**Quadro 3**): “A origem dos Acampados”. Dos entrevistados mais de 60% provém do meio rural. São poucos que residem no município de Andradina SP.

Quadro 3: A origem dos acampados

	Josué de Castro MST	Fazenda Macaé STR	Keno MST
Urbano	33%	35%	37%
Rural	67%	65%	63%
Migrante⁴⁴	41%	30%	58%

FONTE: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2006/2008.

No (**Quadro 3**), podemos observar que em todos acampamentos estudados, os sujeitos são da terra, trabalharam a vida inteira nela, como arrendatário, assalariados do campo (bóia fria) devido a expansão do capitalismo no campo, ou camponeses pobres, os camponeses sem terra e os camponeses médios são oprimidos de mil formas pelo sistema latifundiário, mas tentam através de inúmeros acampamentos reverter a situação.

Quadro 4: Quadro Comparativo dos acampados que trabalhavam com a terra

	Fazenda Macaé STR	Josué de Castro MST	Keno MST
Trabalharam com a terra	93%	90%	100%
Não trabalharam com a terra	07%	10%	-
TOTAL	100%	100%	100%

FONTE: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2006/2008.

Este sistema consiste não somente no monopólio da terra, mas também no monopólio do crédito, do comércio e da tecnologia. O camponês não consegue escoar livremente sua

⁴⁴ Migrante no caso são pessoas que não são da cidade de Andradina, vieram à procura de emprego.

produção para os mercados consumidores, primeiro porque geralmente não possuem meios, como transporte e armazéns, para isto.

O sujeito sem-terra é o sujeito sem-terra em qualquer forma de organização de luta pela terra em que ele esteja. A diferença consiste nos movimento de organização da luta, os princípios destes. A luta pela terra no Brasil é uma trajetória heróica da massa de camponeses pobres. A sua violência demonstra como esta contradição; que este é um problema que deve ser resolvido pela sociedade brasileira. Não se pode permitir que os camponeses vão para direção proletária, a luta pela terra tem que sair vitoriosa. Garantir a terra para quem nela trabalha é tarefa de todos que impulsionarem a luta pela terra, porque através do movimento seja ele organizado pelo STR ou pelo MST pretende-se construir um futuro melhor.

5.3.4. O sonho da terra prometida

A territorialidade solidariedade onde eles dividem o trabalho, no entanto tem que ser coletivo. E para organização do território de luta pela terra, na qual passam à condição de sem-terra lutando por um mesmo ideal, o sonho de trabalho e de uma vida melhor.

O sonho da terra prometida, este é o sinal da verdadeira resistência, ou seja, territorialidade presente nos acampamentos, onde vizinhos de lona contribui-se entre por uma luta menos árdua. E quando não estão trabalhando por dia como assalariados, passam o tempo sonhando com a terra desejada. Por isto eles planejam o que irão plantar com a conquista do lote.

Sonho este que leva esses sujeitos a viver na condição de acampado, pois, para eles o significado da terra: “[...] a gente tá em busca da terra pra sobreviver o significado da terra pra mim ela é tudo a gente precisa da terra [...]” (Informação verbal) ⁴⁵.

O sonho da terra é o que leva a acampar como observamos nas falas:

“[...] vontade de ter um pedacinho de terra mesmo, trabalhar na terra sou acostumado mesmo, então pra mim é uma beleza trabalhar na terra.” (Informação verbal) ⁴⁶. Para outro o

⁴⁵ Informação fornecida no trabalho com fontes orais na saída de campo realizada em 2006 o entrevistado foi Sr. L. C. B. no acampamento Josué de Castro 2006.

⁴⁶ Informação fornecida no trabalho com fontes orais na saída de campo realizada em 2006 o entrevistado foi Sr. E.F.D. no acampamento Josué de Castro 2006.

significado da terra é: “[...] a terra pra mim é tudo é vida é respeito né, você pode cuidar da sua família com dignidade [...]” (Informação verbal)⁴⁷.

Em outra fala:

Terra para mim é vida, você esta na terra você tem vida, quando você ta no acampamento você planta como eu plantei cebolinha você vê ela crescer, isso é vida, mas não é só vida da natureza é vida humana eu to grávida e meu filho foi gerado na luta. (Informação verbal).⁴⁸

A terra para esses sujeitos é a esperança de uma vida melhor: “[...] o significado da terra para mim é fartura feliz daquele que consegue pegar uma terra para se manter [...]” (informação verbal)⁴⁹.

Tendo a consciência que ser sem-terra é fundamental para a conquista da terra prometida eles agarram a postura com muita dedicação como afirma um acampado:

“Eu me sinto bem sendo sem-terra, por que aqui a gente faz trabalho social, sempre estou com os amigos igual a mim, porque aqui a gente é grupo uma família grande”. (informação verbal)⁵⁰.

Observamos na fala de outro acampado a esperança da conquista da terra:

[...] Agora eu penso que ser sem-terra é tudo, porque se eu não enfrentar o que estou enfrentando eu nunca vou ter meu pedaço de terra, porque dinheiro para comprar eu não tenho então se não for sem-terra eu não chego no meu objetivo. (Informação verbal)⁵¹.

Sendo assim, os acampados têm na luta pela terra, a concretização de seus sonhos. Eles planejam com cuidado o que será cultivado em seus lotes, pensam no auto-consumo e subsistência de suas famílias e acreditando que um dia o sonho tornará realidade. Como sonham o Senhor Alaor e Dona Rosangela (**Figura 17**).

⁴⁷ Informação fornecida no trabalho com fontes orais na saída de campo realizada em 2006 o entrevistado foi Sr. E.F.D. no acampamento Josué de Castro 2006.

⁴⁸ Informação fornecida no trabalho com fontes orais na saída de campo por V.S. Acampamento Keno, Itapura SP 2008, na saída de campo realizada em 08/07/2008.

⁴⁹ Informação fornecida no trabalho com fontes orais na saída de campo por A.S.F. Acampamento Keno, Itapura SP 2008, na saída de campo realizada em 08/07/2008.

⁵⁰ Informação fornecida no trabalho com fontes orais na saída de campo por J.S. Acampamento Keno, Itapura SP 2008, na saída de campo realizada em 08/07/2008.

⁵¹ Informação fornecida no trabalho com fontes orais na saída de campo por A.R.R. Acampamento Josué de Castro, Andradina SP 2006.

Quando a coordenadora solicitou em reunião para que fosse feitos os desenhos, sob o tema “A territorialidade de poder sonhar” para surpresa houve interesse de todos os acampados, sendo que as folhas não foram suficientes para todos. Todos querem e almeja um pedaço de terra o sonho é coletivo, e tornar esse sonho público é o que alimenta a luta árdua. Na **(Figura 19)** o sonho de seu Luiz e seu Paulo.

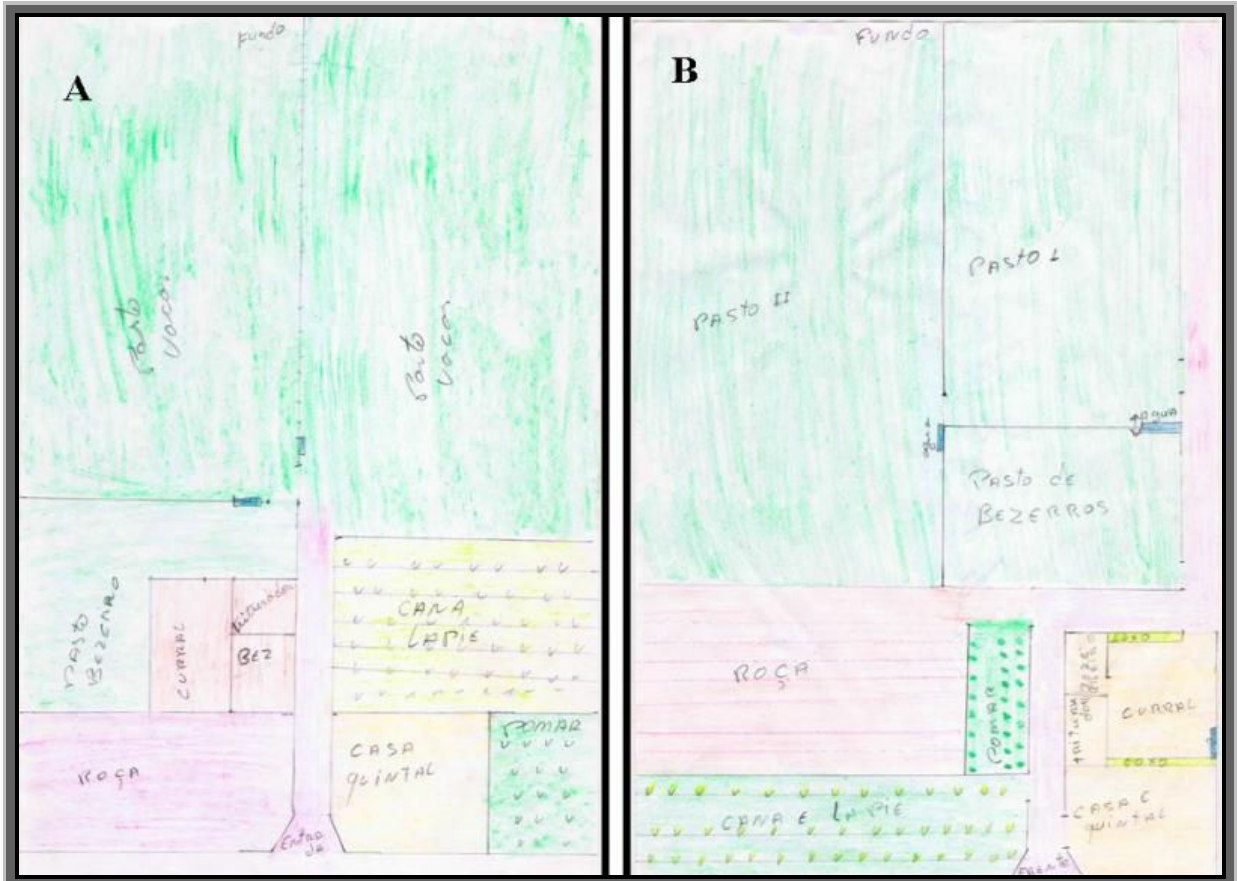


Figura 19: O sonho de Luiz e Paulo.

Desenho A: Luiz da Silva, 2008 e **Desenho B:** Paulo da Silva, 2008

Digitalização: Benevides, Mirian Grasiela Teodoro, 2008.

Diante de tais constatações, foi possível considerar que o sentido do acampamento, esta além daqueles que estão excluídos do modo de produção capitalista, está diante de sujeitos protagonistas da reforma agrária, por verificar que eles vivem uma intensa e contínua busca por reconhecimento dos seus sonhos.

O ponto de partida é considerado a decisão de lutar por terra ou de ingressar em um acampamento, mas pode ser também um elemento formador de sonhos, um resquício do passado que motivou esta decisão. Uma lembrança de infância geradora de um desejo de volta a algum lugar, a algum modo de vida. Quando essas famílias saem do acampamento e chegam aos assentamentos um novo sonho de (re) começo se descortina, não tão novo por ser uma (re) construção dos sonhos para a vida e para estar na terra.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento capitalista no Brasil tem imposto uma nova reordenação territorial ao campo brasileiro. A formação dos grandes mercados urbanos nas regiões metropolitanas permitiu que novos produtos agrícolas fossem cultivados, formando assim novas áreas produtoras ou mesmo revigorando outras já decadentes. [...].

[...] somadas própria à lógica de concentração do capital a partir dos grandes centros metropolitanos, fizeram surgir no campo brasileiro uma reordenação territorial, produto da combinação contraditória e desigual da expansão da agricultura especificamente capitalista e da agricultura camponesa. [...]. (OLIVEIRA, 1999b, p. 93/94).

Concluindo Oliveira (1999b) demonstra que a contradição do desenvolvimento capitalista no campo, somado a lógica de concentração é que nascem as frentes de luta pela terra em todo o país, cada qual com suas peculiaridades, mas com um só objeto: a conquista da terra para trabalho.

Vemos que a luta pela terra e a luta contra um sistema contraditório, luta que para o camponês é a forma de recriar o campesinato. É importante, denunciar a precariedade e exclusão social em que vivem esses sujeitos acampados, e cabe a nos geógrafos analisar as novas territorialidades esse sujeitos acampados constroem para a conquista da terra desejada. Territorialidades essas que vão desde a precariedade em que vivem por falta de emprego, e bem como as relações que estão criando novas territorialidades para alcançar o sonho da terra prometida.

Esta pesquisa trouxe resposta para a hipótese sobre as relações que formam diversas territorialidades dentro do acampamento. E foi confirmado, que essas territorialidades aprimoram a luta e resistência dos atores sem-terra, visíveis na solidariedade dos vizinhos de lonas, nas manifestações políticas, no trabalho e nas relações hierarquias das frentes, coordenadores e sujeitos, todos sendo atores para criação das territorialidades.

Sabemos que a maioria dos acampados reside na cidade indo aos acampamentos somente nas reuniões e finais de semana. Essas formas demonstram que as pessoas que estão na luta pela tiveram acesso ao trabalho no campo que não estão em busca terras por estar fora do mercado de trabalho, e sim, ao contrário a maioria dos sem-terra mora na cidade e exerce trabalho assalariado no campo, prática essa como ressalta Fernandes (1999 p. 49) “[...] Mesmo morando na cidade, continuaram trabalhando no campo, cortando cana, colhendo

laranja, etc [...]”. Além disso, estão em busca do sonho de ter um pedaço de terra para garantir a subsistência e o trabalho familiar.

Vimos que o território de luta pela terra em todos os acampamentos não diferenciam nas relações dentro acampamento, mas cada um tem suas peculiaridades e que apesar dos acampamentos de sem-terra trazerem a mesma bandeira de luta pela terra, alguma peculiaridade os diferencia. A pesquisa demonstrou que em acampamentos organizados por diferentes frentes, as diferenças estão às relações produtoras de algumas territorialidades, principalmente nos órgãos que organizam a luta: um sindical STR e outro movimento social MST, que usam algumas manifestações diferentes na reinvidição da terra.

Certamente, no território de luta pela terra em Andradina/SP a organização segue uma hierarquia que constatamos no trabalho de campo. Dentro dos acampamentos encontramos os coordenadores do acampamento que estão divididos em vários tipos de coordenação, como por exemplo, coordenador de produção, coordenador da segurança. Essas relações foram encontradas em todos os acampamentos pesquisados. Esses coordenadores são os únicos que participam das reuniões nas frentes que organizam a luta. Eles têm o poder de manter a ordem dos acampamentos e passar as informações sobre a luta pela terra.

Concluimos também que a busca pelo mínimo de sobrevivência está presente em todos os acampamentos, daí há dificuldade em manter-se dentro deste, sem procurar emprego fora. A solidariedade é uma das territorialidades entre os acampados, sendo um fator importante que impulsiona a luta nesses acampamentos.

Percebemos que nos acampamentos existem as hierarquias de poder, representado pelas lideranças que devem contribuir para inclusão desses sujeitos na luta pela terra dando respostas concretas a eles. Vimos que durante séculos, os movimentos camponeses tentaram romper com essa estrutura de poder, por meio da luta pela terra, entretanto, todas essas lutas não foram suficientes para uma mudança eminente. Pela sua perenidade, a questão agrária nutre de conflitos, assumindo diferentes feições sem modificar sua essência. A persistência da questão agrária é um cerco político a um projeto camponês, por isso não pode haver subordinação dentro dos acampamentos.

Ficou evidente nos acampamentos que há muitas pessoas simples, com pouca escolaridade, com pouco conhecimento político principalmente quanto ao papel do órgão que organizam a luta, por não terem tempo para se dedicar as frentes como a coordenação.

Estas famílias estão amargando o fato de estarem subjugadas ao processo de exclusão do acesso às terras, pois nesse contexto, observa-se que, apesar de a reforma agrária persistir como bandeira de luta de vários segmentos sociais organizados, apresenta, hoje,

particularidades, que, em certa medida, transcrevem para o plano das práticas políticas. Vê-se como exemplo as ocupações de terra. A constatação de que as mobilizações atuais em torno da questão agrária, embora marcadas pelas experiências organizativas do passado, como exemplo, as “Ligas Camponesas” essas últimas apresentam uma feição peculiar, onde pontuam características moldadas por novas relações sociais como as observadas nos acampamentos, novas territorialidades.

Revelamos a especificidade da realidade rural dos dias de hoje e dos conflitos que nela acontecem sob esta perspectiva à organização da luta devem incluir de novas demandas redimensionadas por articulações que extrapolam os limites das experiências localizadas.

O desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade não é um dado, mas uma construção dialética que se deve analisar na luta pela terra.

Sabemos que esta pesquisa não esgota o tema, mas abre espaços para novas buscas, novas reflexões e novos caminhos para compreender os acampamentos como território de luta pela terra contra o modo de produção capitalista e a criação de novas territorialidades no campo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Flávio(Org.). **Com palmos medida – Terra, Trabalho e conflito na literatura brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 1999.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida & PAULINO, Eliane Tomiasi. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breve considerações**. IN Revista de Geografia/Universidade Estadual de Londrina, v. 9. nº 2, julho/dez, 2000. p. 113-127.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re) criação Camponesa no mato grosso do sul**. 2003. 195 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente SP.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A herança da terra no trabalho com fontes orais**. IN: BORGES, Maria Celma & OLIVEIRA, Vitor Wagner de (Org). **Cultura, trabalho e memória faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande MS: editora UFMS, 2006, p. 155 - 187.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A geografia da prática de Ariovaldo e o campesinato: uma homenagem**. IN: FERNANDES, Bernardo Mançano et al **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007 p. 353/362.

AVELINO JÚNIOR, Francisco José. **A Questão da Terra em Mato Grosso do Sul: Posse/uso e conflitos**. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH, USP São Paulo, 2004.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BENEVIDES, Mirian Grasiela Teodoro. **O Espaço de luta e resistência nos acampamentos organizados pelo STR e MST de Andradina SP**. Monografia de Bacharelado em Geografia. Três Lagoas, Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006b.

BOLETIM DE REFORMA AGRARIA. INCRA: Brasília DF, 2005.

BOMBARDI, Larissa Mies. **A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira**. IN: FERNANDES, Bernardo Mançano et al **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007 p. 315/337.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35ª edição. São Paulo SP: Saraiva. 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Ediciones. Nueva Vision, 1974. (p. 1-132)

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo - Brasil (1998 a 2004)**. Goiânia: CPT, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo**, 2 edição. São Paulo: Huctec, 1999a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura nº 02 p. 08, 1999b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. Revista Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. **Do Pontal do Paranapanema a Ribeirão Preto: uma viagem geográfica e paradigmática para melhor compreender os modelos de desenvolvimento da agricultura**. Revista CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 107-114, fev. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da terra**. Rio de Janeiro: Cocii, 1984.

GUIA DE REFORMA AGRÁRIA EM SÃO PAULO: Introdução às questões agrárias e fundiárias do Estado de São Paulo. São Paulo: editora Copyright, nº especial, 2005.

GRYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos Movimentos sociais no campo**. Petrópolis: vozes, 1987.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. **Território Territórios**. Niterói. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia –PPGEO-UFF/AGB, 2002. pp.30-33.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Encontro de geógrafos da América latina, X, 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HUBERMAN, Leo. **Trabalhadores de todos os Países, Uni – vos!** IN: **História da Riqueza do Homem**. 6º ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar. P. 225 – 245.

IHA, Monica Hashimoto. **A Territorialidade da “Posse” na Luta pela Reforma Agrária Os Acampamentos do MST em Iaras – SP** 2005. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas SP.

JOHNSTON, R.J. **Fundamentos**. IN: JOHNSTON, R.J. **Geografia e geógrafos**. São Paulo: DIFEL, 1986, p. 54-75.

JUSTO, Marcelo Gomes. **“Exculhidos”:** ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST. 2005. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **As características próprias da geografia**. IN: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982 p. 37-47.

LEFEBVRE, Henri. **De Lo Rural e lo urbano**. (Antologia preparada por Mário Garivá). 4º edição. Barcelona: Ediciones Península, 1978. (trad. Javier Gonzalez-Pueyo).

LIMA, Leida Maria de Souza. **O processo de (Re) criação do campesinato em áreas de latifúndio: A fragmentação da terra em Rondonópolis MT**. 2007. 2001 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMA Edvaldo Carlos de. **Os movimentos sociais de luta pela Terra e pela reforma agrária no Pontal do parnapanema (sp): dissidências e dinâmica territorial**. 2006. 121 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente SP.

LOPES, Dóri Edson. **O processo capitalista de ocupação do território em Castilho-SP: Suas contradições, conflitos e os novos desafios em sua reestruturação.** Monografia (Bacharelado em Geografia). Três Lagoas, Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998. (p 1-149).

MAINARDI, Ronaldo. **Outra face de Andradina SP.** 1º edição: L&C – Artes gráficas, 2002.

MAINARDI, Ronaldo. **Tua vida Andradina SP.** 1º edição: L&C – Artes gráficas, 1997.

MARTINS, Dora & VANALLI, Sonia. **Migrantes.** São Paulo: Contexto, 1994.

MARTINS, José Souza. **A militarização da questão Agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José Souza. **Não há terra para se plantar neste verão.** Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil.** 4º edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, José Souza. **Expropriação e Violência.** 3. edição. Hucitec, 1991.

MARTINS, José Souza. **A chegada do Estranho.** São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro 03 – O processo Global de Produção Capitalista.** Tradução de Reginaldo Sant`Anna. Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARX, Karl. **O Capital** (tomo III). O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (p.309-701).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Volume I. Livro Primeiro. Coleção os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe).

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia pequena historia critica**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MOREIRA, Ruy. **As filosofias e os paradigmas da Geografia moderna**. IN: MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia critica**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 13-45.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O campo Brasileiro no final dos anos** In: STÉDILE, João Pedro. **A questão Agrária Hoje**. 2ª edição. Porto Alegre: EUFRGS, 1994, p.45-67.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo**. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999b, p. 63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **“A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.”** In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 15, nº 43, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **“A não reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula.”** São Paulo: Vande Instituto Iánde, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: A geografia dos camponeses do norte do Paraná**. 2003. 215 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente SP.

PEREIRA DO AMARAL, Raquel Maria Fontes. **A gênese da geografia moderna: A proposta de totalidade**. IN: PEREIRA DO AMARAL, Raquel Maria Fontes. **Da geografia que se ensina a geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1993, p. 19-123.

PONTUSCHKA, Níbia Nacib. **A Geografia: Pesquisa e ensino**. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

PRADO JR, Caio. **Questão Agrária**. 4º edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SADER, Eder. **Che Guevara-política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 3º edição. São Paulo: Nobel, 1992.

SILVA, José Graziano da. **O desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária**. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão Agrária Hoje**. 2º edição. Porto Alegre: EUFRGS, 1994 p.137-143.

SUZUKI, Júlio César. **Geografia Agrária: gênese e diversidade**. – XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária/Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), novembro de 2006.

STÉDILE, João Pedro. **A questão Agrária no Brasil 3 programas de reforma agrária: 1946-2003**. 1º edição. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2005.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta: Notas antropológicas sobre sociabilidade e poder nos acampamentos do MST no Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia) - FFLCH, USP São Paulo, 1999.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A Participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero**. 2006. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente SP.

SITES

www.incra.gov.br. Acesso em: 10 de novembro 2007

www.itesp.sp.gov.br. Acesso em: 12 de março de 2008.

www.mda.gov.br. Acesso em: 12 de outubro de 2007

www.nead.org.br. Acesso em 12 de outubro de 2007.

www.cptnac.com.br. Acesso em 15 de novembro de 2006.

<http://www.cptnac.com.br>. Acesso em 15 de novembro de 2006.

www.fetaesp.org.br. Acesso em 21 de novembro de 2006.

www.mst.org.br. Acesso em 10 de março de 2008.

http://veja.abril.uol.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/. Acesso em 21 de novembro de 2006.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Reforma_agr%C3%A1ria. Acesso em 21 de novembro de 2006

Souza, Marcos Rogério. *Hediondo são o latifúndio e seus defensores*. In revista eletrônica:

<http://forums.ecomm.com.br/cgi/dnewsweb.exe?cmd=article&group=forum.carosamigos&item=6242&utag>. Acesso em 01 dezembro.

www.jornalimpacto.com.br acesso em 18 de maio.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)